

cand@iro

REVISTA DE POLÍTICA E CULTURA DA SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UFS ANO VIII v. 11 e 12 FEVEREIRO DE 2005

CIÊNCIA E DESTRUTIVIDADE SOCIAL

Antônio José Nascimento

AGRÔNOMOS X DOCENTES:

**Memórias das Disputas pelo Poder na
Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão**

Jorge Carvalho do Nascimento

Economia solidária e desenvolvimento local: algumas reflexões

Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

**Relações entre as políticas audiovisuais
de Portugal e do Brasil frente à globalização
e às propostas supra-nacionais da União
Europeia e do Mercosul. Uma introdução**

César Bolaño e Helena Sousa

Aspectos da História Econômica do Brasil

Lênin Fiscina

JORNAL DO NUANCES:

**Problematização sobre Descobertas
Preliminares acerca de um Jornal
Homossexual Gaúcho**

Fernando Barroso

REPORTAGEM:

LEMBRANÇAS DO MUNDO PRESENTE

Gabriela Amorim

PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE II - PQD II: Uma Experiência Educacional no Nordeste Brasileiro

Rivaldo Savio, Sônia Pimentel & Sandra Aquino

INCLUSÃO DIGITAL:

Internet para a Educação e Cidadania

Henrique Nou Schneider

Arranjos Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas: Um Estudo sobre o Setor de Confecções de Tobias Barreto-SE

Ricardo Lacerda de Melo & Dean Lee Hansen

O Novo Perfil do Duplo Grau de Jurisdição

Livia Santos Ribeiro

O PREFEITO QUE PENSA QUE É REI

Eliano Sérgio Azevedo Lopes

RESENHA:

AINDA A CENTRALIDADE DO TRABALHO

por José Eloízo da Costa

ISSN 1517-1175

Sumário

CIÊNCIA E DESTRUTIVIDADE SOCIAL, 3

Antônio José Nascimento

- O Apocalipse de Wittgenstein, 4
- A Santa Aliança: Racionalidade, Ciência e Capitalismo, 5
- Progresso e Regressão, 6
- Universidade Contra o Social, 7

PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE II – PQD II: Uma Experiência Educacional no Nordeste Brasileiro, 9

Rivaldo Sávio, Sonia Pimentel & Sandra Aquino

- Introdução, 9
- Diagnóstico da realidade educacional, 9
- Metodologia, 10
- Amostra, 10
- Instrumento, 10
- Resultados, 10
- Conclusões, 13

AGRÔNOMOS X DOCENTES: Memórias das Disputas pelo Poder na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, 15

Jorge Carvalho do Nascimento

- Os Processos Sucessórios, 19

INCLUSÃO DIGITAL: Internet para a Educação e Cidadania, 27

Henrique Nou Schneider

- 1 - Introdução, 27
- 2 - O Problema do Analfabetismo Funcional, 28
- 3 - A Solução pela Inclusão Digital, 29
- 4 - O Papel do Comitê Gestor da Internet em Sergipe, 29
- 5 - Conclusão, 32

Economia solidária e desenvolvimento local: algumas reflexões, 33

Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

- 1. Um pouco da história, 33
- 2. Economia solidária e as mudanças no mundo do trabalho – um cenário nacional, estadual e local, 33
- 3. Economia solidária e desenvolvimento local, 35
- 4. Economia solidária e desenvolvimento local: algumas proposições, 37

Arranjos Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas: Um Estudo sobre o Setor de Confecções de Tobias Barreto - SE, 39

Ricardo Lacerda de Melo & Dean Lee Hansen

- 1. Introdução, 39
- 2. O Arranjo Produtivo de Confecções de Tobias Barreto - SE, 40
- 3. Origem e Desenvolvimento, 40
- 4. Caracterização do Sistema de Produção, 41
- 5. Principais Serviços e Bens Adquiridos no Arranjo Produtivo, 41

6. Características da Mão-de-Obra Local, 42
7. Desempenho recente , 42
8. As Condições de Contexto, a Infra-estrutura de Conhecimento e as Instituições de Coordenação, 42
9. Políticas de Promoção, 44
10. Inovação, Cooperação e Aprendizado, 44
11. Perspectivas e proposição de políticas , 45

Relações entre as políticas audiovisuais de Portugal e do Brasil frente à globalização e às propostas supra-nacionais da União Européia e do Mercosul. Uma introdução, 47

César Bolaño e Helena Sousa

- Breve caracterização do problema para o caso brasileiro, 47
- Portugal na Europa: liberalizar, privatizar e re-regular, 51
- Nota (in) conclusiva, 54

Aspectos da História Econômica do Brasil, 57

Lênin Físcina

O Novo Perfil do Duplo Grau de Jurisdição, 63

Livia Santos Ribeiro

- Introdução, 63
- 1 - Efeitos dos Recursos, 63
- 2 - Efeito Devolutivo, 64
 - 2.1. - Devolução imediata, gradual ou diferida, 64
 - 2.2 - Dimensões da devolução - horizontal, vertical e subjetiva., 64
- 3 - Efeito Devolutivo da Apelação nas Sentenças Terminativas, Após a Reforma Introduzida pela Lei 10.352/2001., 65
- Conclusão, 67

JORNAL DO NUANCES

Problematização sobre Descobertas Preliminares acerca de um Jornal Homossexual Gaúcho, 69

Fernando Barroso

- O Jornal do Nuances: Características Gerais, 69
- Questionando Descobertas Preliminares , 73

O PREFEITO QUE PENSA QUE É REI, 75

Eliano Sérgio Azevedo Lopes

REPORTAGEM:

LEMBRANÇAS DO MUNDO PRESENTE, 76

Gabriela Amorim

- História que não se conta, 76
- História que se canta, 77
- Terras de santo, 77

RESENHA:

AINDA A CENTRALIDADE DO TRABALHO, 78

por José Eloízio da Costa

CIÊNCIA E DESTRUTIVIDADE SOCIAL

Antônio José Nascimento*

Certa feita Wittgenstein afirmou que talvez não houvesse mesmo nada de bom ou desejável acerca do conhecimento científico, e que a humanidade, ao buscá-lo, pudesse estar caindo numa armadilha. Disse ainda que tampouco lhe parecia absurdo considerar que a era da ciência e da tecnologia pudesse representar o começo do fim para a humanidade; que a idéia de progresso era uma ilusão, como também a crença de que acabaríamos por conhecer a verdade.¹

Evidentemente, nisso de invectivar contra a ciência Wittgenstein não estava só. Antes dele, Nietzsche – um desconstrutor por excelência da racionalidade científica – já havia identificado nela não apenas uma dimensão dominante (a ciência como uma espécie de agressão e de violência), mas também um potencial de destrutividade próprio de seu (dela) viés nihilista. Chegou a dizer que “uma interpretação científica do mundo que não mais que permita contar, calcular, pesar, enxergar e tocar, é estupidez e ingenuidade, senão demência e idiotia”.² Como tinha plena consciência do caráter histórico e portanto mutável dos valores, Nietzsche, melhor que ninguém, percebeu na ciência, como expressão do ideal ascético, uma *démarche* de tipo moral, caracterizada pela ‘vontade de verdade’. Por isso é que, para ele, a ciência é um sintoma de decadência, que aproxima a vontade ilimitada de conhecimento da vontade de morte.³

Adorno e Horkheimer, que examinaram em profundidade a natureza do poder de esclarecimento da razão no projeto iluminista, trataram sobretudo de chamar atenção para a perda de destinação humana da ciência moderna, que atribuíram ao poder triunfante da razão instrumental. “A racionalidade técnica hoje” – disseram eles – “é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma”,⁴ que dissolveu o mito do esclarecimento no saber científico. E “a técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital”.⁵ Nesse sentido, e em última análise, é como a ‘razão’ se identifica com a opressão que pretendia abolir.

Por sua vez, Feyerabend – dono de um impressionante repertório de críticas aos procedimentos da ciência – granjeou ampla antipatia no *establishment* acadêmico por ter, entre outras coisas, fundamentalmente negado a existência de algum ‘método científico’ cujos procedimentos ou regras fossem capazes de garantir que uma dada investigação é científica e, por conseguinte, digna de crédito.⁶ Sugeriu, então, por conta disso, tratar-se de pura má fé pretender tornar artigo de fé para todo mundo a crença na suposta superioridade intrínseca da ciência.

Para ele, “a idéia de um método universal e estável que seja medida imutável de adequação, assim como a idéia de uma racionalidade universal e estável, são tão fantásticas como a idéia de um instrumento de medição universal e estável que meça qualquer magnitude à margem das circunstâncias”.⁷ Concluiu, assim, que “não há nada inerente à ciência, exceto o desejo dos cientistas de viver suas vidas às expensas dos outros”,⁸ e que “há muito o *negócio* da ciência – que vive da sociedade e reforça suas tendências totalitárias – ocupou o lugar de uma ciência independente”.⁹

Como se já não bastasse o que precede para ter feito dele uma espécie de perigoso inimigo confesso da ciência, Feyerabend ainda deu motivos que poderiam ter justificado uma declaração de *persona non grata* também da parte dos marxistas, porque acusou pensadores revolucionários como Marx e Engels de se terem submetido ao juízo da ciência.

De fato, é o que se depreende da argumentação de Marx segundo a qual os economistas clássicos (fisiocratas, Smith e Ricardo) teriam ao menos tentado, ao contrário dos que ele reputava ‘vulgares’ (como Malthus, Say, Senior etc.), produzir uma ciência desinteressada – a despeito, é claro, dos erros e limitações em que incorreram derivados de sua inconsciente visão burguesa. Já os do segundo grupo, os ‘vulgares’ – que ele identificava como ‘vendidos apologetas da ordem burguesa’ –, deliberadamente teriam tratado de moldar a ciência aos seus interesses de classe, para “justificar seus privilégios (...) e perpetuar a confusão”.¹⁰ Isso, por suposto, mais do que dá margem a

* Professor do Departamento de Economia da UFS.

que se denuncie um certo viés positivista no pensamento de Marx, presente aí na antinomia, que ele não superou, entre 'imparcialidade científica' e 'submissão a interesses exteriores' outros que não os do verdadeiro conhecimento.

Apesar de ter notado como a ciência é permeável a valores, nem por isso Marx hesitou em ver a si mesmo como portador de uma boa-nova científica, atenta à 'realidade objetiva' e capaz de resgatar a pureza original (que se perdera) da ciência. Com isso, deixou escapar que, no interior mesmo da racionalidade científica, já se houvesse instalado o germe da dominação social, que ele, infelizmente, cingiu à sua variante burguesa.

Mas, se escapou a Marx o caráter dominador e potencialmente destrutivo da ciência, a Heidegger (como aos membros da Escola de Frankfurt) não, que o via em sua máxima expressão na exaltação fetichista do emprego da técnica como finalidade encerrada em si mesma. O marxismo, portanto, no seu entender, não questiona a ciência e a técnica, "*aceitando os mesmos pressupostos do pensamento burguês – domínio da natureza pelo trabalho, intervenção produtivista na natureza através do desenvolvimento técnico-científico*".¹¹

O Apocalipse de Wittgenstein

Até o fim da vida, Wittgenstein conservou-se avesso ao espírito triunfante do iluminismo e bastante cético quanto ao que se poderia esperar do desenvolvimento desenfreado da tecnociência, que ele acreditava poder estar nos conduzindo às trevas, em vez de, como queriam os adeptos do *Aufklärung*, nos iluminar. Foi isso o que, de certa forma, o parágrafo de abertura deste artigo procurou mostrar – um Wittgenstein que, além de reputar a noção de progresso uma ilusão, denunciava, ao mesmo tempo, a ciência de estar engendrando obscurantismo, fanatismo e intolerância,¹² mais ou menos como viria a fazê-lo Feyerabend.

Em certa medida – e digo 'certa' porque, a bem da verdade, Wittgenstein já vinha condenando a cultura da veneração à ciência desde início dos anos 30 –, esse tom apocalíptico do autor do *Tractatus* e das *Investigações Filosóficas* mais não fez que refletir o contexto em que o expressou, marcado, como se sabe, pelos terríveis anos da Segunda Guerra, quando se trouxe a lume a possibilidade, que logo se provaria real, do emprego de sofisticados artefatos bélicos de destruição em massa – algo que Wittgenstein, já àquela altura, identificara como desdobramento do consórcio entre a ciência e a indústria, lastimando que, por ora e ainda por muito tempo, o colapso de ambas não passasse apenas de um sonho.

Tal era, pois, o quadro da época, uma época de trevas, como o próprio Wittgenstein se referia à violência que se estava disseminando com a Segunda Guerra – que tanto mais estúpida lhe parecia quanto mais não fosse o fato de ele a estar experimentando (como cidadão austríaco de origem judaica) justamente no seio de uma civilização que tanto se orgulhava de haver alcançado, por meio da ciência que ela mesma produzira, um elevado padrão de entendimento do mundo. Por isso o intrigava sobremodo constatar que a ciência, que tanto estimulava o espírito de generalidade,¹³ paradoxalmente desse a conhecer ao mundo sua mais obscura e terrível criatura: a bomba atômica.

Como resultado da hostilidade que Wittgenstein nutria contra o poder da ciência em nossa época, numa extensão, muito provavelmente, de sua ojeriza à filosofia acadêmica, ele até se dispunha, conforme sugere Monk, "a ver com bons olhos a bomba atômica, se ao menos o medo que ela inspirava servisse para diminuir a reverência com que a sociedade encarava o progresso científico".¹⁴

Mas, por mais catastrofista que Wittgenstein possa parecer aí, por nada se lhe pode retirar o mérito de haver estabelecido nexos, pouco comuns tanto à época quanto até mesmo hoje em dia, entre a hegemonia da ciência e os estados de violência e barbárie que, vez por outra, irrompem em sociedades, como as nossas, ditas civilizadas. Nesse sentido, pouco importa que se procure minimizar a importância do que disse sob a alegação de que possivelmente o tenha feito mais como desabafo do que na condição de filósofo cuja obra houvesse dedicado ao assunto sistemática e extensa reflexão. De fato, Wittgenstein não deve nada de sua reputação como grande filósofo do século XX às considerações que fez sobre o tema propriamente dito da ciência. Seu nome raramente é lembrado por esse motivo.

Quando se trata, porém, no âmbito da filosofia da ciência, de submeter a exame os princípios universais da racionalidade, sua teoria dos jogos de linguagem é referência quase que obrigatória, porque, afinal, "conduz à rejeição de toda análise do conhecimento fundada em um princípio de racionalidade, concebido como atributo individual, independente das relações sociais".¹⁵ Como construções lingüísticas em aberto, os jogos de linguagem se referem a formas de vida concreta, e por conseguinte seguem as necessidades das que delas participam. Ademais, as 'regras do jogo' mudam continuamente não porque muda a lógica abstrata de sua aplicação conceitual, mas porque, em última instância, é a própria vida que muda, visto que os homens nunca param de inovar.¹⁶

Foi com contribuições dessa ordem que Wittgenstein teve seu nome inscrito, em definitivo, en-

tre as grandes realizações da filosofia contemporânea –notadamente a que ficaria conhecida como filosofia analítica. Afora isso, é lamentável que, em se tratando de quem se tratou, ou seja, de um antiteórico radical –que é o que Wittgenstein era–, os estudos que em geral se ocupam do tema da ciência deixem a desejar quanto à atenção que deveriam dar às críticas que ele dirigiu à ciência.

Não é que, em absoluto, no caso dele, não haja justificativas para as coisas terem sido sempre assim, porque, afinal de contas, é comum circunscrever-se o impacto de sua obra às fraturas, irreversíveis, que causou à filosofia tradicional, mais do que pelas eventuais repercussões que tenha produzido em estudos que tratam do exame da natureza da ciência e das consequências (éticas e sociais) de seu *modus operandi*.

Assim, além de pretender, modestamente, corrigir tal lacuna, a presente seção procurou também recuperar o Wittgenstein crítico da ciência, que arrostou o exagerado otimismo com que até então a maioria dos cientistas encarava a conexão entre o produto intelectual de suas criações e o progresso da condição humana. De resto, procurou ainda, a partir dele, retirar do limbo a questão da responsabilidade social da ciência, que, de forma até hoje mal resolvida, ou é aceita sem maiores reservas, ou simplesmente ignorada.

A Santa Aliança: Racionalidade, Ciência e Capitalismo

Foi com o alvorecer do capitalismo que a ciência moderna adquiriu e consolidou, de uma vez por todas, seu *status* de força produtiva integrada ao sistema industrial, e desde então jamais cessou de crescer e de coadjuvar a expansão do capital. Ilimitado, por vocação e necessidade, como o capitalismo que lhe deu origem¹⁷, o saber científico torna-se, ele próprio, 'capitalizável', regido por uma lógica de cumulatividade do estoque de conhecimento em tudo semelhante à que se aplica ao processo de acumulação de capital.

Como se sabe, nele o capitalista comporta-se com indiferença em relação à forma específica assumida pelo 'valor de uso' das mercadorias que ele oferece para troca, sendo seu verdadeiro e único propósito realizá-las em seu equivalente 'abstrato', que é o dinheiro. Com os cientistas sucede também algo mais ou menos assim, com a diferença apenas de que, com mais talento que os capitalistas, tratam de dar forma imediatamente social aos 'valores de uso' de suas criações. Alegam, quase sempre, que o que fazem tem motivação nobre e desinteressada, e que, em última instância, são as forças perversoras da política e da economia que se encarregam de dar vazão ao 'lado mau' das realizações técnicas da ciência.

Sob o manto da neutralidade, imparcialidade e objetividade com que justificam a condução de seus afazeres, não raro esses 'funcionários' da ciência autopromovem-se como uma espécie de –nem sempre reconhecida– genuína 'riqueza nacional'; são, crêem, os autênticos porta-vozes do progresso e do engrandecimento da nação. Com isso, não só não colaboram para uma reforma das estruturas de conhecimento, como também impedem "a tomada de consciência das interações solidárias e complexas entre as esferas científicas, técnicas, sociológicas e políticas".¹⁸ Consciência, a bem da verdade, da qual talvez nem eles mesmos estejam cientes quanto aos interesses que os animam.

A esse respeito, Habermas, citado por Morin, disse o seguinte: "na medida em que a ciência precisa, em primeiro lugar, conquistar a objetividade, ela dissimula os interesses fundamentais aos quais ela deve não só os impulsos que a estimulam, mas também as condições de toda objetividade possível".¹⁹ Os interesses a que ele se refere aí são os de caráter 'técnico' (domínio da natureza), 'prático' (notadamente o de controle da sociedade) e 'reflexivo' (típico da ciência crítica, que indaga acerca do que somos e fazemos). De todos, esse último, sugere ele, "é o bom interesse, porque a ciência crítica, motivada pela reflexividade, tem por objetivo a emancipação dos homens, enquanto os outros interesses conduzem à dominação e à sujeição".²⁰

Não é necessário, do que precede, muito esforço de reflexão para se perceber que a matriz de interesses ou valores da ciência contemporânea não aponta nessa última direção indicada por Habermas, mas naquela que conduz à progressiva tecnologização da ciência, num processo em que praticamente se apagam as fronteiras entre a ciência e a tecnologia, resultando no que se passou a chamar de *tecnociência*.

Ora, a visão de mundo informada pela tecnociência opera com uma matriz cognitiva mais do que nunca ajustada, hoje em dia, à reprodução da escala de valores que as nossas sociedades, infelizmente, prezam em mais alta conta: o materialismo e o individualismo. São estes, de fato, os dois mais conspícuos ingredientes do padrão contemporâneo de produção do conhecimento, bem como de seu entendimento do mundo e de suas formas correlatas de exercício de poder e de dominação humana. Tudo em nome do saber. Um saber cada vez mais *reducionista*, porque, em síntese, apartado da vida e das experiências humanas, ocupado tão-somente em "fornecer compreensão dos fenômenos exclusivamente em termos de suas estruturas subjacentes e componentes moleculares, de seus processos e interações e das leis que os governam".²¹

De um modo geral, isso explica o porquê de a muitas pesquisas faltar o suporte necessário para desenvolver-se simplesmente por não estarem em conformidade com a perspectiva de controle da natureza e de reprodução das condições materiais e sociais vigentes orientadas por aqueles valores. Contudo, isso não implica dizer que aos valores sociais caiba a tarefa de determinar se uma dada teoria é ou não aceitável, contrariando sua orientação cognitiva. No entanto é evidente que os valores sociais não apenas restringem o tipo de teoria a ser desenvolvida, “mas também estruturam a escolha do domínio de possibilidades que deveremos indagar e investigar”.²²

Para se ter uma idéia, poucos negariam que a perspectiva, em ciência, de controle material da natureza encontra-se, atualmente, cristalizada na visão de mundo informada pelo neoliberalismo da globalização. Senão vejamos: independentemente de qual seja o ramo de conhecimento, os valores em voga no processo de produção do saber privilegiam o individualismo ou a solidariedade? O usufruto particular dos bens ou a promoção de seu caráter social? O mercado ou o bem-estar dos povos? O utilitarismo ou a pluralidade de valores? A liberdade individual ou a libertação humana?²³

O discurso econômico em voga mais do que dá provas de que é aí a primeira lista de valores a que prepondera na orientação cognitiva da ciência contemporânea. Com efeito, nunca, como agora, a Economia foi tão redutora do pensamento, ao menos do pensamento crítico, inconformado, emancipatório, que não se deixa embair pela crença vulgar de que o progresso consiste em mera adaptação às últimas novidades do mundo da técnica. Tal discurso, que faz a Economia parecer negar o que ela sempre foi, isto é, Economia como Economia Política, como Política Econômica, opera no sentido de esvaziar e tratar como ilegítimos os conflitos sociais, reduzindo quem os protagoniza à categoria de ‘novos bárbaros’, de *outsiders*, de incompetentes preteridos pelo jogo do mercado. Tudo se passa, assim, como se o descontentamento com o presente estado de coisas da vida econômica correspondesse a tão-somente uma manifestação de agentes fracassados em lidar com os mecanismos de funcionamento do mercado.

Não menos ingrato e certamente mais alienante que o dos economistas tem sido, em todo esse processo, o trabalho dos administradores. A eles tem cabido, por assim dizer, a realização do ‘trabalho sujo’ dos economistas. De bom grado, aceitam que a ordem estabelecida pela economia empresarial – que é, no fundo, do que se ocupam – não é para ser rejeitada, mas exponenciada em suas potencialidades produtivas. Com suas modernas técnicas de gestão e de

monitoramento dos sistemas e processos de trabalho, apenas dão a impressão de que seu trabalho é mais operacional que o dos economistas, quando, a bem verdade, mais não fazem que guardar os preceitos da produtividade e da eficácia do trabalho. Esse tem sido o terreno privilegiado de reconhecimento de ‘talentos’, de promoção da criatividade e do caráter empreendedor dos indivíduos.

Que tal coisa seja assim, no fundo, é altamente sintomático do grau de estupidificação a que pode chegar uma sociedade moldada pela exaltação dos valores da concorrência. Quem quer que se ocupe em fornecer às pessoas semelhante orientação não passa – como diria Adorno – de um ‘assassino de escrivania’, de um agente formador dos bárbaros de amanhã. Para esse autor, competição é algo que, em princípio, contraria a formação humana.

Progresso e Regressão

A noção de progresso, tal como usualmente empregada, comporta algo de natureza ‘cumulativa’, numa trajetória linear (infinitamente ascendente) que combina as dimensões quantitativa (de um ‘algo a mais’) e qualitativa, isto é, de um ‘algo a mais’ que sempre se acresce para ‘melhor’, trazendo desenvolvimento social e humano como resultado do crescimento econômico e das aplicações dos avanços científicos. Em outras palavras, trata-se, como se pode notar aí, de uma concepção de progresso plasmada pela visão de mundo material e utilitária do determinismo econômico, que vê o ser humano apenas em termos de suas necessidades. Daí que não se dê conta de que o incremento na oferta de bens e serviços não necessariamente traduz mais bem-estar e qualidade de vida; de que, “a partir de certo limiar, o crescimento pode produzir mais prejuízos do que bem-estar e que os subprodutos tendem a se tornar os produtos principais”.²⁴

Prova disso são o crescente desemprego em escala global, a degradação ambiental, a desmontagem das redes de proteção social em todo o mundo, pra não falar da banalização da violência, do individualismo exacerbado, da competição desenfreada, da perda de sentido no trabalho etc, para se perceber muito claramente a extensão dos efeitos regressivos e destrutivos levados a efeito pelo ‘progresso’. Portanto, a palavra progresso não é tão clara quanto parece.

Nem mesmo, aliás, em âmbito dos procedimentos estritamente científicos se a tem como muita clareza. Desde Popper, por exemplo, sabe-se que a noção de progresso aplicada ao campo da ciência não se confunde com o acúmulo de realizações comprovadas e/ou com a verificação de “sentenças básicas” median-

te generalização indutiva de fatos observados e subseqüente derivação de leis e teorias. Por meio do que ficou conhecido como falseacionismo, Popper reivindicou que a tarefa da ciência consiste mais em refutar, falsificar as tais sentenças básicas, do que em procurar verificá-las. Nessas circunstâncias, não é nada plausível esperar que possa progredir o que resiste à falsificação. Sem uma ruptura, uma correção de rota que suprima erros, não faz sentido falar em progresso.

Entretanto, como quer que venha a ser considerado, dever-se-ia dar como certo que de nada adianta o progresso se ele não consistir – e foi Marcuse quem o disse – “na humanização progressiva dos homens, no desaparecimento da escravidão, do arbítrio, da opressão e do sofrimento”. E nisso não é de modo algum evidente que o progresso técnico leve necessariamente ao progresso humanitário.²⁵ Ao contrário, sugeriu: o progresso está carregado de negatividade, e é até mesmo hostil à felicidade e à paz; “está necessariamente fundado na infelicidade e precisa necessariamente ficar ligado à infelicidade, à insatisfação”.²⁶

Universidade Contra o Social

Nesses tempos, por assim dizer, ‘bicudos’ para a ‘sociedade do trabalho’, a cujos estertores estamos todos assistindo, é de estranhar que as nossas Universidades estejam abdicando de seu papel de produzir um conhecimento que sirva – pode soar ingênuo – à promoção dos valores humanos para dedicar-se a estratégias meramente acomodatórias à realidade, expressas em conteúdos meramente interpretativos e funcionais, dirigidos ao conformismo com o mercado, com as práticas mercantis de destruição dos fundamentos (naturais) da vida. Nunca, como hoje, a realidade se impôs tão fortemente como ideologia, que faz o homem atual, em nome desse realismo, adaptar-se ao presente estado de coisas com a resignação de quem o faz como se estivesse diante de um fenômeno natural qualquer, contra o qual nada pode fazer senão aceitar seu curso normal, já que nada poderia mesmo ser diferente do que tem sido.

Em outras palavras, a realidade, que no passado – como bem notou Horkheimer²⁷ – era oposta e confrontada ao ideal, paradoxalmente se transforma no próprio ideal. Como resultado, “a autopreservação do indivíduo pressupõe o seu ajustamento às exigências de preservação do sistema. Ele não tem mais possibilidades de escapar do sistema (...) deve, por assim dizer, dedicar todas as suas energias para estar dentro e a partir do movimento das coisas”.²⁸ É essa a lógica pragmática do ajustamento.

Flexibilidade, dinamismo, empreendedorismo – essas são algumas das palavras de ordem decorrentes

dessa lógica de adaptação ao mercado que passaram a animar o cenário das práticas educativas como um todo, até mesmo onde não deveriam encontrar pronta acolhida: nas universidades; não sem antes serem submetidas aí a duras reflexões críticas. Isso é o que de elementar se deveria esperar de um ambiente acadêmico, uma vez que sua função não se resume a repercutir a estupidez de uma sociedade alienada de si mesma, cada vez mais apartada dos valores que dizem respeito inclusive à própria sociabilidade, ao espírito de vida coletiva – coletiva, mas não mais ‘comum’, exceto, talvez, no que se refere à aglutinação em torno do culto de exaltação ao individualismo.

Por força disso – desse ajustamento demencial ao mercado – é que, dia após dia, prospera em quase todos os setores das nossas universidades uma certa orientação de servir à sociedade à maneira das empresas (privadas) prestadoras de serviços. Procuram, dessa forma, dar ao conhecimento curso economicista e mercantil. De uma vez por todas, não é esse papel melancólico que se deveria estar reservando às universidades, com a conivência de seus corpos docentes, discentes, e, o que é pior, da comunidade em geral, que de ciência e de universidade entende muito pouco. Também pudera: tudo a que ela aspira – e para isso conta com a universidade – é tomar parte nesse modelo injusto e desumano que combina inteligência com mecanismos de mercado, e confunde liberdade de criação com subserviência à técnica e à comercialização de conteúdos científicos.

A propósito, há uma máxima que diz o seguinte: ‘não importa o que você estuda, é sempre economia empresarial’. Ela condensa “a redução funcionalista da educação e da pesquisa à capacidade de valorização econômica imediata”,²⁹ que, de uma vez por todas, atou escolas e universidades diretamente à ‘economia’, aos critérios da economia empresarial.³⁰ Não é outra senão essa a razão pela qual nossos estudantes se vêem instados, desde muito cedo, a exercitar procedimentos empresariais mediante simulações de venalidade dos conteúdos que adquirem no processo de aprendizagem. Nisso, a rigor, tem consistido nosso sublime papel de educadores: adestrar idiotas funcionais ao sistema, que agora nos ‘coisifica’ sob novo ‘modelo’ social.

Nesse novo modelo de sociedade, dita do conhecimento (ou da informação), tornou-se consensual o reconhecimento da necessidade de se proporcionar a todos educação – para o trabalho, é claro. Poucas, raras mesmo, são as vozes dissonantes, que questionam o sentido dessa formação. Mais raras ainda são as que identificam nesse movimento um expediente inócuo e meramente protelatório da crise das sociedades

estruturadas em torno do trabalho. Quanto mais se aprofunda essa crise, mais se cobra da educação. E isso determinou que o nosso sistema de ensino acabasse por assumir como sendo sua uma incapacidade em prover ocupação que, em verdade, deriva da falência do modelo de reprodução cada vez mais tecnicizada da vida material. O mesmo têm feito as pessoas: introjetam como fracasso pessoal por sua desocupação aquilo que é produto do fracasso do atual estágio de evolução do capitalismo em fazê-lo.

Em suma: um processo educacional que serve a isso é uma aberração institucionalizada, uma negação de si mesmo; é uma fonte de reprodução de desigualdades e de reforço das estruturas dominantes de poder e de violência social —em que pese reafirmar a todo instante pretender o contrário. Quem leu Adorno aprendeu que a tarefa precípua da educação não reside nisso, em restringir-se —quando mais deveria transcender— ao necessário momento da instrução, em tornar as pessoas ajustadas ao processo de produção e/ou conformadas ao *status quo*. Se assim o é, claro deve estar que a medida que confere peso às universidades precisa ser revista. Como o pensamento crítico, nelas, está em crescente desuso, é aliás bastante provável que não valham mesmo o que alegam pesar. Por ora, só nos resta mesmo esperar para ver no que tudo isso vai dar. Até lá, quem sabe, “pode ser que a administração capitalista da crise educacional ponha a caminho, sem querer, uma nova contracultura intelectual”.³¹

NOTAS

- ¹ Ray Monk, *Wittgenstein: o Dever do Gênio*, 1995, p. 429.
- ² Nietzsche, ‘A Gaia Ciência’, In: Claude Chrétien, *A Ciência em Ação*, 1994, p. 196.
- ³ Ver Roberto Machado, *Nietzsche e a Verdade*, 1999, p. 77.
- ⁴ Adorno & Horkheimer, *Dialética do esclarecimento*, 1985, p. 114.
- ⁵ *Ibidem*, p. 20.
- ⁶ Paul Feyerabend, *La Ciencia en una Sociedad Libre*, 1982, p. 114.
- ⁷ *Ibidem*, p. 115.
- ⁸ *Ibidem*, p. 116.
- ⁹ Loc. cit.
- ¹⁰ Michael Lowy, *As aventuras de Marx contra o Barão de Münchhausen*, 2000, p. 103.
- ¹¹ Olgária Matos, *A Escola de Frankfurt: Luzes e sombras do Iluminismo*, 1993, p. 35.
- ¹² Christiane Chauviré, *Wittgenstein*, 1991, p. 140.
- ¹³ Ray Monk, op. cit., p. 429.
- ¹⁴ Loc. cit.
- ¹⁵ Manuel Palácios, ‘O Programa Forte da Sociologia do Conhecimento e o Princípio da Causalidade’ In: Vera Portocarrero (org.), *Filosofia, História e Sociologia das Ciências*, 1994, p. 186.
- ¹⁶ *Ibidem*, p. 118.
- ¹⁷ Claude Chrétien, op. cit., p. 154.
- ¹⁸ Edgar Morin, *Ciência com Consciência*, 2001, p. 120.

¹⁹ *Ibidem*, p. 47.

²⁰ Loc. cit.

²¹ Ver Prefácio de Hugh Lacey & Marcos B. de Oliveira, In: Vandana Shiva, *Biopirataria: a Pilhagem da Natureza e do Conhecimento*, 2001, p. 15.

²² Hugh Lacey, *Valores e Atividade Científica*, 1998, p. 30.

²³ *Ibidem*, p. 32.

²⁴ Edgar Morin, op. cit., p. 96.

²⁵ Herbert Marcuse, *Cultura e Psicanálise*, 2001, p. 119.

²⁶ Loc. cit.

²⁷ Max Horkheimer, *Eclipse da Razão*, 2000, p. 100.

²⁸ Loc. cit.

²⁹ Robert Kurz, ‘O Efeito Colateral da Educação Fantasma’, *Folha de São Paulo*, MAIS!, 11 abr. 2004, p. 19.

³⁰ Loc. cit.

³¹ Loc. cit.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CHAUVIRÉ, Christiane. *Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- CHRÉTIEN, Claude. *A Ciência em Ação*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- FEYERABEND, Paul. *La Ciencia en una Sociedad Libre*. 3. ed. Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1982.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. São Paulo: Centauro Editora, 2000.
- KURZ, Robert. O Efeito Colateral da Educação Fantasma. *Folha de São Paulo*, MAIS!, 11 abr. 2004.
- LACEY, Hugh. *Valores e Atividade Científica*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- LÖWY, Michael. *As Aventuras de Marx contra o Barão de Münchhausen*. 7.ed., São Paulo: Cortez, 2000.
- MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a Verdade*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- MARCUSE, Herbert. *Cultura e Psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- MATOS, Olgária. *A Escola de Frankfurt: Luzes e Sombras do Iluminismo*. São Paulo: Moderna, 1993.
- MONK, Ray. *Wittgenstein: o Dever do Gênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- PALÁCIOS, Manuel. O Programa Forte da Sociologia do Conhecimento e o Princípio da Causalidade. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). *Filosofia, História e Sociologia das Ciências*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.
- SHIVA, Vandana. *Biopirataria: a Pilhagem da Natureza e do Conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PROJETO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE II – PQD II: Uma Experiência Educacional no Nordeste Brasileiro

Rivaldo Sávio, Sonia Pimentel & Sandra Aquino*

Introdução

O Projeto de Qualificação Docente II (PQD II) teve sua realização iniciada em 1998 pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), em parceria com a Secretaria de Educação e do Desporto e Lazer do Estado de Sergipe (SEED) e com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE), além do apoio das Prefeituras Municipais do interior do Estado sergipano. Visava à formação de docentes para atuarem na educação básica, a qual dar-se-á através dos cursos de Licenciatura Plena. Tal condição faz-se necessária para o ingresso no quadro permanente da carreira de magistério, conforme as leis nº 9394/96 e 9424/96 da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação brasileira, para formação dos professores. Dessa forma o PQD II tratou-se de um projeto singular, em termos de Brasil, ¹ e que busca qualificar em nível superior os professores da rede pública.

No entanto, houve um primeiro projeto, denominado PQD I, o qual teve início em 1997, e que também foi nosso objeto de pesquisa anterior. Tal projeto formou em 02/02/2002 as primeiras turmas, com um total de 443 alunos de 71 municípios sergipanos. Somando-se estes dois projetos, obtivemos exatamente 1560 professores qualificados desde 1997, quando foi realizado o primeiro vestibular especial para os professores do interior do Estado. Tais professores aprovados para o PQD I puderam então optar entre quatro cursos de diferentes áreas do conhecimento: Letras/Português, Biologia, Química e Matemática. Para o PQD II, mais seis áreas de estudo foram abertas para os 1060 alunos aprovados. São: Letras/Português-Inglês, História, Geografia, Física, Educação Física e Pedagogia.

Diagnóstico da realidade educacional

Todo esse esforço justifica-se a partir do diagnóstico da realidade educacional dos docentes da rede pública no interior do Estado, conforme levantamento realizado pe-

las Diretorias Regionais de Educação da SEED, que concluíram que 90% dos professores em regência de classe não possuem formação pedagógica necessária para a função que desempenham. Diante desse quadro, o PQD I, projeto pioneiro em todo Brasil, foi o primeiro passo para redefinição das práticas educativas e, conseqüente melhoria educacional dos municípios sergipanos, servindo inclusive de exemplo para outros Estados brasileiros, ou seja, de como se pode qualificar seus mestres de maneira ampla, gradual e eficaz. É claro que a forma pensada e aplicada pelos educadores sergipanos, é apenas um dos caminhos criados para melhorar a formação e a conseqüente educação neste Estado do nordeste brasileiro. Sem dúvida, outras realidades e estruturas sócio-econômicas e culturais geraram outras possibilidades de se "fazer educação".

Com esse panorama, a avaliação do PQD I (concluída em 2002) partiu do ponto de vista dos protagonistas do projeto, isto é, dos professores, alunos e técnicos administrativos, obtendo sucesso na coleta e análise dos dados, e que serviram de base e experiência para a elaboração da pesquisa seguinte - PQD II, objeto aqui do nosso estudo.

Portanto, diante da necessidade de se avaliar esse processo educacional, Vasconcellos (1994) coloca:

"A finalidade da avaliação, dentro de um horizonte de uma educação libertadora, numa abordagem sócio-interacionista, é ajudar a escola a cumprir sua função social transformadora, ou seja, favorecer que os alunos possam aprender mais e melhor, tendo em vista o compromisso com uma sociedade mais justa e solidária."

Dessa forma, formulamos também, como objetivo geral para analisar o PQD II, avaliar seus aspectos fundamentais, verificando de que modo tem sido realizados, no âmbito do Projeto, os objetivos propostos inicialmente e que se voltam para a licenciatura de professores das redes municipal e estadual do interior do Estado de Sergipe, e ainda, de que forma particular a UFS tem cumprido as ações necessárias para a obtenção desses resultados.

* Professores do Departamento de Psicologia da UFS e Doutorandos em Psicologia da Educação pela Universidade do Minho, em Portugal (contatos: rsavio@infonet.com.br).

Assim, com o apoio do Departamento de Psicologia da UFS, da Coordenação Geral do PQD, e da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), devido à carência de estudos que avaliassem o andamento e os resultados do PQD II e com a perspectiva de utilizar os resultados dessa análise para melhorar futuros projetos, como é o caso do PQD III (em andamento desde meados de 2002), o Grupo de Estudos e Pesquisas de Avaliação do Ensino Superior (GEPAES), formado por professores do Departamento de Psicologia da UFS e de outras universidades, inclusive a Universidade do Minho em Portugal, iniciou essa pesquisa, buscando ampliar estudos que avaliassem os processos educacionais em nível superior, gerando com isso, subsídios para melhoria do sistema educacional brasileiro e servido de apoio comparativo para estudos em outros países.

Metodologia

Como primeira ação do GEPAES, avançamos no trabalho de sensibilização dos alunos e professores, apresentando os resultados conseguidos com a pesquisa inicial que analisava o PQD I, em todos cinco pólos regionais, ou seja, nas cinco cidades do interior de Sergipe que centralizavam as ações educacionais do Projeto, quais são: Estância, Lagarto, Itabaiana, Propriá e Nossa Senhora da Glória. Quase que imediatamente, após a exposição dos resultados alcançados na primeira pesquisa, obtivemos apoio e total manifestação de interesse pela maioria dos participantes do PQD II, cerca de 1100 pessoas entre coordenadores, professores e alunos, para que de fato pudéssemos iniciar nossa pesquisa de avaliação do segundo Projeto de Qualificação Docente. Em seguida, como segundo passo, em fevereiro de 2002, continuamos o processo com a confecção e aplicação dos questionários (para professores e alunos), nos pólos regionais já citados anteriormente. Na terceira etapa programada pela equipe de pesquisadores, iniciou-se a análise subjetiva dos dados, através de categorias de análise e também, a avaliação objetiva, através de correlação de interdependência estatística das informações colhidas com a amostra de professores e alunos. As categorias de análise, criadas nesse processo, serviram de base e foco de atenção dentre os inúmeros aspectos que poderiam ser levantados na pesquisa. A partir daí, as informações conseguidas foram balizadas, gerando conclusões bastante pertinentes à cerca do processo de formação dos licenciados em nível superior em quase todo Estado de Sergipe, ou seja, ficando apenas a capital Aracaju, fora do PQD II. Tal fato ficou marcado dessa maneira, na medida em que o PQD II apenas contemplava as cidades do interior do

Estado, notadamente mais carentes quanto à formação de seus professores. Porém, é bom salientar, que no atual projeto de qualificação (PQD III), a demanda da capital sergipana, aprincípio, já está sendo devidamente coberta.

Amostra

Do universo de 1000 alunos matriculados no PQD II, obtivemos uma amostra de 734 (73,4%). Quanto aos professores, do total de 83 docentes, obtivemos uma amostragem de 31 sujeitos (37,3 %). O percentual inferior na amostra dos docentes, deve-se à dificuldade de contatar os mesmos e de mostrá-los a importância institucional/educacional da pesquisa. Os resultados encontrados, surgem em função da comparação das respostas entre professores e alunos, e internamente entre os alunos de cada curso de licenciatura de ensino.

Instrumento

Utilizou-se dois questionários estruturados, respectivamente para professores e alunos. No entanto, para confecção desses instrumentos, foram criadas nove *categorias de análise*, que serviram como pontos focais dentro da pesquisa. As categorias questionadas foram: 1) Concepção do curso; 2) Estrutura do curso; 3) Disciplinas e programas; 4) Concepção pedagógica; 5) Administração acadêmica; 6) Corpo docente; 7) Corpo discente; 8) Condições materiais; 9) Infra-estrutura. Tais categorias aparecem organizadas em cada questionário em 4 grandes dimensões. Quais são: Identificação, Vivências e expectativas, Avaliação acadêmica e Estrutura do curso.

Esses questionários, eram compostos, em maior parte, de perguntas objetivas, porém contendo algumas perguntas de cunho subjetivo. Para a análise desses instrumentos, trabalhou-se com o programa estatístico SPSS.11 (*Scientific Package for Socials e Sciences*).

Resultados

Apresentaremos neste artigo, apenas alguns dos resultados mais relevantes levantados nessa pesquisa. Para tal, inicialmente avaliaremos os professores do PQD II.

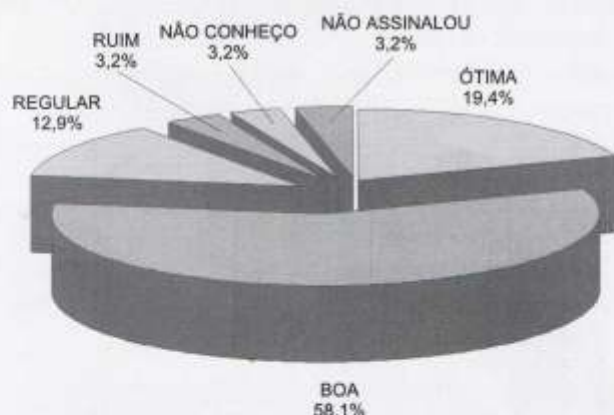
Quanto à primeira dimensão, ou seja, *Identificação*, é dado a conhecer a formação desses docentes. Observando os resultados, percebeu-se que apenas 25,8% dos professores que ministram aulas no PQD II não têm curso de pós-graduação. Pode-se afirmar, a princípio, que esse índice indica uma boa qualidade na formação e, conseqüentemente também bons resultados quanto ao ensino praticado nessa licenciatura de ensino superior.

Quanto a segunda dimensão do instrumento, isto é, as *Vivências e Expectativas*, observou-se junto aos docentes quais seriam suas expectativas iniciais em relação aos alunos, e se houve modificações dessas expectativas, durante essa experiência docente. Estes dois questionamentos tem relevância, na medida em que os alunos do PQD II tem um perfil sociocultural diferenciado, são mais velhos e todos são professores. Enfim, bastante diferentes (em termos genéricos) daqueles alunos que os docentes da UFS tem encontrado no *campus* da Capital.

Podemos notar, a partir dos dados encontrados, que as expectativas iniciais que variaram entre excelentes e boas perfazem um total de 71% das respostas, índice bastante relevante. Em seguida, quando questionados se existiram modificações nas suas expectativas, o índice de mudança positiva vai para 67,7%. Nosso grupo de pesquisadores, de fato percebeu a real mudança positiva nas respostas dos professores, na medida em que em outro quesito da investigação, onde se pergunta: “*Em que medida você tem usado sua experiência do PQD II, para sua prática na UFS?*”, obtivemos dos docentes 48,4% das respostas apontando para “*tem usado muito*”. Acredita-se que tal percentual mostra de fato que as expectativas positivas que se ampliaram na visão (e prática) dos professores refletem diretamente nos cursos de graduação que ministram na Capital.

Um outro indicador encontrado e que aborda a terceira dimensão da pesquisa, ou seja, *Avaliação Acadêmica*, questiona como o professor avalia a estrutura curricular do PQD II, obtendo as seguintes respostas:

Como você avalia a estrutura curricular do PQD II?



Percebe-se no gráfico, que de forma acentuada, os professores avaliam como boa a estrutura curricular do Projeto. Entende-se “*Estrutura Curricular*”, aspectos

relacionados com os objetivos do curso, sua metodologia, a grade das disciplinas específicas, etc.

Tal índice positivo, reflete no quesito seguinte, onde se pergunta: “*Como tem sido, na sua avaliação, a aprendizagem dos seus alunos?*” Encontramos um resultado extremamente alto de respostas (90,3%), que indicam uma boa aprendizagem dos seus alunos. Dessa forma, todos os resultados apontam para bons indicadores de ensino-aprendizagem dentro do PQD II.

Outro ponto bastante discutido entre representantes dos alunos, professores e Coordenação Geral do PQD, e levantado durante nossa investigação, trata-se da *Atividade Compensatória*. Entende-se como um mecanismo metodológico criado no PQD com o intuito de ajudar o aluno que obteve notas (ou médias) baixas durante o período letivo do curso. Com este instrumental, o professor teria mais duas horas/aula para rever o assunto com dificuldade junto ao aluno, e mais duas horas/aula para poder avaliá-lo. Tal mecanismo foi criado, na medida em que não é possível uma “segunda chance” para o aluno, ou seja, se o mesmo for reprovado em qualquer disciplina, estará fora do curso. Tal medida, considerada radical por muitos, visa que o aluno da licenciatura forme-se dentro do prazo de tempo específico do seu curso, pois conforme os ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o prazo limite para a qualificação de todos professores da rede estadual e municipal de todo Brasil é até 2007. Porém, fazia-se necessário uma corrida contra o tempo, já que atualmente o MEC não obriga mais o cumprimento do prazo legal assinalado na LDB. Assim, acreditamos que mais uma vez torna-se questionável atividade compensatória do PQD.

Observando os resultados, notou-se um número expressivo (61,3%) de respostas dos docentes favoráveis à atividade compensatória. Percebe-se também em suas citações pessoais favoráveis, já que esse quesito permitia isso, alguns aspectos interessantes: “*É a possibilidade do aluno se reabilitar mediante a avaliação momentânea*”; ou “*Pelo fato do aluno não ter a possibilidade de cursar a disciplina novamente*”. Da mesma forma, foram levantadas posições contrárias: “*Nossos conteúdos não podem ser compensados em duas aulas*”; ou “*Não traz os benefícios que se desejam*”. Fica claro então, como demonstrado pela pesquisa, a necessidade de uma maior discussão sobre esse instrumento metodológico criado no PQD.

Por fim, com respeito à última dimensão *Estrutura do Curso*, dentre outras questões, perguntou-se de forma aberta “*O que deveria ser feito para melhorar o PQDII?*”

Observou-se nesta questão de cunho subjetivo, as seguintes citações mais frequentes:

- “Melhorar o acervo da biblioteca” - 13 professores
- “Rever o currículo” - 7 professores
- “Disponibilizar para os alunos um espaço para a biblioteca, com acesso fácil” - 4 professores.
- “O Projeto nada deixa a desejar” - 3 professores
- “Mudar o fato de não poder reprovar, pois torna as avaliações mais fáceis, não contemplando todo o assunto” - 3 professores

Percebe-se que a maioria das colocações, voltam-se a melhorar o acervo bibliográfico, tanto em número de títulos como em quantidade de livros. Isto se dá, pois em cada escola que centraliza as atividades educacionais dos pólos do interior do Estado, encontramos uma pequena biblioteca com livros básicos para cada curso de licenciatura ministrado ali. Tal acervo não é considerado suficiente. A saída mais lógica seria do aluno do PQD buscar ajuda na Biblioteca Central da UFS (BICEN). No entanto, devido à distância desta para as cidades do interior, a falta de tempo do aluno que tem uma carga horária de trabalho grande na sua atividade de professor, e também o seu final de semana tomado pelas aulas que assiste no PQD e, finalmente, a falta de dinheiro para comprar livros ou se locomover para a Capital, impedem que esse aluno carente materialmente possa usufruir melhor da sua condição de aprendiz. De certo, faz-se necessário repensar este modelo no PQD II.

Uma segunda colocação aponta para a revisão curricular. Conversando diretamente com os professores, os pesquisadores detectaram que eles reclamam da falta de algumas disciplinas optativas específicas de cada curso. Também questionam algumas ementas que limitam o programa de outras disciplinas. Porém, como já discutido anteriormente, a maioria dos professores consideram os currículos dos seus cursos bons.

Quanto a disponibilizar melhor espaço para a biblioteca setorial, acredita-se tratar de apenas um acerto administrativo. Contudo, para se mudar o fato da reprovação do aluno gerar seu afastamento definitivo do curso, deve-se ampliar tal discussão com as partes envolvidas diretamente, ponderando-se vários aspectos.

Avaliando em seguida os resultados dos alunos do PQD II, percebe-se na primeira dimensão do questionário, a *Identificação*, diferenças marcantes desses 734 alunos aprovados pelo “vestibular especial”, para os alunos de entrada tradicional nas graduações da UFS. A amostra dos alunos ficou claramente definida nas questões seguintes: “Qual o seu curso?” e “Qual o Pólo a que pertence?”. Assim:

Qual o seu curso ?

CURSOS	Frequências	Percentuais
Letras - Português	109	14,9
Letras - Inglês	117	15,9
História	74	10,1
Geografia	102	13,9
Educação Física	109	14,9
Pedagogia	145	19,8
Física	75	10,2
Não assinalou	3	0,4
Total	734	100,0

Qual o Pólo a que pertence ?

PÓLOS (cidades)	Frequências	Percentuais
Estância	185	25,2
Itabaiana	188	25,6
Lagarto	95	12,9
Propriá	112	15,3
N.S.Glória	154	21,0
Total	734	100,0

Outro ponto também relevante na identificação desse aluno, trata-se da “idade”. Conforme apresentado na pesquisa, observa-se entre os alunos uma média de 36,39 anos. Trata-se de uma média alta, quando comparada com os alunos com entrada “normal” na graduação na UFS (em torno de 18 anos).

Avançando ainda na identificação desse aluno do PQD II, notamos-se quanto ao gênero, estado civil, renda familiar, local de trabalho e formação anterior, características muito especiais. Vejamos: Percebeu-se que a maioria dos alunos é do gênero feminino (78,7%), casadas (60,8%), e provavelmente tem filhos. Um número significativo destes alunos (67%), recebem mensalmente de 1 a 3 salários mínimos, o que significa ganhar muito mal.

Trabalha

Trabalha no(a)	Frequências	Percentuais
Ensino Fundamental	583	79,4
Ensino Médio	65	8,9
Coordenação Pedagógica	27	3,7
Secretaria	19	2,6
Diretoria	26	3,5
Não assinalou	14	1,9
Total	734	100,0

Formação Anterior

FORMAÇÃO	Frequências	Percentuais
Segundo Grau	704	95,9
Graduação (Licenciatura)	13	1,8
Especialização	6	0,8
Não assinalou	11	1,5
Total	734	100,0

Nota-se nos quadros acima, que a maioria (79,4%) trabalha no ensino fundamental, ou seja, da alfabetização à quarta série primária. Quanto à formação anterior, a maioria esmagadora (95,9%) tem apenas o nível médio (segundo grau).

Tais indicadores vem apenas corroborar com a filosofia que deu início à criação do PQD: dar oportunidades ao professor carente a ter acesso à qualificação profissional, buscando com isso melhorar a educação fundamental e média no Brasil.

Com respeito à segunda dimensão do instrumento, *Vivências e Expectativas*, o aluno foi questionado sobre suas expectativas atuais frente ao seu curso.

Tais resultados expressam expectativas atuais positivas dos alunos frente ao seu curso no PQD II. Essa expectativa reflete também na questão seguinte, ao serem perguntados "Em que medida seu curso está preparando-o para desempenhar melhor as atividades do magistério?", respondem que "Muito" em 61,9% dos casos.

Ainda dentro da dimensão *Vivências e Expectativas*, questiona-se aos alunos sobre sua relação com os docentes do Projeto, encontrando tais resultados:

Como se dá a relação professor/aluno ?



Como observamos, a relação com seus professores expressa como "boa" por 68,9% dos alunos, e como "excelente" por 27,2% dos mesmos, confirmando que de fato os processos educacionais de ensino-aprendizagem vem obtendo resultados satisfatórios.

Partindo para a dimensão "Avaliação Acadêmica", perguntou-se aos alunos, assim como aos professores, se ambos achavam válida a atividade compensatória. Nota-se um percentual de 83,1%, bastante alto, sendo favorável à atividade compensatória, o que denota seu medo de ser reprovado e afastado do Projeto.

Em seguida, levantou-se o primeiro quesito subjetivo, quanto à validade do estágio curricular. Observamos ao analisarmos as citações transcritas, que mesmo sendo favoráveis ao estágio, 36,8% alunos são contrários a essa atividade, sendo que 139 alunos colocam que "Já trabalham na área", e assim não vêem necessidade no estágio curricular. Ora, segundo Caires (2001) "O estágio profissionalizante, que na grande parte dos cursos do Ensino Superior surge no último ano, representa um importante momento no percurso do aluno universitário.". Deve-se refletir sobre tal ponto, na medida em que entendemos que o fato de ser professor, não é suficiente para se negar uma vivência de aprendizado tão relevante na formação do aluno como o estágio.

Por fim, adentrando a última dimensão do instrumento, ou seja, a *Estrutura do Curso*, depara-se com questões voltadas para atividades sócio-culturais e científicas pertinentes ao PQD II. Assim, observando os resultados, percebe-se de imediato o baixo índice (7,4%) de respostas para o item "satisfatório", quanto às atividades sócio-culturais. No entanto, para os itens "regular", "insatisfatório" e "inexistente", os percentuais crescem assustadoramente. O mesmo se dá, onde as atividades científicas são consideradas pela maioria (41%) como "regular".

Ora, fica claro que o PQD II falhou quanto a essas duas características, consideradas pela Pedagogia como fundamentais no processo educativo. Faz-se necessário então, uma metodologia de trabalho mais dinamizada, tanto em termos de ensino-aprendizagem, como em termos de facilidade de condições para que algumas atividades possam ser implementadas a contento. É primordial que se entenda que a Educação não acontece apenas na sala de aula com "giz e palavras".

Conclusões

Ao iniciarmos nossas pesquisas, que avaliaram os Projetos de Qualificação Docente I, e um ano depois o PQD II, nosso grupo de estudos sobre o Ensino Superior buscou entender o processo educacional que se dava ao longo dos anos no interior de um Estado pobre do nordeste brasileiro, como é o caso de Sergipe. Dessa feita, concordando com a perspectiva de Sobrinho (2000):

"A avaliação não é nada neutra. As principais disputas sobre a avaliação institucional não são essencialmente querelas sobre aspectos técnicos; mais propriamente, neste caso, são concepções sobre a educação superior e sobre a sociedade que,

no fundo, estão em questão. E como acontece com os juízos de valor, carregados de significação política, portanto, portadores de possibilidades de transformação, como é sempre o caso da educação, é a constituição do futuro o foco principal da disputa". (p.185)

Com base nesta visão e após ter-se levantado e analisado informações pertinentes a dois grupos de amostras no PQD II, ou seja, 31 professores e 734 alunos, percebemos que nossa avaliação humanizou-se. Não no sentido pejorativo, onde de uma forma tendenciosa buscaríamos beneficiar com a nossa avaliação alguém ou algum órgão público que por ventura tenha patrocinado esse projeto. Não, mais porque vivemos esse processo de tal maneira, inclusive ministramos aulas nele, que percebemos sua essência: dar oportunidades à pessoas simples, professores interioranos de viver um sonho, o sonho de estudar. Tal perspectiva não apenas é individual, mais principalmente coletiva, pois o PQD tem mudado a visão de algumas comunidades sertanejas que nem imaginavam terem direito ao "saber científico". Conforme atesta nossa experiência, a auto-estima dessas pessoas melhorou muito. Por exemplo, entrevistamos um aluno que era alcoólatra. Essa pessoa transformou-se tanto ao longo do curso que além de deixar o vício, criou uma ONG de Defesa Ambiental, durante sua licenciatura em Biologia. Um outro aluno, deficiente físico, que disse a um amigo: "*farei um curso universitário quando ele vier aqui para o interior*", e profeticamente veio. Essa pessoa tornou-se o primeiro aluno em termos de média geral de todo PQD I, terminou sua especialização e hoje faz mestrado em Letras.

Ao colocarmos esses relatos, não estamos falando de milagres, mais apenas de vontade de fazer, de querer produzir conhecimento, de gerar saber. Um "*saber libertador*" (Freire, 1967). Percebe-se esta necessidade de um saber transformador, ao observarmos os resultados a cerca do perfil dos estudantes do PQD II, que expressa tratar-se de uma maioria feminina, casada, carente economicamente e com idade média mais avançada que o estudante tradicional, o que denota sérias dificuldades de acesso a uma Universidade. Apenas por esse aspecto, o Projeto já justificaria sua existência, pois diminui a exclusão social, ao interiorizar a universidade e democratizar as oportunidades em educação. Esta perspectiva aberta pelo PQD criou uma "reserva de vagas" para aquele aluno carente que dificilmente poderia cursar uma Universidade.

É claro, não-sejamos ingênuos em apenas tecer os "louros da vitória" para o Projeto. Ele tem falhas na sua estrutura financeira, política e pedagógica, sem dúvida, vide a atual situação de estagnação do PQD III.

No entanto, constatamos nesta investigação que o PQD II deu certo. Seus coordenadores aprenderam com

os erros do PQD I, e conseqüentemente avançaram em alguns aspectos. Podemos crer que o PQD é parte do processo de transformação da Universidade pública. Esta transformação, trabalhada de forma autônoma e responsável pode não só ampliar o número de vagas da UFS, mais interiorizar-se para as áreas mais carentes do Estado sergipano. Estes aspectos levantam a discussão da criação da Universidade Estadual (UESE), que pode ser incentivada e qualificada inicialmente pela nossa Universidade Federal.

É com esta visão que acreditamos que nossa pesquisa "humanizou-se", pois saímos de uma perspectiva meramente quantitativa e que tão somente levanta dados para produzir comparações, para produzirmos um saber que também valoriza o subjetivo, o relacional, a troca de experiências, e que também é vital na relação professor/aluno, e que é ainda primordial para quem pesquisa. Afinal, pesquisamos somente dados, ou os Homens que os produzem?

Após toda essa reflexão, pudemos intercalar, de forma mais crítica, os resultados obtidos, analisá-los, e concluirmos sobre diversos aspectos que geraram inúmeras sugestões, para que a UFS e a Secretaria de Educação do Estado de Sergipe (SEED) possam melhorar cada vez mais seu processo de qualificação de professores, e conseqüentemente, melhorar a Educação em Sergipe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANFOPE - Ação Nacional de Formação dos Profissionais em Educação. (1997). *Recomendações para uma diretriz nacional*, Brasília, DF.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Brasília, DF.
- CAIRES, Susana. (2001). *Vivências e Percepções do Estágio no Ensino Superior*. Braga, Portugal: Universidade do Minho.
- MEC- Ministério da Educação e Cultura. (1997). *Diretrizes dos Especialistas para Avaliação dos Cursos Superiores*. Brasília, DF.
- Projeto CIRCOS - Centro de Integração Regional e Convivência Social. (1997). Aracaju, Brasil: SEED.
- ROCHA, Ivanete; Santos, Vera & Vieira, Maria. (1996). *Projeto de Qualificação Docente: Licenciatura Plena*. São Cristóvão, Brasil: Universidade de Sergipe.
- SÁVIO, Rivaldo & PIMENTEL, Sonia. (Org.). (2001). *Análise do Projeto de Qualificação Docente I - PQD I*. São Cristóvão, Brasil: Universidade Federal de Sergipe.
- SOBRINHO, José Dias. (2000). *Avaliação da Educação Superior*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- VASCONCELLOS, Celso. (1994). *Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar*, 4ª ed., São Paulo: Libertad.

AGRÔNOMOS X DOCENTES: Memórias das Disputas pelo Poder na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

Jorge Carvalho do Nascimento*

Na década de 1920, havia uma consciência disseminada no país acerca da competência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para a gestão dos patronatos agrícolas. Assim, mesmo sendo uma instituição estadual, o Patronato Agrícola São Maurício foi dirigido por um técnico indicado por aquele ministério. Era, então, administrado pelo seu diretor e por um Conselho de Assistência Privada¹. O fato de o Patronato ser gerido por um Conselho de Assistência Privada objetivava envolver a sociedade civil com as responsabilidades de regeneração da infância pobre, uma vez que esse tipo de atividade era encarado pelo governo como

obra de solidariedade humana (...). A solução do problema, ao lado do socorro dos poderes públicos à infância desvalida, impõe-se, paralelamente, o socorro particular, entreadjudando-se, ambos, nesse mister sacro-santo de previdência econômica e criminal (...). Dessa colaboração somente felizes resultados há a esperar-se, porquanto de uma conjugação de esforços, diligências e cuidados recíprocos, mais copiosas serão as messes e mais dilatado o alcance dos benefícios previstos².

Nomeados pelo presidente do Estado para um mandato de três anos, os membros do Conselho tinham como competências

- I- Agenciar recursos, donativos e somas que garantam o perfeito funcionamento do Patronato, no caso de lhe vir a faltar o auxílio da administração pública.
- II- Representar ao Presidente do Estado contra a má direção do estabelecimento e qualquer fato ou circunstância que possa afetar à moralidade e bom nome dos respectivos funcionários.
- III- Facilitar a colocação do menor em fazendas particulares, uma vez concluído o aprendizado no Patronato.
- IV- instituir obras de fundo moral e educativo com anuência da diretoria e de modo que não perturbem os trabalhos regulamentares.

V- Fundar uma caixa Econômica pelos Menores Abandonados, cujos recursos serão aplicados em adquirir para os alunos que concluírem o curso os instrumentos agrários ou oficinais mais necessários³.

Não obstante buscar a colaboração da sociedade civil através de instituições como o Conselho de Assistência Privada, o governo estadual lamentava as dificuldades existentes para manter a instituição funcionando, afirmando que o setor privado e o governo federal não tinham a necessária sensibilidade para esse tipo de investimento:

Instituição de nobres fins humano-sociais, continua, sem outros recursos que os do Estado, a satisfazer os intuitos de sua criação, o que mais facilmente seria conseguido, se lhe não falcassem o concurso dos particulares e o auxílio da União. Acorressem, como era de esperar, esses subsídios, e teríamos a grande satisfação de anunciar completo o número de internados, fixado em 200. Infelizmente, os recursos isolados do Estado assim não o permitiram. Atualmente recebem ali instrução moral, cívica, intelectual e profissional, 80 menores arrancados ao vício e as más companhias, os quais amanhã, serão cidadãos úteis à Pátria⁴.

Do ponto de vista acadêmico, contudo, todo o ensino da agricultura e a orientação geral dos serviços de campo ficavam a cargo do diretor do Centro Agrícola Eptácio Pessoa.

Desde o princípio, o cargo de diretor da instituição era um posto de representatividade política bastante evidente, que conferia prestígio ao seu ocupante. Com a federalização do Patronato, em 1934, e a sua transformação em Aprendizado, este poder ficou mais visível. Principalmente depois que, em 1940, uma legislação federal formalizou a criação da função gratificada de Diretor de Aprendizado Agrícola⁵.

Quando, em 1964, a denominação mudou para Colégio Agrícola Benjamin Constant, o poder na Escola ainda

* Doutor em Educação pela PUC de São Paulo. Professor adjunto do Departamento de História e do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

Este texto é parte da pesquisa "Memórias do Aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola em Sergipe", realizada com o apoio da FAP-SE.

era completamente exercido pelos engenheiros agrônomos é o delegado estadual do Ministério da Agricultura tinha uma influência significativa no processo político de escolha do diretor⁶. O controle da rede federal de escolas estava subordinado ao Ministério da Agricultura, que mantinha, com sede no Rio de Janeiro, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV. A Delegacia do Ministério da Agricultura no Estado funcionava com um colegiado integrado pelo Delegado⁷, pelo diretor de defesa animal, pelo diretor de defesa vegetal e pelo diretor do Colégio Agrícola.

Com a transferência do ensino agrícola federal do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação⁸, os engenheiros agrônomos passariam a influenciar menos a instituição. A transferência gerou algumas polêmicas, mas há vozes que participaram do processo e que continuam a considerar que o MEC era um espaço mais adequado para a definição da política própria ao ensino agrícola que o Ministério da Agricultura:

A Escola foi melhor [quando] subordinada ao MEC. Quando ela passou para o MEC ela melhorou. Foi devagarzinho, mas o MEC tinha melhores cabeças. O MEC era mais preparado para administrar a Escola que o Ministério da Agricultura. O pessoal do MEC tinha melhor formação⁹.

Contudo, outros professores que também participaram do mesmo processo divergem deste ponto de vista: “Houve discussões acaloradas, na época de Laonte Gama. Vieram algumas pessoas do Ministério da Educação aqui para dar cursos. Aquilo não era curso, aquilo era doutrinação”¹⁰. O entendimento dos que preferiam o Colégio Agrícola Benjamin Constant sob o controle do Ministério da Agricultura era o de que a filosofia dominante no Ministério da Educação comprometia a qualidade do ensino oferecido pela escola. Nesse conflito se revelam as posições em disputa e as divergências existentes entre a orientação pedagógica dos agrônomos e a proposta que o MEC procurava implementar.

[Vieram] duas mocinhas [técnicas do MEC]. [Uma delas] perguntou: “o que é Educação?” Depois que todo mundo verteu seus pontos de vista, aí [ela] disse: “Tá todo mundo errado. A educação é tudo isso e mais alguma coisa”. Quer dizer, foi uma lição formidável. Eram muito inteligentes, mas por debaixo disso existia um veneno, eu considero um veneno. Elas vieram para aqui, com o objetivo de modificar qualitativamente o ensino. E eu disse na época: mas isso não é crime professora, nós estamos indo à frente. Elas não souberam me dizer quais as razões que elas estavam pedindo para você ensinar menos. O professor Tenisson [Aragão] se levantou inflamado: “Não há Ministério aqui

que me faça... que me obrigue dar menos do que eu dou, eu vou dar... vou dizer um negócio a vocês eu vou dar mais”. O professor Giovane levantou muito mansamente e disse: “as funções algébricas, matemáticas, o meu conteúdo, é o conteúdo que a gente aprendia no ginásio antigo. Quer dizer se vocês querem minimizar isso...”¹¹.

Este era, de um modo geral o ponto de vista de engenheiros agrônomos e médicos veterinários. Segundo o professor Emanuel Franco, a área à qual a instituição se destina é agrícola. A área educacional não seria, na sua opinião, capaz de gerenciar um colégio agrícola. O debate, na verdade, revela uma posição extremamente preconceituosa de alguns profissionais que atuavam no Colégio quanto à necessidade de incorporar padrões pedagógicos ao seu trabalho, o que não fora visto como necessidade profissional docente enquanto a instituição esteve subordinada ao controle do Ministério da Agricultura. O professor Cândido Augusto Sampaio Pereira, expressa esse entendimento, ao comentar o que é Pedagogia:

a parte pedagógica começa a descobrir, (...) tenta descobrir chifre em cabeça de equino. (...) Maria foi para o mato e pegou a lenha. Esse tema vai ser inovado da seguinte forma: uma jovem chamada Maria saiu da cidade e foi para as campinas para pegar gravetos. Encontrou um toco e trouxe para queimar. Bom! São coisas assim fantasiosas... Eu lembro, por exemplo, do Compêndio que eu comprei, Eficiência e Eficácia. Parece que é de Tubino. Um trabalho dele que varou o Brasil inteiro (...) Eu li umas duas vezes. O que é que esse rapaz quer falar? Depois eu descobri (...) que eficiência é uma coisa e eficácia é outra. Mas é uma coisa tão boba, tão insignificante, tão irrelevante, que melhor seria que você não escrevesse, Eficiência e Eficácia¹².

Os professores que fazem a defesa do ensino agrícola sob controle do Ministério da Educação e não do Ministério da Agricultura, algumas vezes exageram as suas críticas quanto a esta última instituição além de defenderem com ardor a necessidade do refinamento das práticas pedagógicas no ensino agrícola.

As escolas agrotécnicas têm que estar no MEC porque elas têm de ser escolas técnicas e não agrícolas. Elas precisam oferecer ensino básico, ensino médio e ensino superior, a depender da condição de formação dos seus professores. A Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão poderá ser amanhã um novo Centro Federal de Formação Tecnológica do Estado de Sergipe¹³.

Já sob o controle do Ministério da Educação, o Colégio Agrícola Benjamin Constant viveu o processo de implantação da reforma do ensino da lei 5.692/1971, que determinou a mudança do sistema do ensino colegial agrícola para o ensino profissionalizante. A fim de tomar as providências necessárias à adaptação do ensino agrícola à nova lei, o MEC criou um grupo de trabalho do qual participaram professores de todo o país, estando o colégio do Quissamã representado pelos professores Tennyson Aragão e Abelardo Monteiro.

Não obstante as dificuldades para dispor de um orçamento de investimentos, a instituição escolar conseguiu se transformar em uma importante expressão do ensino agrícola brasileiro na década de 1970. “Nós lideramos o ensino agrícola”¹⁴. O Colégio buscou recursos para investimentos junto à Sudene e teve condições de adquirir ônibus para transportar professores e estudantes. “Os meus funcionários e professores andavam em cima de um caminhão velho”¹⁵. Também foram adquiridos tratores para as práticas do ensino de técnicas agrícolas com recursos da mesma Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que financiou ainda a construção de praça e ginásio de esportes. Da mesma maneira foram reformados e ampliados os dormitórios e alojamentos do Colégio.

O prestígio da instituição cresceu em todo o Estado de Sergipe, durante as décadas de 1960 e 1970. Em 1963, o então vice-diretor da Escola Agrotécnica Benjamin Constant, Tennyson Araújo Aragão, assumiu o cargo de diretor, até julho de 1964, quando então requereu licença para exercer o cargo de secretário da agricultura e produção do Estado de Sergipe¹⁶. Durante a década de 1970, o diretor do Colégio Agrícola Benjamin Constant ocupava uma das cadeiras do Conselho Estadual de Educação¹⁷. Da mesma maneira, tinha assento no Conselho de Administração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Sergipe – Emater-SE. Também junto ao Ministério da Educação havia um grande prestígio institucional, a ponto de o diretor do Colégio haver sido designado pelo MEC para supervisionar as escolas agrícolas da região Nordeste. Esse prestígio e as posições políticas, todavia, foram conquistados a partir de iniciativas do próprio Colégio. Mesmo porque, o relacionamento com as instituições da política agrícola do Estado de Sergipe nem sempre era linear. Muitas dessas instituições se mantinham distanciadas do Colégio, mas este as provocava mostrando as contribuições que poderia oferecer. De certo modo, faltava a alguns dirigentes do setor agrícola a necessária clareza quanto a possibilidades de contribuição que potencialmente o estabelecimento de ensino possuía. Contudo, algumas autoridades estaduais demonstravam muita sensibilidade em relação ao trabalho do Colégio¹⁸. De um modo geral, os que passaram pela sua direção costumam destacar as dificuldades de

atuação no setor primário, em Sergipe. Mesmo assim, segundo o professor Laonte Gama da Silva, era importante levar os alunos da escola, principalmente os da terceira série, para as palestras sobre agronomia que eram promovidas em Aracaju.

Funcionando com os recursos do orçamento dos Ministérios da Agricultura e da Educação, a instituição raramente podia contar com o auxílio financeiro dos governos do Estado e de municípios que se beneficiavam diretamente da sua ação, como São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Aracaju. Algumas vezes, o governo estadual utilizava a estrutura do Departamento de Estradas de Rodagem – DER para dar manutenção à estrada de acesso à escola. Contudo a unidade escolar agrícola sempre colaborava com instituições públicas, principalmente

*a Inspetoria de Fomento Agrícola e a Defesa Sanitária Animal, vindo em seguida outras, inclusive, também, algumas prefeituras. Nossas máquinas não se limitam a cumprir apenas a finalidade de treinamento de alunos nem a trabalhar somente em nossa área. Extendemos nossas atividades a diversas zonas, mormente aos municípios mais próximos, por se tornar mais conveniente a fiscalização e o transporte do material. Até fora das fronteiras de Sergipe tem chegado a colaboração (...), que, não mede sacrifícios para elevar cada vez mais o nome da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. Assim é que, por determinação do Sr. Superintendente, cedemos por empréstimo um trator para a Escola de Satuba, em Alagoas.*¹⁹.

Algumas vezes, o Colégio conseguia firmar parcerias com o setor empresarial agrícola e com o comércio²⁰. Outras vezes esses entendimentos consistiam em encaminhar representantes para participar de eventos promovidos pelo setor privado²¹. Porém, na década de 1940, quando a instituição ainda se denominava Aprendizado Agrícola Benjamin Constant, dentre os cursos oferecidos estava o Curso de Adaptação, aberto a toda a comunidade, que funcionava promovendo uma aproximação entre o Aprendizado e o setor agrícola, principalmente os proprietários rurais²².

Na Escola Agrotécnica Benjamin Constant²³ esse tipo de curso era oferecido principalmente através do Centro de Treinamento de Tratoristas. O Centro fora criado a partir do ano de 1952 em várias escolas da rede mantida pelo Ministério da Agricultura. O argumento utilizado pelo governo federal era o de que “Procurou-se ampliar o programa de preparação de pessoal para atender às exigências da mecanização da lavoura”²⁴. O centro oferecia o treinamento a trabalhadores rurais que, após 60 dias de aula recebiam um certificado de capacitação que os habilitava ao exercício da atividade de tratorista²⁵.

O fato é que foi comum, durante toda a história da instituição, a utilização dos equipamentos públicos para a prestação de serviços a particulares²⁶. É comum, nas memórias dos ex-diretores da escola que alguns deles acusem os seus ex-colegas de uso privado dos bens públicos da instituição. Contudo, quando se referem ao seu próprio período administrativo dizem nunca ter existido tal fato²⁷.

Os alunos deste centro logo após receberem os imprescindíveis conhecimentos teóricos e, desde que não haja serviços a executar em nossas áreas, fazem estágio de treinamento nas fazendas próximas a fim de adquirirem a necessária habilidade e o domínio completo da profissão de tratoristas. Com este método eles tomam contato direto com a realidade e experimentam toda sorte de dificuldades e imprevistos que surgem com a rotina da labuta cotidiana. Também os fazendeiros são grandemente beneficiados porque embora seus campos de cultura sirvam de treinamento, o trabalho realizado compensa satisfatoriamente. A base da cooperação é feita da seguinte maneira: o lavrador cede suas áreas de cultura, fornece alojamento e alimentação para os alunos e instrutores, assim como também todo o combustível e lubrificante necessário. O nosso Centro entra com os tratores e respectivos implementos, veículos para o transporte dos mesmos, alunos e seus instrutores. (...) atendemos a um número grande de lavradores (...) concentrando-se nossas atividades nos seguintes municípios: São Cristóvão, Divina Pastora, Estância, Aracaju, Itaporanga d'Ajuda, Ribeirópolis, Laranjeiras e Pacatuba. Nestes trabalhos estão incluídos destocamento, aradura, gradagem, semeadura, capina, transporte de material agrícola etc²⁸.

A prática não só foi corrente como valorada de modo positivo pela maioria dos professores da Escola.

Os alunos faziam estágios nas propriedades. A Escola mandava seus alunos e seus técnicos para as propriedades. E era bom. Mandava equipamentos e instrumentos agrícolas. Era bom para a Escola e era bom para os proprietários. Eles tinham um técnico que estava se especializando dentro da fazenda dele e ele ainda se beneficiava do material da Escola²⁹.

O entendimento era o de que a Escola se relacionava com os proprietários rurais a fim de melhorar os padrões da agricultura e da pecuária do Estado através da colaboração técnica às propriedades rurais³⁰.

A prestação de serviços foi outra estratégia também muito utilizada pelo Colégio para angariar prestígio junto à população. Na década de 1950 o Centro Social Graccho

Cardoso promovia palestras semanais destinadas a comunidades próximas à escola. Com a participação de professores e alunos, as palestras, sempre noturnas incluíam também a exibição de um filme³¹. No final da década de 1960, o então diretor Laonte Gama da Silva considerava importante aproximar a escola das pessoas em geral.

Eu abri loja de venda aqui dentro. De ovos, de feira. Aqui dentro da Escola eu tinha isso, tinha sexta-feira verde. No Siqueira Campos, na [rua] Carlos Corrêa. Eu tinha sexta-feira verde na Escola, o povo daqui de Aracaju ia para lá comprar. Tinha carne de porco, tinha isso. Eu, quando deixei a Escola eu deixei dois reprodutores³².

Este mesmo entendimento tiveram os dirigentes da instituição que o antecederam e os que exerceram a função em períodos posteriores. Qualquer atividade que fizesse a Escola aparecer junto à opinião pública como um local onde os estudantes recebiam uma boa formação e aprendiam a aprender era importante para expor objetos e gêneros alimentícios ali produzidos³³.

Dentre as estratégias de legitimação do poder da escola também se incluía a necessidade de apresentar resultados junto ao Ministério da Educação. Por isto, sempre que possível, era necessário mostrar às autoridades federais responsáveis pelo ensino agrícola e aos docentes e dirigentes de outras escolas o trabalho realizado na instituição. Com este objetivo, todos os espaços que se pudessem ocupar eram válidos. Da mesma maneira que era fundamental aprender com a experiência das demais instituições³⁴. Todo e qualquer evento que se realizasse no país servia para a organização de exposições com objetos produzidos nas escolas agrotécnicas³⁵.

Periodicamente, a partir da década de 1960, o Colégio Agrícola Benjamin Constant organizava eventos que contribuíssem para com a formação cívica e atraíssem para o seu espaço familiares dos alunos e autoridades, além de docentes e dirigentes de outras congêneres³⁶.

Tudo isto, porém, não impediu que houvesse uma tentativa de estadualização do Colégio, em 1978. O secretário da educação do Estado de Sergipe, Everaldo Aragão Prado, mandou fazer uma avaliação da escola com o objetivo de incorporá-la à rede de escolas públicas estaduais. A iniciativa era estimulada pelo próprio Ministério da Educação, porque havia o entendimento de que o ensino de segundo grau deveria ser, completamente, responsabilidade dos governos estaduais, ficando a União federal apenas com a responsabilidade pelo ensino superior. Esta era, então, a interpretação que tanto o Governo de Sergipe quanto o Governo Federal faziam dos dispositivos da lei 5.692/71, que regulava a matéria. Era o mesmo processo que vinha sendo observado, com avanços e recuos, em colégios agrícolas mantidos pelo Ministério da Educação

em outros Estados. A situação avançou mais no Estado do Rio Grande do Norte, onde a escola federal foi transferida para o governo estadual, encerrando suas atividades alguns anos depois. "Não existe mais escola agrícola federal no Rio Grande do Norte"³⁷. Em Sergipe, Laonte Gama da Silva afirma haver liderado um movimento contrário à estadualização do Colégio Benjamin Constant. "Eu pressionei por A + B [alegando que] com os recursos que a secretaria da Educação tinha"³⁸ seria impossível manter o ensino agrícola funcionando. "Eu era inclusive do Conselho Estadual de Educação. Eu movi-me o Conselho Estadual de Educação e provei por A + B que não tinha condições de fazer aquilo porque é melhor não formar o mau profissional."³⁹. O bispo de Propriá, D. José Brandão de Castro, buscou mediar o conflito, colocando à disposição do Governo do Estado de Sergipe, para o Colégio Nossa Senhora das Graças, naquele município, afirmando que a Diocese concordava com a sua estadualização e transformação em escola agrotécnica.

Os Processos Sucessórios

Desde que a instituição foi criada, em 1924, os processos sucessórios na sua direção foram frequentemente traumáticos. Aquele que se afastava da direção não poupava críticas a quem lhe sucedia. Da mesma maneira, nos momentos em que um diretor assumia o cargo era comum dirigir acusações ao seu antecessor. Domingos Rodrigues, que assumiu a direção do Patronato de Menores Francisco de Sá, em 13 de dezembro de 1927, carregou nas tintas do seu Relatório: "Achando-se na época em que recebi do meu antecessor, o patronato em completa desorganização, era impossível dentro de tão pequeno lapso de tempo, já ter conseguido obra perfeita, com resultados surpreendentes e maravilhosos"⁴⁰.

Invariavelmente, a mudança do diretor ocorria quando o grupo que exercia o poder era substituído por um novo bloco partidário. "Em 1954 o diretor era João Fernandes de Sousa. Entrou Dr. Leandro [Maciel]"⁴¹ para o governo e tirou João Fernandes. Ele era ligado ao pessoal do PSD. O grupo de Dr. Leandro não se afinava com João Fernandes"⁴². Os dois diretores que sucederam a João Fernandes de Sousa⁴³ eram intimamente ligados à UDN: Wanderley do Prado Barreto e Tennyson Araújo Aragão. A UDN somente perdeu o controle da indicação dos diretores da instituição depois que João Seixas Dória venceu as eleições, em 07 de outubro de 1962.

Nos últimos anos da ditadura militar as relações de poder faziam com que se explicitassem cada vez mais as divergências no interior da Escola. O ponto máximo de tensão ocorreu quando da substituição do diretor Laonte Gama da Silva, depois de haver exercido a função

durante 16 anos⁴⁴. Após a sua saída, a instituição passaria por mudanças administrativas radicais, posto que pela primeira vez seria gerenciada por um técnico sem formação superior. Os engenheiros agrônomos estariam, a partir de então, alijados do exercício do poder na Escola. Não mais tiveram condições de indicar o diretor. Além do mais, incomodava a alguns deles o fato de o novo diretor ser um técnico com formação em nível médio: Francisco Gonçalves⁴⁵. Laonte Gama da Silva revela o grau de tensão produzido por tais conflitos, ao acusar o seu sucessor de haver desmontado a indústria de laticínios que ele deixou funcionando na Escola e formando técnicos:

Deixei a escola com tudo isso pronto, com técnicos em laticínios e formando técnicos em laticínios. Sergipe já transformava-se em uma bacia leiteira. Francisco Teco desmanchou a indústria de laticínios, trocou todo o equipamento por dois cavalos, dois garanhões e mandou [o equipamento] para Bananeiras na Paraíba⁴⁶.

Ele atribui a um ex-governador⁴⁷ sergipano a responsabilidade pelas alterações na administração da Escola:

nós saímos da Escola por uma exigência do governador Augusto Franco⁴⁸. O Senhor de Engenho e o processo de puxa-saquismo. O secretário geral do MEC foi ao Ministro Jarbas Passarinho e pediu para que não me demitisse, o diretor geral do Ensino Agrícola foi a ele e pediu para que não me demitisse. A resposta do ministro: é para atender o governador. Dos três senadores de Sergipe, dois queriam a substituição: Passos Porto e Lourival Baptista. [Um] era contra: Gilvan [Rocha]⁴⁹.

Vários professores da Escola confirmam a interpretação feita por Laonte Gama⁵⁰. Da mesma maneira, ele também fez um julgamento do processo de escolha do seu substituto:

Francisco levava toda semana para a casa de Dr. Augusto um fardo de tomate, de quiabo⁵¹. Para a casa de seu Arnaldo [Garcez, ex-governador de Sergipe]. Para a casa de Manoel [Conde Sobral, importante liderança política do período da ditadura militar em Sergipe]. E eles puseram Francisco, sem preparo nenhum⁵².

Este mesmo processo é relatado por outros professores que atuavam na Escola naquela oportunidade. "Chiquinho [Francisco Gonçalves] com amizade com a família de Augusto Franco ficou cavando para ser diretor da Escola. Ninguém nunca acreditou. Ele conseguiu. Chegou a nomeação"⁵³. Contudo, mesmo concordando com as avaliações feitas por Laonte Gama a respeito do processo da sua demissão e substituição por Francisco

Gonçalves, muitas pessoas consideram que ela carrega nas tintas ao afirmar que saiu em face de problemas políticos, por entenderem que nunca, na história da instituição fora distinto esse tipo de processo, inclusive quando da nomeação do próprio Laonte Gama:

*Laonte passou o seu período como se fosse um período de ditadura. Ele não passou quatro anos nem foi eleito. Politicamente Dr. Leandro [Maciel, líder político da UDN] caiu. Tiraram Wanderley [do Prado Barreto]. Foi politicamente que ele entrou ali. Laonte foi morar na casa grande, que era uma casa muito boa, muito equipada e aí ele se fez dono da escola. (...) Embora ele tenha criado o Conselho de Professores, a palavra final era dele*⁵⁴.

Entretanto, há professores que avaliam com muito entusiasmo os dezesseis anos durante os quais Laonte Gama dirigiu a instituição. Para Emanuel Franco, ele qualificou o quadro de professores e “foi um grande diretor”⁵⁵.

Já Francisco Gonçalves era tido pelos alunos como um dirigente que não sabia exercer adequadamente a autoridade que lhe era conferida pelo cargo. “Ele não era um diretor que sabia se impor. Ele era influenciado pelo professor Mário, um advogado que manipulava muito as coisas na direção da escola”⁵⁶. Ademais, as suas iniciativas gerencias eram tidas como atabalhoadas:

*Francisco fazia as coisas muito doidas. O trator estava no campo, a gente tinha acertado com o tratorista para arar essa área para plantar milho. Quando chegava na área não encontrava o trator e perguntava pelo homem. [Alguém] dizia que o diretor tirou para ir para o campo*⁵⁷.

Laonte Gama da Silva revelou toda a sua mágoa para com o processo, principalmente considerando o fato de que pela primeira vez a Escola passava a ser administrada por um técnico agrícola com formação em nível médio e não por um engenheiro agrônomo, como vinha ocorrendo desde 1924:

*Eu pedi para sair da AEASE*⁵⁸. *Existe uma tradição dessa Escola. Desde que essa Escola passou a ser ensino. [O cargo de diretor] só foi ocupado por engenheiro agrônomo, nunca por um técnico agrícola. Põe um engenheiro agrônomo. A AEASE não tomou conhecimento*⁵⁹.

A exoneração de Laonte Gama da Silva do cargo de diretor da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão era esperada desde muitos anos⁶⁰. Ao longo dos dezesseis anos nos quais exerceu a função, vários grupos e líderes da política de Sergipe fizeram pressão para substituí-lo. Dentre outros problemas de natureza política apontados no comportamento do diretor, estava o fato de ser

este notoriamente ligado ao Movimento Democrático Brasileiro – MDB⁶¹, partido que fazia oposição ao governo ditatorial. Em várias ocasiões, além da acusação de opositorista Laonte Gama recebeu a pecha de simpatizante da causa comunista, como nas eleições de 1974, quando o provecto senador Leandro Maciel perdeu a sua cadeira para o médico João Gilvan Rocha e “aproveitou a oportunidade para informar que eram comunistas o bispo de Propriá, o chefe do distrito da Superintendência do Vale do São Francisco e o diretor de uma escola agrícola federal”⁶².

Quanto ao processo de escolha do diretor da Escola através de eleições diretas envolvendo docentes, discentes e os servidores técnico-administrativos, Laonte assevera ser este um processo visto por ele com restrições: “culmina com essa menina diretora, que não sabe o que é ensino agrícola”⁶³. Na sua opinião somente os engenheiros agrônomos possuem os requisitos técnicos necessários à gestão da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão.

Essa questão, porém, é polêmica no interior do corpo docente da Escola, mesmo entre pessoas que estão muito próximas. A professora Gilda Vasconcelos Gama da Silva⁶⁴ considera a experiência da eleição direta para diretor muito ruim, entendendo que se estabelece uma relação de troca de favores que prejudica o funcionamento da atividade fim. Depois que se inaugurou este processo eleitoral, “o próprio Ministério da Educação criou mais de quarenta funções gratificadas”⁶⁵.

O ex-diretor Tennyson Aragão considera que o atual processo de escolha dos gestores da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão “é uma palhaçada. O diretor tem que ser escolhido pela autoridade do Ministério a quem ele vai ficar subordinado. Isso está superado”⁶⁶.

No início do século XXI, o discurso sobre as relações de poder no interior da Escola buscou valorizar padrões de gerenciamento tidos como democráticos e definir os elementos necessários à sua implementação. “A consolidação de uma gestão escolar de cunho democrático-participativo requer competências cognitivas e afetivas, respaldadas na internalização de valores, hábitos, atitudes e conhecimentos”⁶⁷.

Mesmo não concordando com o novo método de escolha dos dirigentes da instituição, Laonte Gama da Silva tende a discordar de um entendimento muito difuso dentre os profissionais da área segundo o qual o atual processo de eleições diretas para diretor seria o grande responsável pelo que boa parte dos entrevistados para este estudo foi unânime em apontar: aquilo que consideram a decadência da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão. Considerando a Escola decadente, ele atribui o fato não apenas ao processo eleitoral interno, mas diz que na verdade o atual modelo brasileiro de formação de técni-

cos agrícolas está esgotado. "Esse modelo já faliu"⁶⁸. Crê que a decadência da Escola tanto pode ser resultante do modelo brasileiro de ensino médio, do modelo de ensino agrícola, quanto a fatores internos da própria administração e do pessoal da instituição. Sustenta sua crítica aos fatores internos da Escola, exemplificando:

*Foi imperdoável a ausência da Escola quando o governador João Alves lançou o projeto Platô de Neópolis. Ela tinha que gritar, estar junto da Secretaria da Agricultura. A Escola tem que participar do projeto. Um agricultor para irrigação é um agricultor especializado*⁶⁹.

Aliás, o tema da decadência se repetiu várias vezes ao longo da história da instituição escolar:

*Esta Escola é um estabelecimento de tradição pelos bons e relevantes serviços que vem prestando a toda coletividade e não pode nem deve parar. Sua curva deve ser sempre ascendente e nunca como agora, estacionária ou mesmo descendente. Mas, é isto mesmo; as instituições assim como as pessoas estão sujeitas aos altos e baixos da sorte, mas, aquelas que conseguem sobreviver às intempéries do destino voltam à plenitude do seu antigo progresso. Não somos derrotistas nem desfalecemos diante da rudeza das lides diárias. Prevemos para este Educandário um futuro promissor devido às suas grandes possibilidades que um dia serão despertadas pelo toque mágico dos idealistas que dirigem os destinos da nossa Pátria. E, quer estejamos nós ou outros na direção dos seus trabalhos, esta Escola emergirá vitoriosa desta tremenda crise que ora lhe vem assolando*⁷⁰.

Outro ex-diretor da escola que a considera decadente é o professor Tennyson Aragão: "As poucas vezes que eu vou lá eu fico triste de ver a escola, como ela está. O auditório não existe mais. E, para fazer aquele auditório não foi fácil. Foi um trabalho meu e do João Fernandes"⁷¹. Para ele a decadência se deve ao despreparo administrativo de alguns dos diretores que passaram pela escola.

Com a idéia da decadência concordam também alguns dos seus ex-alunos. José Ireno da Silva que frequentou a instituição durante a década de 1980 atribui o processo de decadência ao que considera o afrouxamento das normas disciplinares⁷². Além disso, ele considera também a mudança do perfil do mercado de trabalho, entendendo que a profissão de técnico agrícola perdeu importância⁷³.

Para Alfredo Cabral, a decadência existe e é de natureza técnico-pedagógica:

A Escola piorou. A Escola hoje compra farinha. A Escola tem uma área de 2.500 tarefas a quinze quilômetros de Aracaju, tem rio, tem mão-

*de-obra, tem tratorista, tem trator, tem o próprio aluno também. A Escola hoje não planta mandioca. Começaram a plantar esse ano. Tem muito tempo que não planta, desde a época de Alberto, na primeira gestão. Alberto não chegou a plantar arroz. Acho que o último arroz que foi plantado foi quando eu fui diretor, em 89. O arroz não planta. Horta, produz um pouquinho. Aviário é como eu falei para você, ficou dois anos parado. O aperto na educação pública é geral, mas nunca faltou dinheiro. Qual foi o órgão [público] que você viu fechar por falta de dinheiro nesse país? Nunca, tem dinheiro. Tem pouco, mal aplicado. Alberto mesmo, na primeira gestão, pintou o prédio da administração, se não me enganò, quatro vezes. Aquilo ali ficava um brinco. Mas, se você fosse lá pra trás, para o aviário, não estava bom. Então é uma questão administrativa. Se você entra lá e é professor de Educação Física e quer investir em esporte, você vai investir em esporte. Quadra, isso, aquilo, tudo vai ficar bonitinho. Mas, vá olhar o campo. Eu acho que aquela Escola é uma Escola agrícola. (...) É [necessário] mudar o currículo. A gente se preocupa. O aluno basta aprender matemática que já vai para o campo. Não. É regra de três, é? Saber quantos quilos de adubo vai dar em cada tarefa? Não. O que eu acho que está decadente é isso. A Escola já foi ponto de referência. Nós já produzimos pinto de um dia. Tinha suíno lá que era ponto de referência, que era como se fosse um fomento. O cara ia comprar para criar, porque o porco era bom. Hoje é o contrário. O porco faz vergonha. Tem vaca lá que produz um litro, dois litros de leite. Isso é uma cabra. Mas é o que nós temos. Que caiu, caiu e muito, não caiu pouco não.*⁷⁴

Com a tese da decadência também concorda a professora Umbelina Aciole de Bonfim⁷⁵, atribuindo a responsabilidade aos gestores que passaram pela instituição: "A Escola está decadente porque ela passou por mãos não habilitadas para [gerenciar] o ensino de nível médio"⁷⁶. Nessa pluralidade de diagnósticos, a opinião do professor Emanuel Franco é a de que a decadência da Escola se deve ao fato de a instituição não haver optado pelo ensino superior⁷⁷. O atual diretor da Escola, Alberto Aciole Bonfim diverge completamente da idéia de que a instituição estaria decadente.

A escola de São Cristóvão é uma escola que sempre proporcionou aos jovens do hinterland sergipano oportunidade de crescimento. Se você diz que ela está em decadência, eu pergunto: por que? Ela está fechando ou vai fechar al-

*gum curso? A Escola está oferecendo três cursos, (...) aceita alunos internos, aceita alunos semi-internos e aceita alunos externos. [Aceita] alunos que já terminaram [o ensino médio], não conseguiram [aprovação] no [concurso] vestibular [para o ensino superior] e têm oportunidade de fazer um curso de agroindústria, de agricultura ou de zootecnia. Por que eu vou dizer que a Escola regrediu? Em hipótese alguma. A Escola está a cada dia crescendo e precisa de pessoas que apoiem esse desenvolvimento*⁷⁸.

O processo de escolha do diretor da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão pela comunidade escolar começou na década de 1980, de modo tumultuado e sob muita polêmica. O governo federal definira que as escolas agrotécnicas poderiam fazer um processo de eleição paritária entre os três segmentos da comunidade escolar⁷⁹ para a composição de uma lista sêxtupla de nomes⁸⁰. A lista seria encaminhada ao Ministério da Educação que escolheria um dos seis. Ao final da gestão do professor Francisco Gonçalves, em 1988, foi feita a primeira eleição na escola⁸¹. O processo foi bastante tumultuado, desde o início. Seis candidatos disputaram o pleito. Dentre estes, os nomes mais fortes eram os de Alberto Aciole Bonfim, Manoel Luiz e Alfredo Cabral. O debate eleitoral ficou polarizado entre os professores da chamada área técnica e os professores licenciados. O grupo da chamada área técnica recolocou o velho debate segundo o qual somente os agrônomos e veterinários teriam condições de dirigir a instituição. O professor Alfredo Cabral, veterinário por formação, encarnou a liderança que representava este pensamento. Manoel Luiz, professor de Educação Física, era a expressão dos professores licenciados, enquanto Alberto Aciole Bonfim, professor licenciado de Biologia e vice-diretor durante a gestão de Francisco Gonçalves, era visto como o candidato que possuía experiência nos setores técnico-administrativos.

Alfredo Cabral, apesar de haver representado no processo eleitoral o grupo da área técnica, entende que esta condição não é requisito indispensável para dirigir a Escola:

*Não é que a escola tenha obrigação [de ser dirigida por alguém] da área técnica. Pode ser de qualquer área, porque na realidade ali o que o [diretor] assume é uma administração. Ele tem que se cercar de pessoas boas de cada setor. Eu senti que fui bem aceito pelos estudantes que tinham direito a voto, uma boa parte dos funcionários e professores. Como eu sou da parte técnica passava mais tempo no setor do que na sala dos professores. A grande maioria dos professores era do ensino médio, não era da área técnica*⁸².

Muitas pessoas, à época estranharam o fato de Alfredo Cabral haver registrado a sua candidatura e pregar, no interior da Escola, durante a campanha que era contra a realização do pleito.

*Eu fui contra a eleição, porque a eleição era para colocar seis nomes [em uma lista a ser enviada ao MEC]. Na época só tinham seis nomes [registrados como candidatos]. Então não precisava fazer eleição. Só era botar os nomes [na lista] e mandar. Agora, se tivesse sete, aí sim, porque um tinha que ser descartado. Eu fui contra [a realização da eleição]. Teve um debate, Alberto propôs que quem saísse em primeiro lugar era o diretor. Eu fui contra perante todo mundo. Eu disse que era contra porque ele não havia se afastado, continuou no cargo. Ele era vice-diretor. Quando entra numa eleição, queira ou não queira, começa aquela ajuda de voto. O funcionário precisa se ausentar por três dias, aí se libera; o aluno, não suspende, vai ajeitando... E eu não. Eu só fazia a parte pior, que era pegar aluno, botar aluno para trabalhar e cobrar dele, o trabalho e o ensino, o estudo. Eu fui contra perante todo mundo*⁸³.

O nome mais votado da lista foi o do professor Alberto Aciole Bonfim. Alfredo Franco Cabral saiu da eleição em segundo lugar. O terceiro foi Manoel Luiz. O primeiro foi nomeado para dirigir a escola⁸⁴. Porém, três dias após a sua nomeação, a portaria de designação foi tornada sem efeito, em face de gestões realizadas junto ao ministro da educação pelo senador Lourival Baptista e pelo governador Antônio Carlos Valadares⁸⁵. Com isto, foi publicada uma nova portaria designando para o exercício da função o professor Alfredo Franco Cabral⁸⁶. Alberto Aciole Bonfim recorreu à Justiça Federal contra o ato do ministro e um ano depois foi reintegrado no cargo⁸⁷.

Segundo o professor Alberto Aciole Bonfim, o episódio não deixou seqüelas na vida da Escola:

*Eu consegui, junto com o professor Alfredo, um relacionamento tal que servisse de exemplo aos demais que fazem a instituição. Não poderia continuar sendo uma instituição polarizada - metade briga por Alberto e metade briga por Alfredo ou outra pessoa. Nós achamos por bem que tínhamos de servir de exemplo eu e ele. Tanto é que, oito anos depois, quando eu coloquei meu nome novamente para ser candidato a diretor da Escola, eu tive a satisfação de receber o voto dele como membro do Conselho me apoiando para a direção da Escola*⁸⁸.

O professor Alfredo Cabral concorda apenas em parte com a interpretação de Alberto Aciole Bonfim:

Toda eleição sempre fica [ressentimento]. Na hora que vai para a lista e qualquer um pode ser nomeado começa a ter briga., começa a criar aquele ambiente ruim. A Escola ficou dividida em dois grupos: o grupo de Alberto e o grupo de Alfredo. Sempre me dei com ele. Agora, tanto eu como ele, gato e cachorro, era um olhando para a cara do outro meio desconfiado. Quando eu perdi entreguei. Eu olho a escola com uma visão e ele olha de outra. Ele passou esses quatro anos, não teve problemas. Não tenho ressentimento contra ninguém, nem contra ele⁸⁹.

O aqodamento da relação entre ambos teria se acentuado em função de uma decisão do diretor Alberto Aciole Bonfim que pareceu injusta à ótica de Alfredo Cabral:

Alberto me deixou chocado. Ele me tirou de aviário e me colocou em bovino. Tudo bem, eu sou veterinário e não posso reclamar. Mas, eu acho que o aluno de aviário perdeu e o aluno de bovino perdeu. Eu já estava com uns dez a doze anos em avicultura e o professor de bovino também já estava com seus dez a doze anos. O de lá tinha que ficar perguntando e eu tinha que ficar perguntando a ele. Eu, em sala de aula, disse isso e ele disse isso. Que támos nos esforçar ao máximo para não prejudicar eles [os alunos]. Fiz apostilas. Fiz veterinária, não sou burro. Estudei e busquei lembrar. Mas eu também tenho meus pés no chão. Não vou dizer que sou o melhor veterinário de avicultura do país, porque se eu fosse não estaria aqui, eu estaria dando palestras, estaria nos Estados Unidos. A gente tem que sentir até onde pode ir. Foi o meu caso de bovino. Eu disse que ia dar aula, fiz apostila, fiz tudo. Agora, na hora que chegou detalhe técnico, inseminação artificial... Isso tinha quinze a dezoito anos que eu tinha visto na universidade. Aí eu pedia para meu colega me dar um curso. Mas foi dito ao aluno. Não estou dizendo que Alberto está me botando de castigo não, mas eu achei que foi. Um ano depois ele me mudou. Ele achou que especialista em avicultura tem que ficar em avicultura. Isso aí foi uma coisa que não precisava⁹⁰.

Problemas sucessórios idênticos voltariam a ocorrer quatro anos depois, no final da gestão de Alberto Aciole Bonfim. No processo eleitoral que se instalou Alfredo Cabral concorreu novamente. Foi o primeiro da lista, mas não conseguiu a nomeação. "A professora Cláudia teve dez por cento dos votos e acabou ganhando porque é indicação do ministro. Não interessa voto mesmo"⁹¹. A gestão da professora Cláudia foi bastante tumultuada do

ponto de vista administrativo, levando a Escola a mergulhar numa grave crise.

Ela fazia coisas absurdas. Era questão de administração mesmo. Ela não tinha condição de administrar uma casa Começou a faltar razão. Para você ter uma idéia, eu passei dois anos lá dando aula teórica porque não tinha um pinto. E isso é ruim para mim porque o aluno depois sai falando não só da escola. De mim também e eu não posso fazer outra coisa. Era só reclamar a eles, era só aula teórica. Você imagine: um ano dando aula teórica. Agora, falar de vacinação, que é no olho, uma gotinha. Não tinha verba não tinha nada. Se reclamava dizia que não tinha dinheiro. Então era uma questão administrativa. Dizia que ela resolvesse⁹².

No final da década de 1990, as disputas haviam se acirrado a tal ponto que a Escola estava mergulhada em uma situação muito difícil. Em alguns anos, foi oferecida uma quantidade de vagas maior que o número de candidatos à matrícula nos seus cursos.

NOTAS

¹ Cf. SERGIPE. 1925. Decreto 899, de 06 de maio. Integravam o Conselho o desembargador Armando Hora de Mesquita, o coronel Manoel Correia Dantas, o coronel Affonso Quintiliano da Fonseca, o coronel Sabino Ribeiro, o coronel José da Silva Ribeiro e o médico Aristides da Silveira Fontes.

² Idem.

³ Ibidem.

⁴ Cf. SERGIPE. 1926. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 07 de setembro de 1926, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 16ª legislatura pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso Presidente do Estado. p. 106-107.

⁵ Cf. BRASIL. 1940. Decreto-Lei nº. 2.134, de 12 de abril.

⁶ Segundo entrevista de Laonte Gama da Silva, quando da sua escolha para o cargo de diretor da Escola Agrícola Benjamin Constant, ele foi convocado pelo delegado do Ministério da Agricultura em Sergipe, Aloísio Leite, para participar de uma reunião. "Eu recebi um telefonema para comparecer [à Delegacia do Ministério da Agricultura]. Quando cheguei lá achei o ambiente muito solene. Aloísio [Leite] me chamou e disse: 'Sente aqui junto de mim'. Aí comunicou o que os colegas todos já estavam sabendo. Eu havia sido escolhido para dirigir o Colégio. Sem me consultarem. Eu fui para Brasília e fiz uma visita a Doutor Paulo Walter para a nomeação. Me emocionei, lógico. Não imaginava isso, essa nomeação. Se não engano foi em janeiro [de 1966], no dia 26".

⁷ Naquele período o orçamento dos gastos federais com as atividades agrícolas em Sergipe era controlado pelo Delegado do Ministério.

⁸ Essa transferência ocorreu no ano de 1967. Todo o pessoal do ensino agrícola foi, então, também transferido do quadro do Ministério da Agricultura para o quadro de pessoal do Ministério da Educação.

⁹ Cf. SILVA, Laonte Gama da. 2003. Entrevista concedida ao autor no dia 24 de setembro.

¹⁰ Cf. PEREIRA, Cândido Augusto Sampaio. 2004. Entrevista concedida a Marco Arlindo Amorim Melo Nery, no dia 22 de fevereiro.

¹¹ Idem.

¹² Ibidem.

¹³ Cf. BONFIM, Alberto Aciole. 2003. Entrevista concedida ao autor no dia 07 de dezembro.

¹⁴ Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.

¹⁵ Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit. A respeito da aquisição do ônibus destinado ao transporte de professores e estudantes é visível o desencontro de informações entre Laonte Gama da Silva e Tennyson Araújo Aragão. Este último afirma que o ônibus foi adquirido no período em que esteve à frente da direção da escola. O primeiro faz a afirmação em sentido contrário. Nos documentos existentes nos arquivos da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão não foi possível localizar documentos contendo informações que servissem para dirimir a polêmica. Cf. ARAGÃO, Tennyson Araújo. 2004. Entrevista concedida ao autor no dia 14 de março.

¹⁶ Tennyson Aragão assumiu o cargo de titular da Secretaria da Agricultura e Produção do Estado de Sergipe, convidado pelo governador Sebastião Celso de Carvalho. Este era vice-governador e assumiu o cargo de governador no dia dois de abril de 1964, depois que, em função do golpe militar do dia 31 de março, o governador João de Seixas Dória foi deposto.

¹⁷ Durante o período em que foi diretor do Colégio Agrícola Benjamin Constant, Laonte Gama da Silva exerceu, por sucessivos períodos o mandato de membro do Conselho Estadual de Educação, como representante do ensino agrícola. A partir do ano de 1968, por duas vezes, foi eleito presidente do colegiado.

¹⁸ Dentre os responsáveis por políticas públicas estaduais da década de 1970, Laonte Gama da Silva destacou em sua entrevista o trabalho do economista Everaldo Aragão Prado, que exerceu o cargo de secretário da educação, no período de 1975 a 1978. "Eu sempre gostei muito de Everaldo. [Ele] foi o secretário com qual a Escola se relacionou com mais facilidade". Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.

¹⁹ Cf. BARRETO, Wanderley do Prado. 1957. *Relatório da Escola Agrotécnica Benjamin Constant*. São Cristóvão, EABC. p. 47.

²⁰ "Fizemos com uma empresa de Aracaju. Eu vendia [o trabalho dos] meus alunos. Dr. Joaquim comprou uma fazenda em São Cristóvão e fez o plano de reforestamento. Quem executou foi José Augusto, mas quem produziu todas as mudas foi o Colégio Agrícola e eu vendi todo o projeto do Colégio". Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.

²¹ A professora Adália Maria Varela e Silva ofereceu um depoimento revelador quanto a esse aspecto: "No ano de 1991 participei de um curso intensivo de Pintura em Tecido, promovido pela Casa das Tintas". Cf. SILVA, Adália Maria Varela e. 1992. *Memorial descritivo*. São Cristóvão, Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão. p. 28.

²² Cf. BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1943. Portaria ministerial nº. 708, de 27 de dezembro. O Curso de Adaptação era uma espécie de curso livre, aberto a qualquer pessoa que trabalhasse no campo. Tinha duração rápida e abordava questões especializadas como Avicultura, Apicultura, Sericultura e outras.

²³ Como já visto, denominação institucional a partir do ano de 1957.

²⁴ Cf. CLEOPHAS, João. Ministro da Agricultura. 1952. *Atividades do Ministério da Agricultura em 1952*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura. p. 251.

²⁵ Durante o ano de 1957 foram formados 24 tratoristas. À época a Escola possuía 10 tratores. No curso, os alunos aprendiam a manobrar tratores, montar, desmontar e consertar os equipamentos, arar, sulcar e gradear áreas de terra. Cf. BARRETO, Wanderley do Prado. 1957. Op. cit. p. 43.

²⁶ A propósito da utilização dos equipamentos da escola, Laonte Gama da Silva denunciou hábitos que existiam na instituição de colocar o patrimônio público à disposição de políticos influentes,

com o objetivo de realizar serviços em propriedades particulares. "Eu tinha um trator de esteira do tempo de Wanderley. Esse trator foi trabalhar na fazenda, passou dois anos na fazenda de Leandro Maciel. O tratorista perdeu a família porque passou dois anos fora de casa. [O trator] voltou acabado, chegou no Colégio e encostou e [o tratorista] disse: 'Laonte o que é que você vai fazer?'" Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.

²⁷ Segundo Tennyson Aragão, quanto ao relacionamento da escola com proprietários rurais, no sentido da utilização de máquinas e equipamentos da instituição escolar, isso dependia muito dos agrônomos que trabalhavam na escola. "No meu tempo, a escola nunca emprestou máquinas a proprietários rurais. Nunca teve isso. Mas, no tempo de Laonte teve. Ele dava assistência a fazendas. Safam tratores para Siriri. Siriri não tem nenhum colégio agrícola. As máquinas, os tratores iam pra Siriri, iam pra Propriá. Ia maquinário, transporte do Colégio, funcionário para manobrar as máquinas". Cf. ARAGÃO, Tennyson Araújo. 2004. Op. cit.

²⁸ Cf. BARRETO, Wanderley do Prado. 1957. Op. cit. p. 49.

²⁹ Cf. BONFIM, Umbelina Aciole de. 2003. Entrevista concedida no dia 14 de dezembro.

³⁰ Cf. FRANCO, Emanuel. 2003. Entrevista concedida ao autor no dia 21 de dezembro.

³¹ Cf. BARRETO, Wanderley do Prado. 1957. Op. cit.

³² Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.

³³ Em 1991, por ocasião do Festival de Arte de São Cristóvão, foi montado um stand com produtos das Unidades Educativas de Produção do Curso de Técnico em Economia Doméstica, "objetivando divulgar o nosso curso, bem como estimular a comercialização e a criatividade das nossas alunas". Cf. SILVA, Adália Maria Varela e. 1992. *Memorial descritivo*. Op. cit. p. 28.

³⁴ Em 1940, o professor José Augusto de Lima, diretor do Aprendizado Agrícola Benjamin Constant aproveitou o fato de o Capataz José Mesquita haver viajado para o Rio de Janeiro, integrando a equipe de remo da Liga Sergipana de Esportes Atlético, e solicitou à Superintendência do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura que lhe oferecesse um estágio de aperfeiçoamento em um aprendizado agrícola do Rio de Janeiro. Cf. BRASIL, APRENDIZADO AGRÍCOLA BENJAMIN CONSTANT. 1940. Livro de correspondência expedida pelo Aprendizado Agrícola Benjamin Constant (Janeiro/Junho de 1940). p. 6.

³⁵ O depoimento da professora Adália Maria Varela e Silva é revelador: "Participei [em 1991] da exposição de produtos das Unidades Educativas de Produção realizada em Brasília por ocasião do Encontro de Professores do Curso Técnico de Economia Doméstica". Cf. SILVA, Adália Maria Varela e. 1992. Op. cit. p. 28.

³⁶ Nos anos de 1991 e 1992 a Escola organizou a Primeira e a Segunda Semana Técnico Científica. Anualmente eram realizadas comemorações cívicas e os jogos internos da Escola.

³⁷ Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.

³⁸ Idem.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Cf. SERGIPE. 1927. *Relatório dos trabalhos executados no período de 13 de dezembro de 1926 a 30 de junho de 1927*. Aracaju.

⁴¹ Líder político da UDN, venceu as eleições para governador do Estado de Sergipe realizadas em 03 de outubro de 1954.

⁴² Cf. ARAGÃO, Tennyson Araújo. 2004. Op. cit.

⁴³ João Fernandes de Sousa dirigiu a escola com pulso muito forte desde o final da década de 1940 até a metade da década de 1950. Ligado às lideranças políticas do PSD, principalmente ao ex-governador Arnaldo Garcez (que esteve à frente do Poder Executivo do Estado no período de 1951 a 1954), teve muito prestígio político em Sergipe até a metade da década de 1950, quando os udenistas assumiram o poder. "João Fernandes era um homem que não tinha raiva de ninguém. Mas a uns ele tratava melhor que aos outros.

- Quando ele gostava de uma pessoa, ele a tratava muito bem. Depois que saiu da direção da escola ele foi embora para a cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro e não voltou mais. Mas, ele fez muito por aquele colégio". Cf. ARAGÃO, Tennyson Araújo. 2004. Op. cit.
- ⁴⁴ Após deixar o cargo de diretor da Escola, em 1982, Laonte Gama da Silva continuou trabalhando como professor concursado da instituição, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e exerceu, por duas vezes, o mandato de deputado estadual. "Aí fui dar aula. Esperei chegar o chefe da Secretaria, seu Raimundo Nogueira Fontes, e pedi: me faça o favor, se o senhor puder. Em uma hora de folga me tire a relação de todos os meus alunos. Do dia em que eu cheguei aqui até agora. E ele fez isso. Eu escrevi para todos eles [os alunos]. Eu só não tive voto em Arauá porque eu não tive aluno em Arauá e em outro município de Sergipe". Depois dos dois mandatos, ele retornou às atividades de professor da Escola até a sua aposentadoria. Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.
- ⁴⁵ O novo diretor recebia pejorativamente a alcunha de Chico Teco.
- ⁴⁶ Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.
- ⁴⁷ O próprio Laonte Gama da Silva revela: "O diretor geral do Ensino Agrícola [es]teve aqui em Sergipe e eu disse a ele quais eram meus planos. Me faça o seguinte, me faça o favor, me ponha à disposição da Delegacia do Ministério da Agricultura, da Delegacia da Educação. Ele disse: 'Tudo bem, converse com o delegado. Ele faz o expediente e eu libero'. O delegado era o padre Claudionor [de Brito Fontes]. Eu fui a Claudionor. Disse que estava deixando a Escola, é um ambiente, é uma situação nova, tem um novo diretor, vai mudar muita coisa lá dentro e eu não quero criar nenhum empecilho, criar constrangimento para ele. O senhor me recebe na Delegacia do Ministério da Educação? Eu disse a ele: Padre, eu estou saindo de férias e quando eu voltar venho aqui e o senhor pode até já formalizar o expediente. Uma semana antes das férias acabarem [tocou] o telefone em casa, a empregadinha atendeu, eu não estava e me deu o recado que padre Claudionor ligou. Eu fui lá despido, aberto, ele não me convidou para sentar, me deixou de pé. Ele olhou para mim e disse: 'Não me pergunte as razões, mas não posso lhe receber aqui'. Eu disse: Tudo bem padre, eu só tenho a dizer ao senhor que esse emprego que eu tenho eu não devo a ninguém não. Eu fiz concurso público, fiz prova e passei. Sou estável, não devo minha cabeça". Para consolidar o seu ponto de vista, acrescenta: "Eu fui a Euler [Ferreira, diretor de jornalismo da TV Sergipe, emissora afiliada à Rede Globo de Televisão, então propriedade do ex-governador de Sergipe, Augusto Franco]. Euler disse: 'Há nomes que são proibidos e o seu nome não pode ser veiculado na televisão'". Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.
- ⁴⁸ "Laonte era diretor da Escola e tomou um posicionamento político contra os Franco. Por conta disso ele foi informado de que iria sair da direção da Escola". Cf. BONFIM, Alberto Aciole. 2003. Op. cit.
- ⁴⁹ Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.
- ⁵⁰ "A política derrubou Laonte e botou ele [Francisco]". Cf. BONFIM, Umbelina Aciole de. 2003. Op. cit.
- ⁵¹ "Chico [Francisco Gonçalves] tinha amizade com alguém lá da Usina São José do Pinheiro [usina de açúcar pertencente à família Franco] e por essa amizade foi indicado no lugar de Laonte". Cf. BONFIM, Alberto Aciole. 2003. op. cit.
- ⁵² Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.
- ⁵³ Cf. BONFIM, Umbelina Aciole de. 2003. Op. cit.
- ⁵⁴ Idem.
- ⁵⁵ Cf. FRANCO, Emanuel. 2003. Op. cit.
- ⁵⁶ O ex-aluno José Ireno da Silva considera bastante grave um fato ocorrido em 1983, que serve para demonstrar o quanto era frágil a autoridade do diretor da Escola. "O sobrinho do [então] governador [de Sergipe, João Alves Filho], Luciano de Menininha [Luciano Nascimento, ex-deputado estadual] foi estudar na Escola. Efetuaram um roubo lá e levaram todas as coisas dele. Saiu a história de que foi um aluno do [município de] Cedro [de São João]. Chico Teco [Francisco Gonçalves, o diretor] em vez de mandar pesquisar, convocou todos os alunos de Cedro de São João com as mochilas, num ato de humilhação, para revistar e não encontrou nada". Cf. SILVA, José Ireno da. 2004. Entrevista concedida ao autor no dia 03 de fevereiro.
- ⁵⁷ Cf. CABRAL, Alfredo Franco. 2003. Entrevista concedida ao autor no dia 08 de dezembro.
- ⁵⁸ A Associação dos Engenheiros Agrônomos de Sergipe.
- ⁵⁹ Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.
- ⁶⁰ Pelo fato de haver dirigido a instituição por mais de uma década e meia, Laonte Gama da Silva foi um diretor que dividiu opiniões. Alguns dos docentes, técnicos e alunos falam do período em que ele esteve à frente da escola com bastante entusiasmo, enquanto outros fazem duras críticas: "Laonte não foi um bom diretor. Era muito personalista. Laonte foi um diretor para ele". Cf. ARAGÃO, Tennyson Araújo. 2004. Op. cit.
- ⁶¹ Não obstante não ser, até então, formalmente filiado ao partido, Laonte Gama da Silva mantinha o seu círculo de amizades mais estreito com os dirigentes do MDB sergipano, inclusive o seu irmão, João Augusto Gama da Silva, que no período de 1997 a 2000 viria a exercer o cargo de Prefeito de Aracaju.
- ⁶² D. José Brandão de Castro era o bispo, José Augusto Gama da Silva o superintendente da Suvalle, e Laonte Gama da Silva, o diretor da escola agrícola federal acusados pelo senador Leandro Maciel na carta que este enviou ao general Ernesto Geisel, presidente da República, no dia 25 de novembro de 1974. Laonte e José Augusto Gama da Silva são irmãos. Cf. GÁSPARI, Élio. 2003. *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras. p. 474.
- ⁶³ A crítica foi dirigida à ex-diretora da Escola, professora Cláudia Lima, licenciada em Pedagogia. Com a crítica à professora Cláudia também concorda o ex-diretor Tennyson Aragão: "Não é ofensa não, mas eu não acho que uma mulher, embora professora, tivesse capacidade de dirigir a escola. Foi péssima a administração dela. Ela pensava que dando comida ao aluno estava satisfeita a escola. Essa diretora foi a pior mão-de-obra que se poderia prestar ao ensino agrícola no Brasil. Ela não tinha capacidade para ser diretora". Cf. ARAGÃO, Tennyson Araújo. 2004. Op. cit.
- ⁶⁴ Casada com o próprio Laonte Gama, durante 25 anos professora da Escola, período no qual, dentre outras funções, coordenou a Cooperativa e o curso de Economia Doméstica.
- ⁶⁵ Cf. SILVA, Gilda Vasconcelos Gama da. 2003. Entrevista concedida ao autor no dia 13 de setembro.
- ⁶⁶ Cf. ARAGÃO, Tennyson Araújo. 2004. Op. cit.
- ⁶⁷ Cf. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO. 2003. *Planejamento participativo institucional 2003-2005*. São Cristóvão, EAFSC. p. 3, 21.
- ⁶⁸ Cf. SILVA, Laonte Gama da. Op. cit.
- ⁶⁹ Idem.
- ⁷⁰ Cf. BARRETO, Wanderley do Prado. 1956. *Relatório da Escola Agrotécnica Benjamin Constant*. São Cristóvão, EABC. p. 5-6.
- ⁷¹ Cf. ARAGÃO, Tennyson Araújo. 2004. Op. cit.
- ⁷² "A gente na época reclamava muito dos métodos, das normas da Escola. Mas, depois que houve essa abertura muito grande, ela começou a decair muito. O aluno vai pra lá e faz o que quer". Cf. SILVA, José Ireno da. 2004. Entrevista concedida ao autor no dia 03 de fevereiro.

- ⁷³ “À época em que eu cheguei lá, você saía da Escola e era procurado para trabalhar. Hoje, não tem mais esse campo de trabalho. Um adolescente pensa uma, duas, três vezes antes de pensar em fazer um teste de seleção do colégio”. Cf. SILVA, José Ireno da. 2004. op. cit.
- ⁷⁴ Cf. CABRAL, Alfredo Franco. 2003. Entrevista concedida ao autor no dia 08 de dezembro.
- ⁷⁵ Umbelina Aciole de Bonfim é mãe do professor Alberto Aciole Bonfim, atual diretor da Escola e única voz discordante da tese da decadência.
- ⁷⁶ Cf. BONFIM, Umbelina Aciole de. 2003. Entrevista concedida no dia 14 de dezembro.
- ⁷⁷ Cf. FRANCO, Emanuel. 2003. Entrevista concedida ao autor no dia 21 de dezembro.
- ⁷⁸ Para o atual diretor da Escola, aqueles que defendem a tese da decadência precisam conhecer melhor a instituição hoje. Cf. BONFIM, Alberto Aciole. 2003. Op. cit.
- ⁷⁹ Docentes, discentes e técnicos administrativos.
- ⁸⁰ Inicialmente a ideia era de que a lista fosse tríplice. A regra foi mudada “para atender o interesse de um deputado em Minas Gerais, mais precisamente em Mousambinho. Na lista tríplice o candidato dele ficou de fora e ele conseguiu mudar a regra fazendo com que a lista fosse sêxtupla, a fim de o candidato dele participar”. Cf. BONFIM, Alberto Aciole. 2003. Op. cit.
- ⁸¹ O processo eleitoral aconteceu no ano de 1988.
- ⁸² Cf. CABRAL, Alfredo Franco. 2003. Op. cit.
- ⁸³ Idem.
- ⁸⁴ “Saí a portaria de Alberto, mas quando existe a eleição existe a política. Alberto correu por uma área política e eu corri por outra”. Alfredo Cabral gestiou junto ao senador Lourival Baptista e ao governador Antônio Carlos Valadares, enquanto Alberto Aciole fez gestões através do ex-deputado federal e então diretor da Caixa Econômica Federal, José Carlos Teixeira. Cf. CABRAL, Alfredo Franco. 2003. Op. cit.
- ⁸⁵ “O governador [Antônio Carlos] Valadares disse: ‘parente de Jackson [Barreto de Lima] não assume um cargo aqui em Sergipe’. (...) Foi ele [o advogado Wellington Mangueira] quem me disse: ‘se você procurar alguém aqui em Sergipe não vai conseguir nada, porque ninguém vai bater contra o governador. É o governador que não quer que você assuma nenhum cargo, porque você é parente de Jackson’. Por conta disso eu fui em Alagoas [procurar um advogado] e um ano e dois meses depois o Supremo Tribunal [Federal] mandou me entregar o cargo”. Cf. BONFIM, Alberto Aciole. 2003. Op. cit.
- ⁸⁶ “Eu não sei por que cargas d’água saí a portaria dele. Deu a impressão de que realmente foi um negócio feito naquela hora. Nós recebemos um comunicado numa segunda-feira de tarde dizendo que a posse seria no outro dia e estava chegando um cara de Brasília. Um negócio muito rápido. Eu tomei susto. Normalmente isso é publicado no Diário Oficial. O nome dele saiu. Três dias depois do nome dele ter saído, saiu outra portaria”. Cf. CABRAL, Alfredo Franco. 2003. Op. cit.
- ⁸⁷ Cf. BONFIM, Alberto Aciole. 2003. Op. cit.
- ⁸⁸ Idem.
- ⁸⁹ Cf. CABRAL, Alfredo Franco. 2003. Op. cit.
- ⁹⁰ Idem.
- ⁹¹ Ibidem.
- ⁹² Idem, ibidem.
- BARRETO, Wanderley do Prado. 1957. *Relatório da Escola Agrotécnica Benjamin Constant*. São Cristóvão, EABC.
- BONFIM, Alberto Aciole. 2003. Entrevista concedida ao autor no dia 07 de dezembro.
- _____. Umbelina Aciole de. 2003. Entrevista concedida no dia 14 de dezembro.
- BRASIL. 1940. Decreto-Lei nº. 2.134, de 12 de abril.
- _____. APRENDIZADO AGRÍCOLA BENJAMIN CONSTANT. 1940. Livro de correspondência expedida pelo Aprendizado Agrícola Benjamin Constant (Janeiro/Junho de 1940).
- _____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 1943. Portaria ministerial nº. 708, de 27 de dezembro.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO. 2003. *Planejamento participativo institucional 2003-2005*. São Cristóvão, EAFSC.
- CABRAL, Alfredo Franco. 2003. Entrevista concedida ao autor no dia 08 de dezembro.
- CLEOPHAS, João. Ministro da Agricultura. 1952. *Atividades do Ministério da Agricultura em 1952*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura.
- FRANCO, Emanuel. 2003. Entrevista concedida ao autor no dia 21 de dezembro.
- GÁSPARI, Élio. 2003. *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- PEREIRA, Cândido Augusto Sampaio. 2004. Entrevista concedida a Marco Arlindo Amorim Melo Nery, no dia 22 de fevereiro.
- SERGIPE. 1925. Decreto 899, de 06 de maio.
- _____. 1926. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 07 de setembro de 1926, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 16ª legislatura pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso Presidente do Estado*.
- _____. 1927. *Relatório dos trabalhos executados no período de 13 de dezembro de 1926 a 30 de junho de 1927*. Aracaju.
- SILVA, Adália Maria Varela e. 1992. *Memorial descritivo*. São Cristóvão, Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão.
- _____. Gilda Vasconcelos Gama da. 2003. Entrevista concedida ao autor no dia 13 de setembro.
- _____. José Ireno da. 2004. Entrevista concedida ao autor no dia 03 de fevereiro.
- _____. Laonte Gama da. 2003. Entrevista concedida ao autor no dia 24 de setembro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ARAGÃO, Tennyson Araújo. 2004. Entrevista concedida ao autor no dia 14 de março.

INCLUSÃO DIGITAL: Internet para a Educação e Cidadania

Henrique Nou Schneider*

1 - Introdução

Fala-se, diuturnamente, que as sociedades mais desenvolvidas encontram-se na Era do conhecimento, ou seja, numa época onde se busca conscientizar as pessoas da importância da cooperação, da vinculação entre todos, da tolerância e do cuidado que se deve ter com a preservação do planeta Terra, este último traduzindo-se em políticas visando ao equilíbrio e à sustentabilidade da mãe Gaia. Fala-se, também, da importância do conhecimento para criar patentes, importante forma de gerar riqueza. O fato é que, quanto mais avançada a sociedade, leia-se educada, mais rápido ela se desenvolve, por ser uma sociedade que utiliza a sua condição de bem informada para produzir mais conhecimento, através dos processos canônicos de P&D. Pode-se concluir então que a condição *sine qua non* para pertencer a essa elite é estar com os problemas de educação resolvidos ou em estágio avançado de solução.

Todos nós conhecemos as dificuldades e deficiências na área de educação, dentre outras, que o Brasil enfrenta. Não é meu objetivo discutir aqui esses problemas, até porque eles já estão muito bem mapeados. O meu interesse neste artigo é apontar uma alternativa para que, se não resolvê-los, se possa melhorar a condição educacional do nosso povo e permitir que a nossa sociedade alcance patamares de desenvolvimento mais elevados, através de projetos de educação e de cidadania que utilizem a Internet como veículo de comunicação, de acesso à informação, de geração de conhecimento, de formação de opinião e da consciência, de integração nacional, de respeito e preservação das diferenças etc.

Entretanto, apesar de estarmos vivendo em uma época em que a ideiação é o elemento principal nas atividades de produção de bens e serviços; de se dispor de recursos telemáticos como ferramentas de suporte à geração, ao armazenamento e ao acesso à informação, ainda se forma cidadãos e trabalhadores segundo um paradigma orientado para a burocracia, para a competi-

ção e centrado no individualismo, sem levar em consideração a importância da cooperação entre as pessoas, nos diversos níveis de atuação delas na sociedade. Também não irei aprofundar esta discussão aqui, por fugir do foco central deste artigo. O leitor que se interessar pode encontrar essa reflexão em muitos trabalhos como DEMASI (1999) e (2000), DERTOUZOS (1997), DRUCKER (2001), GATES (1999), GAUDIANI (1998), GUATTARI (2001), HESSELBEIN et al (1998), NAISBITT (2000), NONAKA (2001), RHEINGOLD (1998), ALVES (2001), WILSON (1999), SÜSSMUTH (1998), GIDDENS (1998), SCHNEIDER (2002 a), (2002b) e (2002c).

O computador conectado à Internet pode, então, ser utilizado como instrumento para motivar, mobilizar e engajar o estudante. Pode, também, ajudar o professor a desempenhar o novo papel de intermediador e animador no processo ensino-aprendizagem. A telemática permitirá o compartilhamento de informações entre professores e entre alunos, permitindo que as melhores experiências educacionais possam se disseminar. Ademais, o uso de hiperdocumentos (documentos organizados como hipertexto e com recursos multimídia) possibilitará ao aprendiz acessar a informação de tantas perspectivas quantas forem pertinentes. Assim, uma grande vantagem em se usar o computador e a Internet no processo educacional escolar é permitir aos aprendizes aprenderem de forma diferenciada e respeitando o seu ritmo de aprendizagem, além de melhorar o problema de oferta de vagas, pois com o ensino a distância (EaD) se desvincula o processo ensino-aprendizagem da necessidade da sala de aula física, apesar de ser necessário alguns encontros entre os estudantes e seus respectivos tutores.

Mas, convém lembrar que a tecnologia não é um fim em si mesma. Ela existe para nos servir e não para que a sirvamos. Tem-se que aceitar, conscientes, o poder da tecnologia, porém sem abraçá-la cegamente, como fa-

* Professor Doutor da UFS (Departamento de Ciência da Computação e Estatística e Programa de Pós-Graduação em Educação) e do CEFET-SE. Secretário Executivo do Comitê Gestor da Internet em Sergipe. hns@terra.com.br

zem os tecnófilos, mas, também, sem rejeitá-la simplesmente, como fazem os tecnófobos. Assim, a tecnologia da informação deve estar a serviço de todos os cidadãos; não apenas daqueles que são sofisticados tecnicamente ou privilegiados economicamente, pois ao se deixar de pensar sobre o todo, gera-se desequilíbrios. O fato é que se tem hoje uma massa enorme de pessoas gerando soluções *high tech* impelidas pela economia de mercado, enquanto que há muito poucas pessoas dedicadas a solucionar os problemas sistêmicos que fazem as desigualdades do mundo aumentarem. Como diz NAISBITT (2000): “A tecnologia alimenta nossos centros de prazer tanto física como mentalmente, mas a sua intoxicação está esmagando nosso espírito humano, intensificando nossa busca por significado.”

2 - O Problema do Analfabetismo Funcional

Vejam esta notícia, extraída da Revista da Rua: “Só 26% dos alfabetizados entendem o que lêem e escrevem. Além de 9% de analfabetos, o País tem 65% de alfabetizados com deficiências.” A pesquisa foi realizada pelo Instituto Paulo Montenegro, (www.ipm.org.br) entidade ligada ao Grupo Ibope que se dedica a projetos sociais na área de educação, em parceria com a Organização Não-Governamental Ação Educativa.

Preocupado com essa questão, o professor Daniel Augusto Moreira faz a seguinte observação: “Como podem pessoas analfabetas sobreviver com mínima qualidade de vida numa sociedade que faz da palavra escrita uma das suas principais características? ... o analfabetismo é quase intolerável pelos padrões de necessidade sociais atuais.”

A definição sobre o que é analfabetismo vem, ao longo das últimas décadas, sofrendo revisões significativas, como reflexo das próprias mudanças sociais. O conceito de alfabetização da UNESCO de 1958 foi definido como sendo a capacidade da pessoa de tanto ler como escrever um pequeno enunciado pertencente ao seu ambiente do dia a dia. De acordo com esse conceito, a pessoa seria funcionalmente alfabetizada se pudesse se envolver com sucesso em todas aquelas atividades na qual a alfabetização fosse requerida para efetivo funcionamento de seu grupo e comunidade e que ela fosse habilitada para continuar a usar a leitura, a escrita e o cálculo para seu próprio bem e para o desenvolvimento da comunidade. MOREIRA (2000)

Ainda de acordo com MOREIRA (2000), “... o problema do analfabetismo costuma esconder um outro, tão ou mais perigoso, exatamente por passar despercebido a muitos. Trata-se daquilo que pode ser chamado de al-

fabetização imperfeita ou analfabetismo funcional.” A UNESCO, após ter revisado o conceito anterior, sugeriu a adoção do conceito de analfabeto funcional: é analfabeto funcional a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever algo simples, ainda não tem as habilidades necessárias para viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Em outras palavras, é considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar leitura e/ou escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo. Para fins de pesquisa e atendendo a uma recomendação da UNESCO, o IBGE adotou o critério de quatro anos de escolaridade como o mínimo para que uma pessoa não seja definida como analfabeto funcional.

Atualmente, a alfabetização está dividida em três níveis: MOREIRA (2000)

- a) Nível 1 - Alfabetização em textos e prosa, que envolve o conhecimento e as habilidades necessárias para entender e usar informação de textos tanto expositivos como narrativos;
- b) Nível 2 - Alfabetização em textos esquemáticos, que se refere ao conhecimento e às habilidades necessárias para localizar e usar informação em textos mais estruturados do que os textos em prosa, como formulários, tabelas, gráficos, figuras ou mapas.
- c) Nível 3 - Alfabetização em textos com informação numérica, que diz respeito ao conhecimento e às habilidades requeridas para fazer operações aritméticas contidas em material informacional.

Assim, como se pode depreender da classificação supra, o critério “tempo” é insuficiente para determinar a alfabetização funcional de uma pessoa. Ademais, recente pesquisa apontou que no Brasil se lê pouco e mal. Em 2001, o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa divulgaram o Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional, estudo baseado em teste aplicado entre duas mil pessoas. O estudo apontou que 35% dos jovens universitários ou com nível médio completo não atingem o nível pleno de alfabetismo; 9% dos brasileiros são analfabetos; 31% só entendem anúncios e títulos (nível 1); 34% encontram informações não explícitas em pequenos textos (nível 2). Entre os que finalizaram o ensino fundamental e deveriam alcançar o nível 3, 57% não chegaram lá. Entre a população instruída, 37% não lêem no trabalho, 41% não escrevem, 38% lêem apenas o jornal e somente uma vez por semana. Revista da Rua (11/07/03)

Apesar dos dados oficiais do IBGE demonstrarem uma discreta melhoria do problema desde 1992, quando 36,9% das pessoas com 15 anos ou mais eram analfabetas fun-

cionais contra os 29,4% em 2000, a realidade continua preocupante.

3 - A Solução pela Inclusão Digital

O Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, publicado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em 2000, afirma que a sociedade digital não é um modismo, representando, ao contrário, uma profunda mudança na organização social, na economia e nas relações culturais. O conhecimento, conforme afirmei anteriormente, é apontado, cada vez mais, como fator determinante para superação de desigualdades. Peter DRUCKER (2001) faz a seguinte afirmação quando analisa a empresa nos tempos atuais: "... a empresa típica será baseada no conhecimento, uma organização composta sobretudo de especialistas, que dirigem e disciplinam seu próprio desempenho, por meio do *feedback* sistemático dos colegas, dos clientes e da alta administração."

Porém, paradoxalmente, embora não haja a menor dúvida de que se está vivendo a Era da informação e do conhecimento, a maior parte das informações são ainda disponibilizadas sob a forma de átomos, através dos veículos de informação impressa. Nicholas NEGROPONTE (1996) justifica este fato da seguinte maneira: "... a narrativa multimídia inclui representações tão específicas que deixa cada vez menos espaço para a fantasia. A palavra escrita impressa, ao contrário, estimula a formação de imagens e evoca metáforas cujo significado depende, sobretudo, da imaginação e das experiências do leitor." Mas, quando se verifica o custo dos livros didáticos, por exemplo, observa-se que aproximadamente 45% de seu custo deve-se ao controle, transporte e devoluções. Em contrapartida, os livros digitais praticamente zeram este custos! SCHNEIDER (2002a)

Essa contradição aflora a problemática da transição tecnológica: apesar de já existir recursos tecnológicos mais econômicos, ainda estamos presos às tecnologias passadas, pois toda aprendizagem exige um esforço individual e, neste caso, coletivo também. GATES (1995) afirma que "haverá perturbações em alguns setores que vão exigir reciclagem¹ de profissionais. A disponibilidade de comunicação e computação praticamente gratuitas vai alterar as relações entre as nações e entre grupos socio-econômicos dentro das nações. A capacidade e a versatilidade da tecnologia digital vai levantar novas preocupações a respeito da privacidade individual, da confidencialidade comercial e da segurança nacional." Portanto, numa sociedade cada vez mais basea-

da na troca de valores simbólicos (dinheiro e informação), onde a capacidade de aprender a aprender é a tônica do sucesso, os excluídos serão cada vez mais excluídos, a não ser que se implementem eficazes e massivas ações para promover sua inclusão digital.

Como demonstrei, não basta promover o acesso à informação, já que existe o problema do analfabetismo funcional. Urge que se invista em educação continuada para que os leitores brasileiros aprendam a ler melhor. Porém, a fim de alavancar uma solução que apresente melhor relação custo/benefício, a telemática usando a Internet pode e deve ser utilizada, através da EaD e de outras ações que descreverei no próximo item, com o objetivo de responder com mais efetividade aos problemas de oferta de vagas nas escolas, de abandono dos estudos, da atualização profissional, de acesso à informação etc. Segundo a reportagem "Tempo de Leitura" da revista eletrônica Revista da Rua, o Ministério da Educação já está distribuindo entre os 8,5 milhões de alunos de escolas públicas, coleções de livros infanto-juvenis para despertar o interesse pela leitura, atacando assim, de forma convencional, o problema do analfabetismo funcional. Porém, a defasagem entre o quantitativo necessário e o efetivo recebimento do livro pelos estudantes, continua levando o resultado desta relação a valores inferiores a unidade.

4 - O Papel do Comitê Gestor da Internet em Sergipe

Pelo que já foi discutido, percebe-se que a inserção de Sergipe na Sociedade do Conhecimento é de suma importância para a reestruturação do Estado e para o redesenho da sociedade pois, dessa forma, se estimulará a geração de empregos e a ampliação do mercado de trabalho (através do aumento da oferta de vagas na faixa do trabalho intelectual executivo e criativo e da respectiva formação de massa crítica para desempenhar esse trabalho), fortalecerá a educação (por intermédio da capacitação continuada através da EaD) e estimulará o exercício da cidadania (pela simples disponibilização digital da informação, através de pontos públicos de acesso à Internet).

Porém, antes de planejar qualquer política em relação à tecnologia da informação e comunicação, o Governo deve estar ciente de que as redes de telecomunicação no Estado tem baixa capilaridade, o que proporciona um índice de exclusão digital muito elevado. Dos setenta e cinco municípios sergipanos apenas seis têm acesso local à Internet e apenas 20% da população do Estado tem acesso à telefonia e menos de 5% possui computador (IBGE-2000).

Diante deste cenário emerge a importância de um fórum onde se possa discutir esses problemas, elaborar políticas para solucioná-los e acompanhar a implementação destas. Assim, o Comitê Gestor da Internet em Sergipe foi criado para ser o responsável pela discussão e formulação de políticas e ações de inovação que aproximem a sociedade das novas tecnologias e conduza o Estado a uma política integrada e abrangente de efetiva universalização do acesso às tecnologias da informação e estimule o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente, além de fortalecer as relações de negócios.

O Comitê Gestor da Internet em Sergipe foi criado em 29 de novembro de 1995 pelo decreto nº 15.637 e, como resultado mais importante dos seus trabalhos, posso citar a inclusão de Sergipe na Rede Nacional de Pesquisa (RNP), através da instalação do Ponto de Presença Internet (PoP) localizado na Universidade Federal de Sergipe a rua Lagarto 952, através do qual as entidades de ensino e pesquisa federais podem obter acesso ao "backbone" Internet da RNP, além da aquisição de equipamentos para instalação de cinco PoPs no interior (Estância, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória e Propriá), os quais, conjuntamente com o PoP de Aracaju, formavam a primeira topologia da Rede Sergipana de Comunicação Digital (RSCD).

Porém, devido a problemas técnicos e gerenciais, a RSCD foi descontinuada, acarretando enorme prejuízo para o processo de inclusão digital naquela época. Visando reverter esta situação, o referido Comitê foi reativado com o decreto nº 21.091 de 15 de outubro de 2002 com a missão de "propor políticas e ações de inovação que transformem a informação em conhecimento e estimulem os negócios eletrônicos para o desenvolvimento do Estado". A atual composição do Comitê possui representantes da Secretaria do Planejamento, Secretaria de Educação do Desporto e Lazer, Fundação de Amparo à Pesquisa, Banco do Estado de Sergipe, Fórum Empresarial de Sergipe, Associação das Empresas Brasileiras de Softwares e Serviços de Informática, Rede Nacional de Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe e da Empresa de Processamento de Dados de Sergipe.

Além de envidar esforços para estruturar o "backbone" da RSCD e garantir o seu funcionamento com qualidade, cabe ao Comitê, nesse momento, definir políticas e ações que viabilizem a implantação do programa Sociedade da Informação no estado de Sergipe, estimulando a participação da sociedade sergipana na

Rede.

Contudo, é importante frisar que qualquer iniciativa visando à inclusão digital pela Internet terá que estar suportada pela tríade infra-estrutura, usabilidade e conteúdo. Em outras palavras, por uma malha de rede de fina capilaridade (RSCD), por um acesso de qualidade à rede (tanto em nível de interface quanto em nível de quantidade de pontos de acesso) e pela disponibilização de informação que atenda às necessidades específicas de cada comunidade que se queira atingir.

A seguir, será apresentado um resumo da proposta que a FAP-SE apresentou ao Comitê em dezembro de 2002 como Plano Diretor para o ano de 2003: SCHNEIDER et al (2002)

1- Programa de reestruturação da RSCD.

Como disse, a disponibilização de uma rede estadual Internet de qualidade constitui-se em condição *sine qua non* para a viabilização dos demais programas e respectivos projetos de inclusão digital.

2- Programa de implantação de Negócios Eletrônicos.

NONAKA e BROWN apud SCHNEIDER (2002a) afirmam que quando os mercados mudam, as tecnologias ploriferam, os concorrentes se multiplicam e os produtos se tornam obsoletos quase da noite para o dia. Assim, as organizações que sobreviverão serão aquelas "criadoras de conhecimento", ou seja, aquelas que utilizem a tecnologia da informação e comunicação para criar um ambiente propício à inovação. O programa em tela será implementado através dos dois projetos abaixo especificados.

2.1- Projeto Compra-SE.

Este projeto tem como objetivo licitar eletronicamente todas as aquisições do Governo de estado de Sergipe com valor inferior a R\$ 50 mil. Esta proposta está espelhada na experiência do Governo do México (Compranet) e do Governo Federal brasileiro (Comprasnet), ambas de sucesso.

2.2- Projeto Telecentro de Informação e Negócios.

Consiste em um ambiente virtual especialmente concebido, para oferecer condições física e logística de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, em especial à Internet, para os pequenos e micros empresários.

3- Programa Governo Eletrônico de Sergipe.

Este programa tem como objetivo implantar a modalidade de e-Gov para promover uma administração mais eficiente e com os serviços prestados mais acessíveis e, por isso, mais transparentes para o cidadão. Este programa é composto pelos seguintes projetos:

3.1- Projeto Gestão Eletrônica do Conhecimento.

O Objetivo deste projeto é implantar nas várias instâncias do governo a cultura das organizações de aprendizagem, com a finalidade de promover o desenvolvimento das pessoas e, por consequência, dos próprios órgãos administrativos.

3.2- Projeto Diário Oficial do Estado On-line.

Visa à elaboração e disponibilização digital do Diário Oficial do estado de Sergipe.

4- Programa Inclusão Digital.

Os projetos pertinentes a este programa visam promover a "inclusão digital" através de ações de ensino, como também, de ações que possibilitem o acesso à informação. São eles:

4.1- Projeto Sala Digital Itinerante.

Este projeto já é uma realidade em alguns estados. Consiste em um serviço itinerante capaz de oferecer às comunidades do Estado os mecanismos de educação em informática e acesso à Internet, promovendo a alfabetização digital. A sua implantação servirá como uma alavanca até que todas as escolas dos municípios do interior e da capital possuam salas de aula fixas com a infra-estrutura requerida para a utilização da informática no processo de ensino-aprendizagem.

4.2- Projeto Centro Comunitário Digital.

Este projeto é o espelho de projeto Telecentro de Informação e Negócios do programa Negócios Eletrônicos citado anteriormente, pois ambos utilizam o mesmo espaço físico e compartilham os mesmos equipamentos.

Enquanto o projeto Telecentro de Informações e Negócios visa fomentar os negócios através da disponibilização de informação e da capacitação dos empresários, o projeto Centro Comunitário Digital tem como objetivo educar os cidadãos através de cursos rápidos e específicos de interesse das comunidades; prover o acesso à informação devidamente formatada através de filtros especiais; promover a troca de experiências entre as comunidades por intermédio dos mecanismos de comunicação da Internet; desenvolver projetos específicos para a resocialização de crianças, adolescentes e adultos; disponibilizar computadores para a prestação de serviços (digitação, programação, treinamento etc) pelos membros da comunidade; dentre outros.

4.3- Projeto Informe-SE.

Este projeto visa disponibilizar digitalmente, por meio de quiosques estrategicamente localizados

nas cidades, alguns veículos de informação locais, nacionais e internacionais. Dessa forma, a população terá acesso à informação digitalizada gratuitamente.

4.4- Projeto Conheça-SE.

Numa época que se fala da importância do turismo como uma das principais fontes de arrecadação e desenvolvimento para as cidades que possuem dotes naturais para este fim, o presente projeto visa instalar quiosques multimídia com informações dos principais pontos turísticos de Sergipe, como a sua localização e o quanto dista da capital, acomodações, meios de acesso, restaurantes, principais manifestações culturais, dados históricos e geográficos etc. Ademais, como as informações estarão na Rede, poderão ser acessadas de qualquer ponto da Terra.

4.5- Projeto Acervo Digital.

Projeto voltado para a geração de conteúdos que enfatizem a identidade cultural sergipana e as matérias de relevância local e regional, fomentando, também, esquemas de digitalização de informações científicas, artísticas e históricas.

4.6- Projeto Educação à Distância.

O Comitê Gestor da Internet em Sergipe tem como um de seus objetivos desenvolver um programa de EaD via Internet no Estado. Cabe-lhe, portanto, apoiar os esquemas de aprendizagem e de educação continuada baseada na Internet (leia-se RSCD), através de parcerias com instituições de ensino e de pesquisa.

Estão previstos projetos no âmbito das escolas públicas estaduais e da Universidade Federal de Sergipe em nível de graduação / treinamento e de pós-graduação. Não detalharei aqui os citados projetos, mas eles podem ser consultados em SCHNEIDER (2002d) e SCHNEIDER et al (2002).

5- Programa Polo Digital de Sergipe.

Para se dispor de capacidade de ideação e inovação, ou seja, para que se possa aplicar o conhecimento na solução de problemas concretos enfrentados pela sociedade; para gerar novos produtos e processos; para se criar e aproveitar oportunidades de ganhos privados e sociais, produzindo e distribuindo riquezas e gerando o bem-estar é que se está propondo a criação do Polo Digital de Sergipe, à luz de outras experiências de sucesso implementadas no Brasil.

5 - Conclusão

Neste artigo busquei evidenciar a viabilidade técnica de se utilizar a telemática para resolver os nossos problemas de educação e exclusão digital. Penso que a sociedade sergipana encontra-se em um momento o ensino-aprendizagem presencial, para possibilitar a educação continuada através do ensino a distância, para fortalecer a atividade de P&D e para democratizar, ainda mais, a informação. Com a implementação da Rede Sergipana de Comunicação Digital bem capilarizada e demais programas/projetos aqui apresentados, poder-se-á atingir, com mais efetividade, as diversas comunidades do estado de Sergipe, promovendo o exercício pleno da cidadania.

NOTAS

¹ O termo "capacitação" reflete melhor esta necessidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Rubem. *A Escola Com Que Sempre Sonhei Sem Imaginar Que Pudesse Existir*. Papirus Editora. 2ª Edição. 2001
- DE MASI, Domenico. *A Sociedade Pós-Industrial*. 3ª Edição. Editora SENAC. 1999a.
- O Futuro do Trabalho - Fadiga e Ócio na Sociedade Pós-Industrial*. 4ª Edição. Editora UNB. 1999b.
- O Ócio Criativo*. Editora Sextante. 2000.
- DERTOUZOS, Michael. *O Que Será - Como o Novo Mundo da Informação Transformará Nossas Vidas*. Editora Companhia Das Letras. 1997.
- DRUCKER, Peter. *O Advento Da Nova Organização*. In "Gestão do Conhecimento". Harvard Business Review. 2001.
- GATES, Bill. *A Empresa na Velocidade do Pensamento Com Um Sistema Nervoso Digital*. Editora Companhia Das Letras. 1999.
- GAUDIANI, Claire L. *A Sabedoria Como Capital Nas Comunidades Prósperas*. In HESSELBEIN, Frances et al - "A Comunidade Do Futuro". Peter Drucker Foundation. Editora Futura. 1998.
- GUATTARI, Felix. *As Três Ecologias*. 10ª Edição. Editora Papirus. 2000.
- GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via - Reflexões Sobre o Impasse Político Atual e o Futuro da Social-Democracia*. Editora Record. 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - Síntese senso 2000. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 13/07/03.
- INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. <http://www.ipm.org.br>. Acesso em 13/07/03.
- MOREIRA, Daniel Augusto. *Analfabetismo Funcional: Introdução Ao Problema*. FEA/USP. 2000.
- NAISBITT, John. *High Tech - High Touch: A Tecnologia E A Nossa Busca Por Significado*. Editora Cultrix. 2000.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A Vida Digital*. Editora Companhia das Letras. 1995.
- NONAKA, Ikujiro. *A Empresa Criadora De Conhecimento*. In "Gestão do Conhecimento". Harvard Business Review. 2001.
- REVISTA DA RUA. <http://intermega.com.br/revistadarua>. Acesso em 13/07/03.
- RHEINGOLD, Howard. *Comunidades Virtuais*. In HESSELBEIN, Frances et al. "A Comunidade Do Futuro". Peter Drucker Foundation. Editora Futura. 1998.
- SCHNEIDER, Henrique Nou. *Um Ambiente Ergonômico de Ensino Aprendizagem Informatizado*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. 2002a.
- A Escola Como Um Organismo Vivo E Que Aprende: Uma Metáfora*. In Anais do XXII Congresso da Sociedade Brasileira de Computação. 2002b.
- A Escola Como Uma Organização De Aprendizagem Interativa Informatizada*. In Anais do XIII Simpósio Brasileiro de Informática Educativa (SBIE2002). 2002c.
- UFS Learningware. *Programa De EaD*. Departamento de Ciência da Computação e Estatística. CCET/UFS. 2002d.
- SCHNEIDER, Henrique N., OLIVEIRA, Bruno, MACEDO Andréia C. A. *Proposta da FAP-SE Para O Plano Diretor Do Comitê Gestor Da Internet Em Sergipe Para O Ano De 2003*. Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe. 2002.
- SÜSSMUTH, Rita. *A Capacidade Futura Da Sociedade*. In HESSELBEIN, Frances et al. "A Comunidade Do Futuro". Peter Drucker Foundation. Editora Futura. 1998.
- WILSON, Eduard O. *Consiliência - A Unidade Do Conhecimento*. Editora Campus. 1999.

Economia solidária e desenvolvimento local: algumas reflexões

Maria da Conceição Almeida Vasconcelos*

1. Um pouco da história

As idéias sobre a importância e necessidade de que os trabalhadores se organizassem, de forma solidária e autogestionária, não são novas e possui uma relação direta com as lutas operárias. Elas aparecem ainda com os socialistas utópicos (Owen, Fourier), sob a forma de uma mudança gradual da sociedade capitalista via constituição de livres associações de produtores; na experiência da Comuna de Paris, 1948, através da formação de cooperativas mutualistas, cujo propósito era concorrer com o capital; e através de outras experiências, muitas delas ligadas aos governos socialistas e a formação das comissões de fábrica.

A economia solidária, segundo Singer (2002), nasceu logo após o surgimento do capitalismo industrial, como forma de reação ao empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da nova organização do trabalho. A exploração dos trabalhadores nas fábricas era intensa, além de ser comum o trabalho de menores, as jornadas excessivas de trabalho e o desemprego. Na Inglaterra, berço da revolução industrial, surgem as primeiras idéias de uma economia que tivesse como base a solidariedade. Robert Owen, precursor dessas idéias, apontava as aldeias cooperativas como alternativa para inserção dos pobres no processo de produção. Apesar de não serem aceitas pelo governo, nem pela classe alta, suas idéias tiveram efetividade por intermédio de seus seguidores e, posteriormente, pelo movimento sindical que passaram a criar diversas cooperativas¹. Tal movimento, composto basicamente por socialistas, tinha como propósito a construção de uma sociedade baseada nos sentimentos de solidariedade e de um processo de produção associativo. Tendo-se como referência pioneira a experiência de Rochdale, Inglaterra, são lançados os valores e princípios do cooperativismo² que passam a ser disseminados no mundo.

No Brasil, pela própria história de surgimento do cooperativismo, as idéias sobre autogestão, associativismo, cooperativismo, sempre germinavam numa ligação direta com os movimentos da esquerda³, uma que vez não interessava as elites brasileiras essa discussão. Como diz RIOS, (...) “no Brasil o cooperativismo surge como uma promoção das elites (econômicas e políticas) numa economia predominante-

mente agro-exportadora. Não se trata, pois, de um movimento vindo de baixo, mas imposto de cima. Não é um caso pois de um movimento social de conquista, mas de uma política de controle social e de intervenção estatal. Não ocorreu a criação de uma fórmula associativa, mas apenas sua importação e adequação aos interesses das elites políticas e agrárias” (1989, pg.24). Tivemos até os anos 70, portanto, um modelo cooperativo que mesmo tendo importado os princípios de Rochdale, efetiva-se em favor de uma minoria, principalmente no sentido do retorno financeiro e no processo de gestão. A partir dos anos 80, esse modelo vem sofrendo algumas alterações, conforme veremos a seguir.

2. Economia solidária e as mudanças no mundo do trabalho – um cenário nacional, estadual e local

Segundo Singer, a economia solidária no Brasil começou a ressurgir ainda de forma esparsa nos anos 80 e de maneira mais efetiva na segunda metade da década de 90. Tem sido resultante de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que se acentua nos anos 90 com o processo de abertura da economia e suas conseqüências sobre a diminuição nos postos de trabalho, falência de algumas empresas etc.

Com as mudanças que têm se processado no mundo do trabalho, nas últimas décadas, observam-se o crescimento das taxas de desemprego, flexibilização dos processos e relações de trabalho, um novo padrão de organização da produção acompanhado de inovações tecnológicas e organizacionais e que tem apoio na flexibilidade dos processos e padrões de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, privatização do serviço público, ampliação do setor de serviços, entre outros.

De um lado, as inovações tecnológicas e reestruturação dos mercados internacionais, em que se vêm esgotadas as possibilidades de absorver a força de trabalho e a demanda dos bens e serviços da população excluída e, por outro, a crise na capacidade de investimentos do Estado e sua diminuição nas políticas sociais. Assim, tem-se um setor moderno e integrado aos mercados internacionais com um crescimento constante no nível tecnológico, e outro composto pelos setores excluídos que vem aumentando em nível mundial.

* Profa. do Departamento de Serviço Social da UFS, doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP

O estado, através das idéias neoliberais, vem apresentando, na atualidade, importante papel na desregulamentação das relações de trabalho, redução dos gastos financeiros, principalmente nas políticas públicas, privatizações, desregulamentação de entrada e saída de capitais etc. A adoção de medidas de envolvimento da sociedade civil, enquanto parceira no desenvolvimento dos programas sociais e o incentivo à refilantropização são medidas concretas de privatização do serviço público. Todo esse cenário atinge diretamente os trabalhadores brasileiros que estão encontrando um mercado de trabalho muito mais exigente e excludente.

O Estado de Sergipe também vem sofrendo os reflexos dessas mudanças. Como boa parte dos Estados nordestinos, possuía até os anos 60 uma economia predominantemente agrícola. Essa atividade se constituía em fator importante na geração da renda do Estado. Em 1960, a agricultura participava com 42,8% da composição da renda interna do Estado, enquanto que a indústria participava com 10,8%⁴. Com sua inclusão na política de desenvolvimento da região Nordeste⁵, a partir da criação da SUDENE, dos incentivos fiscais através do Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, foi permitida “a diversificação de alguns segmentos de sua economia, a modernização de outros, e a abertura de muitas oportunidades de emprego” (SEPLAN, 1993, pg.13).

Estudos realizados sobre a região Nordeste⁶ e Sergipe⁷, especificamente, têm mostrado que, apesar de nosso Estado não ter direcionado os investimentos para os segmentos dinâmicos da indústria e ter utilizado mais da metade dos recursos para a modernização da indústria tradicional, principalmente a têxtil, constatou-se um crescimento elevado do PIB no setor industrial, o que assegurou “ao setor uma participação média de 40,7% no período de 1970 - 1990” (SEPLAN, 1993, pg.16). A instalação, em Sergipe, das Indústrias de Extração de Minerais e Química, nos anos 60, através da exploração de petróleo, e, posteriormente, a partir dos anos 70 e 80, com a instalação da Nitrofértil e Petromisa produzindo amônia, uréia e de cloreto de potássio, respectivamente, também foram fatores que contribuíram para dinamizar a economia sergipana nesse período.

Nos anos 70, ocorreu um declínio da atividade agrícola, mas, por outro lado, houve um crescimento importante do setor industrial⁸, que passou a contribuir também com o aumento de absorção da mão-de-obra do Estado.

A partir de meados da década de 80, começou a se observar uma desaceleração na economia sergipana. O setor agrícola, que já não respondia pela linha de frente do desenvolvimento do Estado, continuou com poucos investimentos. O setor industrial começou a enfrentar alguns problemas. Em nível nacional, o país atravessava

um período recessivo, o que ocasionou uma redefinição nos seus investimentos. Essa situação foi atingindo o Estado de Sergipe. Por um lado, os recursos advindos do FINOR começaram a se afastar da região e, por outro, houve uma redução substancial dos investimentos governamentais nas empresas estatais. Sem recursos para acompanhar a necessidade de novos investimentos, a produção de petróleo começou a sentir os primeiros reflexos. O setor terciário passou a apresentar as atividades mais dinâmicas na economia do Estado, tanto em termos de geração de produtos como também na criação de oportunidades de trabalho. Esse setor que representava, conforme Lacerda (2000) 53,7% do PIB, em 1970, em meados dos anos 80, chegou a responder com 36,8% do PIB, mas em 1995 já teve um crescimento importante e representava 54,1% do PIB.

Segundo Lacerda (2000), nos anos 90, mudaram as perspectivas da economia sergipana. “(..) O setor primário se mantém como predominante na geração de ocupação e renda. Contudo, inegavelmente, são as atividades urbanas, industriais e de serviços, as principais responsáveis, não somente pela expansão do PIB como pela absorção da força de trabalho” (2000,pg.34). Alguns desafios são colocados: incrementar o setor de serviços e recuperar os níveis de investimentos dos setores industrial e agrícola, de forma a assegurar a ocupação de cerca de 37 mil jovens que estavam entrando no mercado de trabalho.

Assim, a década de 90 veio acompanhada do aumento do desemprego tanto no setor primário quanto secundário. Esse aumento não foi maior uma vez que o setor terciário esteve em expansão. “Em Sergipe, entre 1992 e 1997, foram fechados postos de trabalho, tanto no setor primário quanto no secundário. O nível de emprego não caiu para a economia como um todo, por conta da expansão do setor terciário” (Lacerda, 2000,pg.37).

Aracaju, nesse contexto, também vem sofrendo com esse processo de mudanças. A população cresce e os problemas de absorção da mão-de-obra se acentuam. O mercado formal vem apresentando várias oscilações. Nos últimos 10 anos, conforme dados do Ministério do Trabalho – RAIS, tem diminuído o emprego no setor secundário e nas atividades da administração pública (privatização de empresas estatais e os programas de demissão voluntárias), uma certa estagnação na construção civil e um aumento no setor de serviços.

Esse contingente de desempregados foi construindo outras alternativas de trabalho. A economia solidária e, mais especificamente o caminho do associativismo e cooperativismo, apresentava-se como uma dessas alternativas.

As atividades vinculadas à economia solidária em Sergipe, advêm ainda dos anos 30, e está estritamente liga-

da ao setor cooperativo. Em 1938, foi criada a primeira cooperativa sergipana - a *Cooperativa Sergipense de Laticínios* - CSL. No período de 1940 a 1960, surgiram algumas cooperativas no estado, mas poucas alcançaram êxito.⁹ Nos anos 60, existiam, em Sergipe, 06 (seis) cooperativas, sendo que apenas uma estava localizada na capital e as demais no interior do Estado. O surgimento da Cooperativa dos Agricultores do Treze deu um novo impulso à área cooperativa no estado, tanto é que a tradição econômica deste estado ligada à área agrícola, levou ao surgimento de diversas cooperativas nesse ramo de atividade. Nos anos 70, o número de cooperativas aumenta. São 07 cooperativas criadas (06 no interior e uma na capital). A partir dos anos 80, já se verifica que há uma inversão desse quadro. Das cooperativas criadas, 04 estavam localizadas na capital e 01 no interior. Nos anos 90, essa tendência se acentua. Pesquisa desenvolvida pelo Núcleo local da UNITRABALHO, em Sergipe¹⁰, mostrou que a grande maioria das cooperativas constituídas nessa década, ou seja, 62,50%, estavam localizadas na capital e 42,30% no interior do Estado. Os dados revelam uma concentração das cooperativas de trabalho (37,88%), seguidas por aquelas vinculadas às áreas de saúde e agropecuária que aparecem com o mesmo percentual (21,21%). Segundo 78% dos entrevistados, a principal razão do aumento do número desses empreendimentos está relacionada à necessidade de geração de trabalho e renda. Outros fatores também se destacam: oportunidade de mercado de trabalho (24,3%), incentivos do governo (24,3%), disponibilidade de matéria-prima e existência de crédito que aparecem com o percentual de 13,5% cada.

Além das cooperativas legalmente constituídas, tem-se notado a existência de diversos grupos de produção e associações que têm procurado canalizar atividades produtivas de forma coletiva. Os empreendimentos autogestionários, apesar de não se constituírem em uma nova forma de organização, uma vez que o trabalho cooperativo e solidário já vem, ao longo dos anos, sendo utilizado no desenvolvimento de atividades econômicas de determinados grupos sociais, nos últimos tempos, tem se apresentado como uma alternativa para a reinserção no mundo do trabalho. Além disso, vem se configurando enquanto possibilidade do exercício da solidariedade e democracia das relações de trabalho.

3. Economia solidária e desenvolvimento local

A economia solidária tem sido uma alternativa encontrada pelos trabalhadores no sentido de enfrentar o desemprego. Segundo LIANZA (1999), os exemplos são os mais diversos: empregados de empresas em processo falimentar assumem o seu controle e o desafio de construir modelos de autogestão democrático e eficazes, capazes de garantir a sobrevivência e expansão daquelas

empresas no mercado; o processo de terceirização, em que muitas vezes os empregados das empresas terceirizadas foram empregados da firma contratante e acabam formando cooperativas; prefeituras municipais e governos estaduais quando estimulam a criação de cooperativas, banco do povo etc. Assim, multiplicam-se as iniciativas de geração de trabalho e renda vinculadas aos setores populares e que têm como base a forma solidária e associativa. Se anteriormente essas experiências tinham um caráter pontual, fragmentário e isolado, hoje dão lugar a uma realidade que se expande, chamando a atenção de organismos da sociedade civil, do poder público e entidades de classe. Ao nível do governo, é notório o estímulo à criação de empreendimentos de caráter cooperativo, através da adoção de programas de crédito popular (PROGER, financiamentos do Banco do Brasil, Banco do Nordeste etc.); Programas Nacional de Qualificação Profissional - PLANFOR; além da presença de organismos como o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa - SEBRAE etc. Observam-se também vários trabalhos desenvolvidos por Organizações Não-Governamentais - ONG's.

Segundo Gaiger, "(...) no campo do solidarismo econômico popular, contam-se hoje empreendimentos os mais diversos, de caráter familiar ou comunitário, sob forma de sociedades informais, microempresas ou cooperativas de trabalhadores. Identificam-se por seus princípios de equidade e participação, que procuram colocar em prática, organizando-se de forma autogestionária e democrática" (1999,pg.3).

A construção e implementação de uma política que tenha como propósito o incentivo à economia solidária deve estar vinculada ao projeto de desenvolvimento municipal e regional, sem esquecer as suas vinculações em nível nacional e internacional. Nesse sentido, é fundamental pensá-la no bojo das políticas públicas de caráter local, que tenham como propósito gerar emprego e renda.

Sabe-se que os grandes planos de desenvolvimento implantados no Brasil sempre tiveram como prioridade o desenvolvimento de setores da economia nacional não priorizando as especificidades e potencialidades locais. Os municípios sempre foram considerados como receptores dos investimentos e executores de políticas que eram definidas sem a participação das comunidades locais. Com a Constituição de 1988, o município passa a ser o *locus* onde devem ser pensadas e operacionalizadas as políticas públicas. Nesse sentido, diversos mecanismos estão sendo colocados em prática a fim de que sejam definidas as prioridades para o desenvolvimento da cidade, do município.

Para tanto, a adoção do desenvolvimento local necessita de (...) "um trabalho preliminar de identificação das áreas e setores que apresentem mais capacidade dinâmica (...), é necessário criar economias de aglomeração nos seg-

mentos considerados prioritários. Isso exige de um lado, a adoção de políticas de cunho horizontal, atingindo toda base econômica e social, como uma política de elevação do padrão educacional da população e a criação de uma infraestrutura produtiva. De outro lado, devem ser implementadas políticas verticalizadas, focalizando setores que possam demandar um processo de crescimento” (Lacerda, 2000, pg.40).

A idéia de desenvolvimento também vem sendo discutida. A visão de desenvolvimento que foi historicamente construída dentro do viés basicamente econômico, tem dado lugar a outros elementos. “Os princípios gerais do desenvolvimento macroeconômico, hoje, são: pensar globalmente, agir localmente. Na equação, do desenvolvimento econômico, além dos “fatores de produção” tradicionais terra, capital, trabalho devem entrar novas variáveis: o meio ambiente (capacidade de suporte), ciência e tecnologia (capacidade de inovação) e o capital social (capacidade de organização comunitária para solução de problemas comunitários”. (Falcón, 2001, pg. 9). Hoje estão presentes (...) “novos valores que precisam ser construídos: justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e desenvolvimento com capacidade de suporte” (Falcón, 2001,pg.10).

Para tanto, é fundamental que a cidade seja entendida “(...) como uma organização complexa, onde a totalidade deve conviver com singularidades e diferenças, seja dos espaços (bairros) seja das redes relacionadas (temas e valores culturais). O pacto social urbano que se constrói em torno de metas e estratégias, que se pretendem solucionar crises ou atender aos desejos de inserção econômica e social, deve gerar espaços, usos e formas institucionais que sirvam à essas estratégias. Forma-se, então, uma teia virtual como representação das novas relações de poder, e uma malha de comunicação e acesso do todo às partes singulares” (Falcón, 2001, pg.10)

A idéia de desenvolvimento deve trazer em seu bojo também o aspecto da solidariedade, ou seja, além dos aspectos pertinentes à sustentabilidade (impactos sociais, culturais e ambientais), devem ser consideradas as relações sociais e econômicas a serem estabelecidas. Conforme Mance (2002) a economia solidária deve acontecer tendo-se como base a rede de colaboração solidária. Esta significa “(...) uma estratégia adequada para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações sindicatos, ONG's, etc) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo e que promove o bem-viver de todos que a ela se integram.” (2002, pg.37). Isso é possível através do desenvolvimento de práticas efetivas de colaboração solidária: produção comunitária, comércio solidário; financiamento solidário; clubes de trocas; autogestão de empresas pelos trabalhadores e organiza-

ções de softwares. No caso do local, se não ocorrer essa integração, como diz Lúcia Falcón “(...) uma parte da cidade se torna apagada, isto é, se degrada e desvitaliza, quando as suas estruturas e redes sociais se apagam, degradam e desvalorizam” (2002, pg.10).

Nas últimas décadas, em nível mundial, tem se observado a proliferação de redes econômicas em que se articulam empreendimentos através de cadeias complexas que envolvem financiamento, produção, comércio e consumo. No Brasil, algumas experiências já são visualizadas, a exemplo dos Bancos do Povo (possibilidade de empréstimos a um grupo solidário e não a uma pessoa); Central de Cooperativas e Associações de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul (constituída sob a forma de rede – os produtos são comprados de outras cooperativas e são vendidos por preços baixos a cerca de 400 famílias); a Rede Sol em Curitiba (integrando diversos empreendimentos e trabalhando com o sistema de tele-atendimento – entrega nas residências dos clientes produtos orgânicos e solidários); a introdução de moedas sociais de circulação local (Tupi – no Rio de Janeiro; Palmares em Fortaleza; Pinhão em Curitiba e o Ecosol em Florianópolis concretizada através do sistema de trocas, organizadas sob a forma de clubes), além de realização de diversos seminários, cursos, fóruns que vêm ocorrendo em todo Brasil com o objetivo de discutir alternativas para esse tipo de economia. Mance acredita que essas redes, se bem estruturadas, auxiliam os empreendimentos solidários, uma vez que os produtores recebem mais pelos seus produtos, os consumidores pagam menos reduzindo-se, assim, os custos de insumos e produtos e evitando-se os atravessadores.

Para tanto, é fundamental, no caso da economia solidária, que instituições municipais tenham o entendimento do que é essa economia e se comprometam com sua viabilidade. Sabe-se que nos últimos anos as prefeituras vêm tendo um papel importante no desenvolvimento social e econômico do município. A existência de instâncias a exemplo dos conselhos têm contribuído para o exercício de um processo democrático das políticas sociais e, em consequência, uma intervenção mais direta nas políticas de desenvolvimento local. No caso da economia solidária, o apoio do poder público, através das instituições locais, tem um papel importante principalmente no que concerne à capacidade de captação de recursos e à estrutura econômica do mercado local. Nesse sentido, a presença de instituições públicas e democráticas que tenham como propósito auxiliar o desenvolvimento da economia solidária, através do crédito, comercialização, capacitação e desenvolvimento tecnológico são aspectos fundamentais.

Como diz Singer (2000), é necessário que esses empreendimentos tenham sustentabilidade e viabilidade econômica que devem ser viabilizadas através das fon-

tes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio governamental com políticas específicas para essa área. No caso das empresas capitalistas, elas já contam com agências de fomento que dão sustentação financeira, mas os empreendimentos solidários têm sofrido muito para se estabelecer no mercado competitivo e capitalista, principalmente se atuam de forma isolada sem acesso a créditos, a redes de comercialização e à assessoria tecnológica. Singer (2000) defende a construção de um setor integrado de empresas e instituições que estão envolvidas com a economia solidária de forma que ações conjuntas sejam desenvolvidas para que os empreendimentos solidários tenham viabilidade econômica e sustentabilidade.

4. Economia solidária e desenvolvimento local: algumas proposições

Ao discutir a economia solidária, no bojo do desenvolvimento, é importante pontuar algumas proposições, que poderão auxiliar na operacionalização dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos nessa área. Nesse sentido, é fundamental:

- Pensar o programa de economia solidária no bojo das políticas públicas, ou seja, numa interface com os diversos programas desenvolvidos nas áreas de trabalho, assistência social, saúde, educação, meio-ambiente etc. Essas políticas devem ter um caráter redistributivo, emancipatório e de inclusão. Os programas desenvolvidos devem proporcionar avanços no sentido de quebrar o caráter assistencialista, fragmentário, paternalista e pontual, que a execução das políticas sociais trazem historicamente.
- Realizar e/ou aprofundar estudos que permitam conhecer a realidade local, identificando suas potencialidades econômicas, as cadeias produtivas e suas múltiplas e complexas conexões com a realidade regional e nacional.
- Estimular o desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias (reciclagem de resíduos sólidos, turismo, etc.).
- Investir em capacitação dos grupos que querem desenvolver seus empreendimentos solidários, em diversos aspectos, entre os quais podemos citar:
 - a. processo de formação do grupo – capacitação continuada não apenas no aspecto técnico-administrativo, mas também político (gestão, trabalho coletivo etc).
 - b. viabilidade econômica e social do empreendimento, tendo-se como suporte o desenvolvimento local
 - c. utilização do sistema de créditos
 - d. desenvolvimento de tecnologias, qualidade dos produtos.

e. assessoria jurídica

f. elaboração de projetos, articulação de parcerias etc.

- Incentivar os programas de microcréditos já existentes e implantar um sistema de crédito solidário – a exemplo dos bancos do povo – menos exigente em termos de garantias do que hoje é feito nas agências financeiras convencionais. Esse sistema deve ser concebido como um meio para impulsionar o desenvolvimento local e deve ter como foco a geração de emprego e renda e a garantia de crédito a populações de baixo poder aquisitivo e ser acompanhado pela sociedade. A concessão do crédito deve ocorrer após um estudo de viabilidade econômica e social do empreendimento e observada sua relação com o desenvolvimento local. Esse sistema também deve servir de apoio e fomento permanentes da produção local de iniciativas populares.
- Inserir os empreendimentos solidários como parte integrante do projeto estrutural para o desenvolvimento econômico e social do município, observando-se a definição de prioridades no orçamento participativo.
- Criar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários, considerando-se os aspectos ambientais, culturais e sociais do município.
- Articular parceiros CUT, movimentos sociais, igrejas, universidades, escolas técnicas, agências financiadoras etc..
- Estimular o consumo local da produção através do consumo das comunidades da produção ou dos serviços e também por parte do poder público municipal e estadual.
- Criar formas de divulgação dos produtos da economia solidária, observando-se a qualidade destes.
- Criação do fórum municipal de desenvolvimento local, de forma que seja ampliada a discussão para o conjunto da sociedade (cooperativas, associações, microempreendedores, grupos de produção, movimentos sociais, entidades governamentais etc), encontrando-se alternativas que viabilizem o desenvolvimento local.

NOTAS

¹ Pode-se citar como contribuições importantes na efetivação das idéias Owenistas: George Mudie, Abram Combe, William King, John Doherty entre outros.

² São valores cooperativos: a solidariedade, liberdade, democracia, justiça social e equidade. Os seus princípios: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos cooperados; participação econômica dos cooperados; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.

³ Conforme Tiriba (2001) até o final dos anos 80, os sindicatos e partidos políticos atribuíam pouca importância política aos empreendimentos populares pelo fato de que, no processo de transformação social, esses experimentos não tinham a capacidade de produzir mudanças políticas entre as reações de poder. Isso se altera na medida

em que se percebe que a crise do emprego não é apenas uma realidade conjuntural, mas estrutural.

⁴ Conforme documento: Sergipe Sócio-Econômico, CONDESE, agosto de 1970. Segundo Censo Industrial de 1960, as indústrias existentes, desenvolviam atividades ligadas principalmente à cana-de-açúcar, têxteis e alimentícia de pequeno porte (fábrica de açúcar, farinha de mandioca e beneficiamento de arroz).

⁵ Diagnóstico elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN mostrou a necessidade de traçar para região uma nova política industrial que não apenas modernizasse as indústrias existentes, mas também proporcionasse o surgimento de novos investimentos. Sergipe foi incluído, a partir de 1963, quando teve seus primeiros projetos aprovados.

⁶ Estudos como os de Tânia Bacelar dão subsídios importantes para a análise da inserção da Região Nordeste através da indústria incentivada. Ver por exemplo, ARAÚJO, Tânia Bacelar de, Nordeste, Nordeste, Revista Teoria e Debate, n.º 19, 3.º Trimestre, 1992.

⁷ Para maiores dados sobre a inserção do Estado de Sergipe no processo de desenvolvimento industrial do Nordeste, consultar o documento: Diagnóstico do Setor Industrial Sergipano. SEPLAN, 1993.

⁸ No período de 1970 a 1983, por exemplo, a indústria extrativa mineral cresceu de 1.437,5% no valor da produção, a indústria de transformação com 19,4% e a construção civil 265,3%, conforme documento: O Setor Industrial em Sergipe. IESAP, 1988.

⁹ Conforme documento "Análise sócio-econômica das cooperativas de Estado de Sergipe", INCRA, 1980, até no final dos anos 70, das cooperativas surgidas entre os anos 40 e 60, continuavam funcionando: A Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze LTDA; a Cooperativa Agrícola Mista de Estância; a Cooperativa dos Produtores de Coco do Estado de Sergipe LTDA; a Cooperativa de Consumo dos Funcionários do Banco do Brasil de Sergipe LTDA.

¹⁰ Essa pesquisa teve como objetivo mapear os empreendimentos cooperativos no Estado de Sergipe, tendo como referência os dados da OCESE. O universo da pesquisa foi 66 cooperativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORAGGIO, José Luís. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. In: *Revista Proposta* n.º 75, FASE, São Paulo, 1997.
- FALCÓN, Lúcia. Um novo planejamento urbano para Aracaju. In: *Revista Aracaju Planejamento Para Todos*. Número 02, junho 2002, Ano I.
- GAIGER, Luís Inácio. *Sobrevivência e utopia: os projetos alternativos comunitários no RS*. In: Cadernos CEDOPE, n.º 10, série movimentos sociais, Rio Grande do Sul, UNISINOS, 1994.
- _____. O trabalho ao centro da economia popular. In: *Anais do XIII Encontro Anual da ANPOCS (GT Trabalho e Sociedade)*. Caxambu, 1999.
- _____. Sentido e possibilidade de economia solidária hoje. In: Gabriel Kraychete & all (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a utopia e a realidade*. Rio de Janeiro, Vozes, 2000.
- GUTIERREZ, Gustavo Luís. Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas. In: VIEITEZ, Cândido G. *A empresa sem patrão*. São Paulo, UNESP, 1997.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola, 1992.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LACERDA, Ricardo. Geração de emprego e renda. In: *Pensar Sergipe*, UFS, 2000.
- LIANZA, Sidney. Um projeto de Combate à Exclusão. In: GUIMARÃES, Gonçalo (org.). *Sindicalismo e Cooperativismo: A Economia solidária em Debate*. Cadernos UNITRABALHO, São Paulo, 1999.
- LISBOA, Armando de Melo. A sócioeconomia solidária diante da grande transformação. In: *Revista de Ciências Sociais*, número 159, UNISINOS, Rio Grande do Sul, 2001.
- MANCE, Euclides André. A consistência das redes solidárias. In: *Revista de Ciências Sociais*, número 159, UNISINOS, Rio Grande do Sul, 2001.
- _____. *Redes de colaboração solidária aspectos filosóficos: complexidade e libertação*. Rio de Janeiro, Vozes, 2002.
- MATTOSO, J. "O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de três milhões de emprego nos anos 90." Função Perseu Abramo, São Paulo, 2000.
- POCHMANN, M. "O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século". Contexto, São Paulo, 1999.
- PONTE JÚNIOR, Osmar de Sá (org.) *Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão*. Fortaleza, Expressão, 2000.
- RAZETO, Luís M. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. In: *Revista Proposta* n.º 75, FASE, São Paulo, 1997.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é Cooperativismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- SINGER, PAUL. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: *Revista Proposta* n.º 72, FASE, São Paulo, 1997.
- _____. A cooperativa é uma empresa socialista. In: GUIMARÃES, Gonçalo (org.). *Sindicalismo e Cooperativismo: A Economia solidária em Debate*. Cadernos UNITRABALHO, SP, 1999.
- _____. *Economia solidária no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2000.
- _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Perseu Abramo, 2002.
- TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho*. Rio Grande do Sul, Ijuí, 2001.
- VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. GUIMARÃES, Gonçalo (org.). *Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate*. Cadernos UNITRABALHO, SP, 1999.
- VEIGA, Sandra Mayrink & FONSECA, Isaque. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro, DP&A:FASE, 2002.
- VIEITEZ, Cândido G. (org.) *A empresa sem patrão*. São Paulo, UNESP, 1997.

Arranjos Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas: Um Estudo sobre o Setor de Confecções de Tobias Barreto - SE

Ricardo Lacerda de Melo & Dean Lee Hansen*

1. Introdução

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que analisa o Arranjo Produtivo Local de Tobias Barreto. O sistema econômico local é mais do que uma aglomeração de fatores de produção. O local representa forças cumulativas como capacidade, desenvolvimento institucional e de infra-estrutura, economias de aglomeração e de escala e uma rede de externalidades (Lall, 2002). As empresas que constituem uma aglomeração estão conectadas por uma série de ligações e redes sociais, institucionais, culturais e técnicas que conduzem à criação de capital social¹. Ele representa normas e valores que criam o tecido da sociedade, unindo indivíduos e instituições e constituindo uma ligação necessária para sua governança (Soubeyran e Weber, 2002). O capital social estabelece cooperação entre grupos e indivíduos, permitindo que pessoas e comunidades possam coordenar ações e alcançar metas. O fato é que o desenvolvimento econômico está cada vez mais localizado nas aglomerações econômicas por razões como aprendizagem e externalidades de conhecimento (Helmsing, 2001).

As redes de coordenação de relações econômicas entre empresas locais e instituições nos arranjos produtivos baseiam-se em relações de confiança. É essa relação de coordenação e ação coletiva – não hierarquizada – que é compreendida como *governance* ou governança. De acordo com Lins (2000, p. 2) “*governance* designa o conjunto de atores sociais e arranjos institucionais de um território,” e suas regras de coordenação.

As estruturas de “governance” dos arranjos sócio-produtivos territorializados variam consideravelmente, apresentando diferentes combinações e graus de hierarquia, liderança, colaboração e cooperação no coletivo de agentes, incluindo as relações com o exterior, com consequências distintas para o desenvolvimento (Lins, 2000, p. 3).

Porém, em relação às políticas tradicionais, a noção de governança é caracterizada pela prevalência de relações inter-organizacionais de modo informal, descentra-

lizado e horizontal (Messner e Meyer-Stamer, 2000). De acordo com essa perspectiva a sociedade não é exclusivamente controlada pelo Estado, mas também é coordenada pela interação entre os atores individuais e a ação coletiva, refletindo o conhecimento tácito (conhecimento não-codificado) local.

Há um acordo geral na literatura sobre desenvolvimento regional de que a educação e o treinamento são vitais para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem das regiões. No mais, o aumento da qualidade das universidades locais e a utilização por parte das empresas locais de trabalhadores qualificados promovem, também, ganhos regionais. Entretanto, a qualificação do trabalhador não envolve apenas as estruturas de ensino superior, a estas somam-se, também, as infra-estruturas de treinamento da própria empresa e cursos técnicos de reciclagem destinados a trabalhadores na ativa ou em fase de re-inclusão no mercado de trabalho.

Políticas locais que se limitam ao melhoramento, por exemplo, dos sistemas de transporte e comunicações, não são suficientes para desencadear os processos de desenvolvimento local. A promoção do desenvolvimento econômico requer também o destaque das instituições locais, intangíveis e tácitas (Morales *et al.*, 2002). Ao apoiar e viabilizar a construção de economias de associação ou os arranjos produtivos locais, a ação política passa a atuar, inclusive, no melhoramento da cultura de inovação (relacionada ao diálogo social), na implementação do aprendizado (mediante a cooperação e compartilhamento de conhecimento e informação) e na maximização dos recursos coletivos (característicos das associações de empresas e organizações de apoio) e, em fim, na consolidação das redes locais (Amin, 1999).

Já o arranjo produtivo de Tobias Barreto, caracteriza-se pela presença de pequenos produtores especializados que mantêm relações de reciprocidade e de competição, como também pelas relações que se estabelecem entre as empresas e a comunidade. Cassiolatto e Lastres (2001) enfatizam que a aglomeração de arranjos e sistemas produtivos locais tem sido fundamental para os países em desenvolvimento propiciando o desenvolvimento de regi-

* Professores Doutores do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe.

Os autores agradecem aos pesquisadores de campo, incluindo aos Economistas Gilvan dos Santos (Coordenador), Ariane Cedraz de Cerqueira e Géssica Machado Chagas.

ões e setores, como também tem auxiliado às pequenas e médias empresas a superarem restrições ao crescimento, na medida em que concorrem para o aumento da eficiência e facilitam o acesso a mercados distantes.

A presente pesquisa faz parte do projeto Arranjos Produtivos Locais de Micro e Pequena Empresas desenvolvido pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Microempresa (SEBRAE) com a finalidade de investigar a dinâmica produtiva e inovativa de arranjos produtivos na economia brasileira. De acordo com a definição proposta pela RedeSist,

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (Lastres e Cassiolato, 2003, p. 2).

O objetivo da pesquisa foi o de identificar e analisar as principais características do arranjo produtivo de confeções de Tobias Barreto, no semi-árido sergipano, quanto à sua importância, bem como os agentes produtivos e institucionais que atuam na localidade, destacando as relações de cooperação que estimulam a capacidade produtiva, gerencial e tecnológica, a infra-estrutura de conhecimento disponível e atuante, as formas de enraizamento do conhecimento e o desempenho recente e as políticas de promoção voltadas para o seu desenvolvimento. Uma questão central observada na pesquisa foi a preocupação de investigar os mecanismos de aprendizagem no arranjo, identificando as fontes internas e externas de aprendizagem das empresas (Melo e Hansen, 2004).

Nesse artigo são apresentados os resultados finais da pesquisa referente ao levantamento das tendências internacionais e nacionais da cadeia têxtil-confeção e a caracterização do arranjo produtivo de Tobias Barreto quanto a seus aspectos produtivos, institucionais e organizacionais.

2. O Arranjo Produtivo de Confeções de Tobias Barreto - SE

O município de Tobias Barreto localiza-se no agreste sergipano, a 140 km de Aracaju, e apresentava, em 2000, uma população de 43.139 pessoas, das quais 27.499 nas

áreas urbanas e 15.640 nas áreas rurais. O arranjo produtivo de Tobias Barreto conta com cerca de 1300 estabelecimentos, dos quais cerca de 1000 estão voltados para a fabricação ou para fabricação e comercialização de confeções.

A produção de confecção local está assentada na produção doméstica em torno de duas linhas principais de produtos: uma primeira, mais antiga, é voltada para produtos de cama, mesa e banho e a segunda, iniciada nos anos 70, é especializada na produção de peças de vestuário. A partir da segunda metade dos anos 90, foram instaladas unidades propriamente empresariais que produzem em escala industrial, com divisão técnica do trabalho mais definida. Tobias Barreto conta, também, uma longa tradição de bordados em peças de cama, mesa e banho elaborados por artesãos em povoados do município. A produção de produtos de cama, mesa e banho consiste, em geral, de confecção de colchas ou toalhas com apliques e bordados que são demandados em uma área extensão do mercado nordestino.

A unidade de confecção típica é uma pequena fábrica informal instalada na residência do proprietário que desenvolve as atividades com o auxílio de alguns funcionários, familiares ou não. Um percentual significativo das empresas repassa parcela da produção para unidades domésticas de costureiras das zonas rural e urbana do município. Parcela significativa das pessoas que confeccionam também comercializa diretamente sua produção no comércio local.

A feira de confeções de Tobias Barreto, a chamada Feira da Coruja, é um elemento aglutinador do arranjo produtivo. O escoamento da produção apóia-se na feira local através de uma rede de sacoleiros e outros intermediários que destinam a maior parte da produção para os mercados da Bahia e Sergipe.

3. Origem e Desenvolvimento

O pólo de confeções de Tobias Barreto é muito tradicional. Alguns estabelecimentos, ainda hoje em operação, remontam à década de 40 do século XX e sua origem está relacionada à feira local de produtos de confecção e bordados.

O comércio de confeções antecede, mesmo, a expansão fabricação nos anos 80. A inauguração do centro comercial, em 1986, foi um importante marco da expansão da atividade. O pólo de confecção foi ganhando expressão no transcurso do tempo, transformando-se na principal atividade econômica do município.

Até a década de 80, o município era caracterizado basicamente como pólo comercial de confeções, enquanto as atividades de fabricação eram restritas essencialmente ao bordado e alguma confecção de cama, mesa e banho. As peças de vestuário eram basicamente oriun-

das de outros pólos de confecção do semi-árido nordestino, como Santa Cruz de Capibaribe e Caruaru. Com o passar do tempo, alguns intermediários que adquiriam os produtos naqueles pólos passaram a produzir na localidade de parte substantiva dos produtos comercializados na Feira da Coruja.

No final da década de 90, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado de Sergipe (CODISE) construiu uma área destinada à implantação de empresas de confecção, motivando a instalação de empresas de maior porte. Já nos anos 2000, o povoado de Lagoa Redonda, contíguo à cidade de Tobias Barreto e pertencente ao município de Itapicuru-BA, também implantou uma área destinada ao distrito de confecção, com o objetivo de atrair empresas sediadas de Tobias Barreto, oferecendo, inclusive, regime fiscal mais vantajoso.

4. Caracterização do Sistema de Produção

O arranjo produtivo de Tobias Barreto é formado por um grande número de estabelecimentos de porte muito pequeno, em sua maior parte unidades produtivas domésticas em que 2 ou 3 pessoas dedicam-se a fabricação de produtos de cama, mesa e banho ou de vestuário. Os produtos de cama, mesa e banho são, sobretudo, colchas, lençóis e toalhas que recebem apliques e bordados, podendo alcançar preços elevados dependendo da qualidade do acabamento e dos tecidos utilizados. Na confecção de peças de vestuário destacam-se a produção de bermudas e vestidos, para faixas de mercado popular, ainda que desde o final dos anos 90 algumas unidades produtivas elaborem confecções de melhor qualidade.

Levantamento realizado pelo SEBRAE-SE, em 2002, identificou 1.319 estabelecimentos no município de Tobias Barreto que desenvolviam atividades de fabricação de confecções, comercialização de confecções e tecidos ou serviços correlatos, dos quais 696 eram unidades fabricação de confecção e outros 319 fabricavam e comercializavam confecções simultaneamente, totalizando 1.015 estabelecimentos que fabricavam confecções. O conjunto dos estabelecimentos pesquisados ocupava 3.382 pessoas (SEBRAE, 2002).

Anterior mesmo à fabricação de confecções de peças de vestuário e de cama, mesa e banho, desenvolveu-se em Tobias Barreto uma importante atividade de bordado artesanal que envolve cerca de 500 artesãos nos povoados de Samambaia, Jabeberi, Nova Brasília, Capitoa, Campes- tre do Abreu, Barriga, Taquara, Agrovila, Macaco e Ilha, esse último pertencente ao município de Itabaianinha. Esses povoados são, em geral, especializados na produção de um tipo de bordado como Crivo, Richelieu, Redendê, Ponto de Cruz, Renda Irlandesa e Renda de Bilro.

Pesquisa Sebrae (2002) estimou uma produção mensal 877 mil peças no arranjo de confecções de Tobias

Barreto, com destaque para lençóis e colchas, calças, baby-dolls e camisolas, bermudas e shorts, roupas íntimas, camisas e utensílios do lar, como jogo de cozinha, capa de sofá e mosquiteiros.

O arranjo produtivo de confecções de Tobias Barreto tem como seu principal meio de escoamento a venda na feira local, onde um número expressivo de sacoleiras, de uma área muito abrangente da região Nordeste, vem adquirir as peças para serem comercializadas em suas cidades de origem. A maior parte dessas sacoleiras é proveniente de uma diversidade de lugares da Bahia, com destaque para a Grande Salvador, Feira de Santana, Itabuna e Porto Seguro. Nenhuma empresa exportou. As empresas maiores, todavia, têm conseguido encontrar outros meios de escoamento da produção, conquistando novos mercados. No período 1995-2002, as empresas mais estruturadas, de porte médio e pequeno, aumentaram as vendas para fora do arranjo produtivo.

5. Principais Serviços e Bens Adquiridos no Arranjo Produtivo

Mais diretamente relacionados com a produção e a circulação de mercadorias do arranjo produtivo encontra-se uma diversidade de atores, incluindo estabelecimentos familiares e unidades empresariais de confecção, comércio varejista (lojas, boxes e bancas de feira), comércio atacadista de tecidos e aviamentos, fornecedores de máquinas e de serviços de manutenção, contabilidade, publicidade, design, silk-screen, bordadeiras (que desenvolvem produção doméstica ou em associação de moradores nos povoados dos municípios, fazendo apliques nas peças de confecção), cooperativas de bordadeiras, representantes comerciais, sacoleiras e outros tipos de intermediários que chegam à cidade em ônibus e vans, caminhoneiros que trazem mercadorias e insumos para Tobias Barreto.

Os insumos mais utilizados ou de menor diversidade podem ser obtidos com os atacadistas locais. Todavia, quando desejam contar com uma maior variedade e com produtos que atendam especificações mais precisas, os confeccionistas recorrem a atacadistas ou fabricantes da região Sudeste. As empresas de menor porte adquirem a quase totalidade dos insumos e matéria-prima na própria localidade enquanto as empresas maiores recorrem a fornecedores externos. Os serviços também são em grande parte obtidos no próprio arranjo. Mesmo para os serviços mais especializados, como os de modistas e consultores na área de gestão, que são oferecidos por pessoas de fora do município, já existe um fluxo regular desses profissionais para a localidade para atender essas demandas.

A aquisição de insumos e matérias-primas no próprio arranjo produtivo foi apontada como sendo de alta

importância para 72,2% das microempresas de confecção, contra 57% das empresas de pequeno porte. Entre as empresas de médio porte, todavia, o fornecimento local de insumo e matéria-prima não foi considerado como de alta importância.

6. Características da Mão-de-Obra Local

A escolaridade da força de trabalho na atividade de confecção do arranjo produtivo de Tobias Barreto é muito reduzida, constituindo-se uma das principais dificuldades na incorporação de métodos produtivos e gerenciais mais modernos. Mais da metade dos trabalhadores tem até o fundamental incompleto.

As empresas do arranjo valorizam as diversas características de mão-de-obra local, sejam aquelas que permitem o desempenho das atividades já rotineiras, como a disciplina e o conhecimento prático/técnico na produção, sejam as habilidades relativas à aprendizagem no processo produtivo, como a criatividade, a capacidade de absorver novas qualificações ou a flexibilidade da mão-de-obra. O que de fato elas não encontram e nem priorizam é a força de trabalho com escolaridade formal, incluindo o ensino básico (fundamental e médio) e o ensino superior e técnico.

No que se refere às relações de trabalho na atividade de confecção, predominam o trabalho terceirizado e os serviços temporários no caso das microempresas, respondendo por cerca de 60% da força de trabalho. Nas empresas pequenas, mas já formalizadas e mais estruturadas, os empregos permanentes respondem por cerca de metade da ocupação, mas a mão-de-obra terceirizada ainda continua muito expressiva, representando 27,8%. A participação dos sócios-fundadores é significativa no caso dos micros empreendimentos.

7. Desempenho recente

Os dados disponíveis apontam para uma expansão das atividades e uma melhoria nos indicadores, apesar das dificuldades enfrentadas no ano de 2003. No que tange ao universo das empresas formalizadas que corresponde, grosso modo, ao segmento propriamente empresarial do arranjo, os dados da RAIS apontam para um crescimento significativo a partir do ano de 1998 do número de estabelecimentos e do emprego formal que passaram de 5 e 267, respectivamente, em 1998, para 16 e 353, em 2002.

Pesquisa realizada pelo SEBRAE-SE em 2002 levantou indicadores de desempenho operacional das empresas de confecção do arranjo, comparando os anos de 2001 e 1999. A percepção dos empresários da situação em 2001, em relação a 1999, era de que os indicadores operacionais estavam um pouco melhor ou permaneciam na mesma situação. Em nenhum indicador selecionado, a

soma das opções um pouco pior ou muito pior superava o resultado das opções muito melhor ou um pouco melhor. Os indicadores que foram mais citados pelos proprietários das confecções como tendo melhorado muito foram o grau de qualificação da mão-de-obra, a quantidade de peças produzidas e o faturamento.

A pesquisa apontou que os problemas operacionais mais relevantes são aqueles referentes à carência de capital, seja de recursos para giro da produção, seja a falta de capital para a aquisição de máquinas e equipamentos ou, ainda, de instalações ou o pagamento de juros. Esses problemas são particularmente acentuados para os microempreendimentos. Em seguida, aparecem os fatores referentes à aprendizagem, como a dificuldade de produzir com qualidade e de contratar mão-de-obra qualificada.

8. As Condições de Contexto, a Infra-estrutura de Conhecimento e as Instituições de Coordenação

O sucesso dos arranjos produtivos está associado a uma miríade de canais que se estabelecem entre empresas e instituições e da flexibilidade e capacidade de atender às demandas. Em aglomeração de pequenas empresas podem ser gestadas redes de relações horizontais através das quais se processam a aprendizagem produtiva e organizacional que estimulam a competitividade das empresas.

O capital social do arranjo produtivo é definido pelos compromissos sociais estabelecidos nessas interações sociais, manifestando-se nas redes de confiança que podem propiciar a disseminação de ações voltadas para a obtenção de uma eficiência coletiva. O capital social da localidade pode viabilizar formas de governança mais avançadas no interior do arranjo. A rede de confiança no interior dos arranjos produtivos, em geral, é estabelecida a partir interações econômicas e sociais dos membros da comunidade (Putnam, 1996).

A literatura sobre as relações entre inovação e desenvolvimento enfatiza o papel crucial das externalidades (condições ambientais ou condições de contexto) no desenvolvimento dos arranjos produtivos. As externalidades ou economias externas, em geral, são classificadas em pecuniárias e não pecuniárias, essa últimas abrangendo as vantagens decorrentes de dispor de contingente de mão-de-obra qualificada, uma base de conhecimento enraizada na sociedade e outros bens de caráter público ou semi-público como infra-estrutura física.

As economias externas, sejam pecuniárias ou tecnológicas, proporcionam vantagens competitivas a aglomerações locais de empresas. As economias externas pecuniárias, geralmente associadas ao tamanho de mercado de bens ou de fatores, diriam respeito às reduções

de custo que as firmas localizadas em aglomerações obteriam em função de poderem operar em maior escala.²

As economias externas pecuniárias dizem respeito, na maioria dos casos, a problemas de complementaridade estratégica entre os investimentos, em que a instalação de uma nova firma depende da existência de outras, a montante e a jusante do fluxo de produção ou, mesmo, de firmas concorrentes. Há geração de externalidade pecuniária porque, sem o investimento realizado pela primeira indústria, não é possível às outras empresas atingir escala econômica. A aglomeração de firmas, ainda que de pequeno porte, viabiliza uma amplitude de mercado para uma diversidade de serviços correlatos e no mercado de bens ou de fatores. Muitas vezes, essas externalidades referem-se à criação de um tamanho de mercado mínimo para mão-de-obra especializada, dando condições para o surgimento de *labor pool*. A proximidade de outras empresas reflete-se na estrutura de custo da firma gerando "economias" externas à própria firma. Essas externalidades podem ser originadas tanto pelo compartilhamento de um mercado de trabalho especializado quanto pela utilização de bens comuns como infraestrutura física, uma base de conhecimento ou de instituições públicas apoio à atividade em uma determinada localidade.

Um dos aspectos mais favoráveis dos arranjos produtivos locais é essa possibilidade de formar um mercado de trabalho especializado capaz de dar respostas às necessidades variadas das empresas e criando um ambiente propício à aprendizagem e transmissão do conhecimento.

O arranjo produtivo de confecção de Tobias Barreto conta com duas externalidades que lhe dão uma feição própria: um mercado de trabalho relativamente amplo, com mão-de-obra treinada desde a infância para trabalhar com atividades de costura e bordado. A segunda diz respeito à feira local, ponto de atração de uma rede de pequenos intermediários que se deslocam frequentemente para adquirir peças de cama, mesa e banho e de vestuário que são distribuídos por área bastante extensa do território nordestino.

Se esses dois fatores são a causa do próprio surgimento do arranjo produtivo, as características dessa mão-de-obra e da feira local delimitam também o potencial de expansão da atividade e da economia local, a menos que se ponha em marcha um projeto abrangente de desenvolvimento do arranjo produtivo local.

As empresas pesquisadas apontaram como sendo as maiores vantagens de estarem localizadas no arranjo, os aspectos relativos à mão-de-obra, como a disponibilidade de força de trabalho qualificada e o seu baixo custo. Essas vantagens foram apontadas, respectivamente, como sendo de alta importância para 72% e 58,3% dos microestabelecimentos, 71,4% e 57,1% para os de pe-

queno porte. Para os estabelecimentos de médio porte, esses aspectos não apresentaram a mesma importância.

O arranjo conta, também, com um número de serviços correlatos, como aplicação de bordado e silk-screen, manutenção de equipamentos, consultorias especializadas, aptos a prover o suporte para as necessidades mais frequentes, dentro do padrão produtivo e gerencial local.

É bastante desenvolvido no município o segmento atacadista de tecidos, aviamentos e confecções que assegura o fornecimento de insumos e matéria prima para as unidades produtivas e de mercadorias finais para comércio local. Outros aspectos que poderiam ser importantes para qualificar a produção local são ainda tímidos e são assim percebidos pelo empresariado local, daí os indicadores relativamente baixos de importância para as vantagens proporcionadas pelos programas de apoio do governo e o intercâmbio com universidade e centros de pesquisa.

Os indicadores de cooperação e de redes de relações horizontais apontam para um estado de desenvolvimento de construção do capital social e de governança ainda incipiente. Os empresários atribuem, em geral, importância não muito elevada às redes de relações que são estabelecidas a partir de associações, cooperativas, sindicatos e fóruns de desenvolvimento locais. A integração nessas atividades é considerada como de alta importância para cerca de metade dos empresários para a identificação de fontes e formas de financiamento e para organização de eventos técnicos e comerciais. Para um percentual entre 29% e 38% das empresas, a participação em associações, sindicatos, cooperativas e fóruns locais foi vista como sendo de alta importância para a disponibilização de informações sobre matérias-primas, equipamentos, assistência técnica etc., para apresentação de reivindicações em comum, promoção de ações cooperativas e estímulo na percepção de visões de futuro para ação estratégica.

Não há, além da organização da feira por parte do poder municipal, uma governança desenvolvida no arranjo de confecções de Tobias Barreto. A fragilidade das estruturas de coordenação é um dos pontos mais vulneráveis do arranjo.

Algumas instituições desenvolvem atualmente ações de treinamento e de fomento às atividades de confecção ainda que atuem de forma pouco articulada, incluindo o apoio à formação do fórum local de desenvolvimento, consultorias técnicas e organizacionais, cessão de galpões industriais, cessão ou financiamento de equipamentos. O SEBRAE intensificou sua atuação local após a implantação do programa de distritos industriais em parceria com o BID e a agência Promos de Milão. Apesar dos esforços despendidos, o programa tem enfrentado dificuldades consideráveis na implementação de suas ações, em parte por conta da resistência dos empresários e artesãos

em participar de atividades voltadas para a cooperação. Outras instituições sediadas no Estado de Sergipe mantêm laços menos estreitos com o arranjo produtivo local, ainda que possuam potencial para difundirem informação e conhecimento e concorrer para a capacitação dos agentes do arranjo produtivo local.

9. Políticas de Promoção

A instituição mais atuante no arranjo produtivo tem sido o SEBRAE que aumentou a sua presença no município a partir da implantação do convênio com a agência PROMOS. No desenvolvimento desse programa foram estabelecidas metas quanto à criação de centrais de compras, treinamento, desenvolvimento de *design*, acesso a crédito e novos mercados, visando ampliar a produção, melhorar a qualidade do produto, promover a capacitação de recursos humanos e fortalecer empresarialmente as unidades produtivas.

No que tange ao setor de confeccões foi implantado um fórum de discussão, no qual foram formuladas propostas e ações para o desenvolvimento deste setor. As formulações, contudo, nem sempre tem se traduzido em projetos mais eficazes. As prioridades voltaram-se para organizar a produção, identificar novas possibilidades de mercado, captar fontes de financiamento, capacitar membros do fórum de desenvolvimento setorial e trabalhar o *design* estratégico. Todavia, o processo de implementação das ações tem ficado aquém do que tem sido formulado nas reuniões do fórum local do arranjo e não têm avançado significativamente as práticas de cooperação, as estratégias de governança, a formação do capital social e o apoio a aprendizagem e desenvolvimento tecnológico.

Outras instituições e/ou programas, como o Pró-sertão e o SENAI, também realizaram ações na região, através de treinamento ou de concessão de equipamentos para associações ou unidades produtivas familiares. Cabe, ainda, registrar a participação dos bancos, com a existência de quatro agências no município, e a prefeitura local que tem participado das ações do Sebrae ainda que suas ações se restrinjam quase exclusivamente à ordenação do espaço da feira. No campo educacional, nos últimos três anos a Universidade Federal de Sergipe tem, em parceria com o governo do Estado, realizado o Programa de Qualificação Docente, voltado para a formação em nível de terceiro grau dos professores da rede estadual de ensino, no qual Tobias Barreto é uma das seis sedes regionais.

Os empresários revelaram-se ansiosos por apoio dos mais diversos tipos. As políticas de acesso a crédito, treinamento, incentivos fiscais, acesso à informação sobre produção, tecnologia e mercado, assistência tecnológica entre outras, foram consideradas por um percentual expressivo dos empresários como sendo de alta importância para elevar a eficiência competitiva das micros e pe-

quenas empresas. Especificamente em relação ao acesso ao crédito, um ponto crucial para o desenvolvimento das empresas, as maiores dificuldades dizem respeito aos entraves burocráticos, exigências de garantias e entraves fiscais, o que confirma a percepção de que o sistema de crédito dos organismos oficiais não atende à estrutura empresarial de pequeno porte.

10. Inovação, Cooperação e Aprendizado

No período 2000 - 2002, cerca de metade das empresas de confecção de Tobias Barreto informou ter realizado algum tipo de inovação de produto. Em sua quase totalidade, o produto era novo para a empresa, mas não para o mercado nacional ou internacional. Todavia, para 7% das empresas o produto lançado seriam produtos não existentes no mercado nacional. Deve-se considerar que taxa de inovação de produto tão elevada decorre parcialmente do fato de que muito das empresas pesquisadas são relativamente recentes, não tendo sua linha de produção totalmente definida.

Em relação a inovações de processo, 89% das empresas informaram terem introduzido mudanças no período 2000 a 2002, ainda que nas microempresas a proporção das empresas que introduziram inovações de processo encontre-se um pouco acima de 1/3. Para as empresas de menor porte (micros e pequenas), as inovações de processo introduzidas eram novas para o setor, mas já existentes no mercado, enquanto para as empresas de médio porte, no período, foram introduzidas inovações de processo novas para as empresas e para o setor. Em grande parte essas inovações de processo dizem respeito à introdução de equipamentos mais modernos que alteram a forma de produzir no estabelecimento.

As inovações organizacionais também foram expressivas, com 38% das empresas informando que elas foram efetuadas no período em tela. Dentre as inovações organizativas, as mais destacadas foram a implementação de ferramentas de gestão modernas e mudanças nas estratégias de *marketing* e comercialização. Os índices de inovação organizacional mantiveram-se muito baixo entre as microempresas em todos os itens avaliados. Parcela dessas inovações organizacionais e produtivas foram motivadas pelo apoio que as empresas do arranjo vêm recebendo em termos de consultorias realizadas pelo SEBRAE.

Os novos produtos tiveram peso pouco expressivo no faturamento nas empresas de pequeno porte, enquanto os produtos já existentes que tiveram melhorias significativas apresentaram evolução mais favorável no faturamento. Para os microempreendimentos e empresas médias, os produtos novos representaram uma proporção importante das vendas para um percentual expressivo de empresas, por diferentes razões.

As inovações implementadas entre 2000 e 2002 pelas empresas do arranjo produtivo de confecções de Tobias Barreto foram importantes para aumentar a qualidade dos produtos, manter ou elevar a participação no mercado, aumento da produtividade das empresas, ampliação da gama de produtos ofertados e para que a empresa abrisse novos mercados. Foram menos importantes, todavia, para reduzir o impacto sobre o meio ambiente, acessar mercados externos, reduzir consumo de energia ou despesas com insumos.

As de atividades inovativas mais frequentes das empresas de confecção de Tobias Barreto estão associadas à aquisição de tecnologia já incorporada nos equipamentos e máquinas, busca de novas formas de comercialização e treinamento da mão-de-obra. Formas mais intensivas em conhecimentos codificados como aquisição de licenças, patentes, marcas ou investimento em pesquisa e desenvolvimento não são muito constantes. Apenas nas empresas maiores há uma preocupação mais sistemática com programas de gestão de qualidade e modernização organizacional, esforços voltados para P&D e desenvolvimento de marcas e de licenças industriais.

As empresas médias e um pouco mais de 1/3 das empresas de pequeno porte também têm procurado desenvolver novas formas de comercialização que as liberte do limitado mercado proporcionado pela feira local. Atividades de P & D é mais restrita, ainda que a empresa de maior porte do arranjo conte com um setor relativamente estruturado nessa atividade e tem buscado apoio em consultorias especializadas para aprimorar produto e processo produtivo.

A rede de relações sociais dos empresários do arranjo produtivo de confecção de Tobias Barreto não tem se traduzido ainda, de forma importante, em um conjunto de ações cooperadas com vistas a enfrentar as dificuldades comuns. Eles, em geral, consideram de alta importância a participação em associações e fóruns locais na identificação de fontes e formas de financiamento e na organização de eventos técnicos e comerciais. Para uma parcela significativa deles a convivência empresarial também propicia acesso a fontes de informação sobre fornecimento, assistência técnica e consultoria, e se constitui em importante canal de reivindicações comuns e para a promoção de ações cooperativas.

Todavia, esse capital social não foi ainda canalizado para a promoção de políticas de desenvolvimento do arranjo. Apenas uma parcela pequena dos estabelecimentos tem adotado ações coletivas, como compras conjuntas, formação de consórcio de comercialização, desenvolvimento de novos produtos e acesso a fontes de crédito.

11. Perspectivas e proposição de políticas

A aglomeração industrial de Tobias Barreto, sob diversas dimensões, apresenta características típicas de um

arranjo produtivo local, constituído por pequenos produtores especializados que mantêm relações de reciprocidade e de competição, como também pelas relações que se estabelecem entre as empresas e a comunidade. Toda residência é uma unidade produtiva efetiva ou potencial de confecções ou bordado. A longa tradição da força de trabalho nas atividades de confecção e bordado é a característica mais marcante do arranjo produtivo.

As perspectivas do arranjo e a adequação de políticas para sua promoção dependem de como essa estrutura pode ser transformada desde essas características fundamentais. A médio e longo prazos, a disseminação da perspectiva empresarial no setor de confecções de Tobias Barreto e o fortalecimento e a diversificação de atividades correlatas, que envolvem atacadistas de tecido e de aviamentos, prestadores de serviço, bem como um sistema de governança mais articulado podem concorrer para uma transformação de maior amplitude e profundidade no sistema produtivo local.

Do ponto de vista do **capital humano**, a questão da escolaridade é um problema real e um obstáculo concreto ao desenvolvimento da capacidade empresarial e produtiva. É crucial ampliar a escolaridade no município. Ações de treinamento para capacitação gerencial e produtiva são também prioritárias.

A carência de recursos baratos e acessíveis para financiamento do capital de giro e de investimento limita o potencial de ampliação e melhoria da atividade produtiva, bem como a possibilidade de buscar a ampliação do mercado. Do ponto de vista do **acesso ao crédito**, é necessário fazer um esforço de adequação dos mecanismos de financiamento à estrutura produtiva local.

O **estímulo à formalização** das atividades é uma ação importante, mas que não atende a todas situações. A flexibilidade e capacidade de sobrevivência dos estabelecimentos locais devem-se em grande parte a sua situação de informalidade. É ela que permite a intensa terceirização da atividade e o ajuste às flutuações sazonais e às retrações periódicas de mercado. A formalização deve vir *pari passu* com a estruturação e as oportunidades de expansão dos negócios.

Em relação aos **aspectos produtivos e de mercado**, as ações também devem ser articuladas. A introdução de melhoria nos produtos e o aprimoramento do design são objetivos a serem perseguidos. É necessário dar início a uma transição para novas faixas de mercado, o que somente será possível com a melhoria substancial da qualidade do produto e mudança paulatina dos canais de distribuição, o que de alguma forma já vem acontecendo entre aquelas empresas mais estruturadas.

A disseminação da utilização de **bordados** nas peças de vestuário é uma possível estratégia para agregar valor e estabelecer um produto diferenciado característi-

co do arranjo. Dar suporte para aprimorar ainda mais essa produção mais qualificada e aproximá-la dos canais mais modernos de distribuição pode trazer impactos significativos para a produção local, diante dos processos de aprendizagem relativos à interação entre clientes e produtores.

O fortalecimento de programas de **design** e a adoção de **mecanismos de redução de custo de transação** como centrais de compra, consórcio de comercialização, mecanismos de fundo de aval entre outros são não necessariamente os mais urgentes, mas, certamente, os que podem trazer mudanças de maior profundidade no arranjo produtivo local.

Do ponto de vista das **formas de cooperação** e fortalecimento do **capital social**, diversas ações já vêm sendo realizadas no âmbito do programa Promos/Sebrae, acreditando-se que o fortalecimento e a ampliação do programa pode contemplar essa dimensão que é ainda muito frágil no arranjo produtivo. Certamente, os aspectos mais deficientes são a infra-estrutura de conhecimento e os canais de informação, de aprendizagem, de inovação e mercado. Os programas e instituições não interagem, ainda, com a amplitude e eficiência necessárias.

NOTAS

¹ Para um maior tratamento do conceito de capital social e desenvolvimento local, ver Mayer (2003).

² Em termos estritamente econômicos, as externalidades pecuniárias seriam aquelas não provocam um deslocamento da função de produção de uma empresa, permitindo tão somente que ela alcance uma escala mais elevada que lhe possibilite atingir níveis de custo mais competitivos. As economias externas do tipo não-pecuniário, associadas à existência de infra-estrutura econômica ou tecnológica afetam o custo de produzir das firmas diretamente na medida em que dispõem, para uma firma específica, de bens públicos ou semi-públicos que implicam modificações em sua função de produção. Ver Melo (2001) e Krugman (1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIM, Ash (1999) An Institutional Perspective on Regional Economic Development, *International Journal of Urban and Regional Research*, 23, p. 365-378.
- CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, M. H. (2001) Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. in *Revista de economia contemporânea*, V.5 Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- HELMSING, A. H. J. (2001) Externalities, Learning and Governance: New Perspectives on Local Economic Development, *Development and Change*, vol. 32, p. 277-308.
- KRUGMAN, P. (1993) "Toward a counter-counterrevolution in Development Theory", *Proceedings of the World Bank Conference on Development Economics 1992*. Washington, World Bank.
- LALL, Sanjaya (2002) *Globalization and development: Perspectives for emerging nations*, Prepared for the BNDES 50th Anniversary Seminar, Rio de Janeiro, September 12, www.bndes.gov.br
- LASTRES, Helena M. M. e CASSIOLATO, José Eduardo (2003) *Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: conceito vantagens e restrições do e equívocos usuais*, RedeSist, IE/UFRJ, <http://www.ie.ufrj.br/redesist/index.html>
- LINS, Hoyêdo Nunes (2000) Regulação local e desenvolvimento: problemática, escopo e possibilidades, In: *V Encontro Nacional de Economia Política*, Fortaleza.
- MAYER, Margit (2003) The Onward Sweep of Social Capital: Causes and Consequences for Understanding Cities, Communities and Urban Movements, *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 27.1, March, p. 110-132.
- MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de (2001) Economias de escala, externalidades e desenvolvimento regional. In: Silva, N. P. e Hansen, D. L. (orgs.) *Economia Regional e Outros Ensaios*, Aracaju. Editora UFS.
- MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de e HANSEN, Dean Lee (2004) *O Arranjo Produtivo de Confeções de Tobias Barreto - SE*, Relatório de Pesquisa pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), Mimeo.
- MESSNER, Dirk, MEYER-STAMER, Jörg (2000) *Governance and Networks: Tools to Study the Dynamics of Clusters and Global Value Chains*, Paper prepared for the IDS/INEF Project "The Impact of Global and Local Governance on Industrial Upgrading".
- MORALES, F. Xavier Molina; NAVARRO, M. Ángel López e GUIA-JULVE, Jaume (2002) The Role of Local Institutions as Intermediary Agents in the Industrial District, *European Urban and Regional Studies* 9(4), p. 315-329
- PUTNAM, R. (1996) *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. New Jersey. Princeton University Press.
- RAIS, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Relação Anual de Informações Sociais*. Brasília, MTE/RAIS, CD-ROM, vários.
- SEBRAE (2002) *Diagnóstico do Pólo de Confeções de Tobias Barreto*. Mimeo
- SOUBEYRAN, Antoine, WEBER, Shlomo (2002), District formation and local social capital: a (tacit) co-opetition approach, *Journal of Urban Economics* 52, p. 65-92.

Relações entre as políticas audiovisuais de Portugal e do Brasil frente à globalização e às propostas supra-nacionais da União Européia e do Mercosul. Uma introdução.

César Bolaño (UFS/Brasil) e Helena Sousa (UMINHO/Portugal)

Este artigo foi produzido a partir de uma parceria iniciada na coordenação conjunta, pelos autores, da mesa de Política e Economia das Comunicações do congresso de 2004 da LUSOCOM. Reflete a preocupação comum de realizar uma análise comparativa das estruturas de mercado e das políticas de comunicação no grande espaço latino global na perspectiva da Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura. Por esse motivo foi proposto para a mesa de Economia Política do II Encontro Ibérico de Comunicação. Trata-se de uma contribuição modesta e preliminar, visando um objetivo estratégico: a constituição de um pequeno coletivo de pesquisadores ibero-americanos interessados em aprofundar o tema ulteriormente.

Breve caracterização do problema para o caso brasileiro

O sistema de telecomunicações, organizado em torno da holding Telebrás, tal como ficou constituído, no período do regime militar, à imagem e semelhança do modelo europeu, mas apresentando, em relação a este, novidades interessantes, como a autonomia gerencial, já nos anos 60, da empresa pública, a separação dos correios, o sistema de autofinanciamento, que colocava uma parte significativa do capital nas mãos do público em geral, esse sistema caracterizava-se, do ponto de vista da sua organização interna, por uma centralização e hierarquização extremas, de um lado, e pela centralidade do elemento técnico na tomada de decisões.

O modelo do tripé, que caracterizava a estrutura de diferentes setores industriais, onde interagiam a empresa multinacional, o capital nacional privado e o capital estatal, colocava a transmissão e a pesquisa e desenvolvimento nas mãos do sistema estatal, enquanto que o conceito europeu de "campeão nacional" na produção de equipamentos é substituído pelo de um conjunto de empresas oligopolistas multinacionais, implantadas no país, privilegiadas nas compras do setor público, em tro-

ca da internalização do progresso técnico. Do ponto de vista da questão regional, o sistema estava fundado na existência de uma empresa pública em cada estado da federação, ligada à *holding* Telebrás. A Embratel, *carrier* de longa distância vinculada ao sistema, também está presente em todos os estados. Esse modelo de articulação nacional/regional passa por uma modificação significativa nos anos 80, durante o governo de transição de José Sarney, com uma politização exacerbada, não apenas no que se refere à política tarifária, que deteriorou de forma importante a situação do conjunto do sistema, mas também, e principalmente no que nos interessa, na nomeação da direção das empresas estaduais ligadas à holding, deixada a cargo da negociação entre os políticos locais, sob o comando do governador do Estado, a quem passa a caber, de fato, a indicação do presidente da companhia.

No caso das telecomunicações, a reforma brasileira é determinada no essencial pelos mesmos fatores que impulsionaram aquelas de outros países latino-americanos. A opção do governo, na segunda metade dos anos 90, no entanto, foi diferente e sua característica fundamental é a da fragmentação da Telebrás e da rearticulação regional das teles, aliada à privatização e abertura à concorrência. O impacto dessa reforma, constituindo toda uma nova estrutura de mercado, com profundas alterações nas relações entre matriz e filial, a introdução de novas tecnologias, tudo vem no sentido de uma transformação profunda do sistema, na qual a questão regional adquire um papel central e o problema da convergência (econômica) ganha uma relevância maior.

No mercado de televisão, onde o sistema é quase totalmente privado, financiado pela publicidade, a questão regional se apresenta tanto pelo lado do modelo de concessões públicas, também extremamente politizado, característica que se radicaliza, mais uma vez, durante o governo Sarney, quanto pela estrutura do próprio oligopólio privado, montado sobre um sistema de afiliadas que pro-

move a articulação de interesses econômicos e políticos entre grupos nacionais e estaduais. O resultado é um modelo de televisão em que a produção é extremamente centralizada nas cabeças de rede situadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, com um único caso de sucesso mais importante de empresa regional (RBS, afiliada da Globo). A competitividade internacional das grandes redes brasileiras, especialmente a Globo, atesta o sucesso do modelo, do ponto de vista econômico, mas esconde o fracasso do sistema educativo estatal, impedido de concorrer no mercado (problema que começa a atenuar-se lentamente nos anos 80, mas recrudescer sob o acicate da dívida e a crise atual), e das emissoras locais, essencialmente limitadas à condição de retransmissoras.

A aprovação, por outro lado, da emenda constitucional que abre a possibilidade de participação do capital estrangeiro em empresas de comunicação no Brasil é um marco histórico na evolução do modelo brasileiro de regulação das comunicações, promovendo uma mudança dramática em relação a décadas de exclusividade para o capital nacional no setor de radiodifusão, fruto do movimento mais recente de globalização das indústrias culturais, que levou a uma derrota inédita de um setor tradicionalmente protegido da burguesia nacional, obrigado agora a associar-se, por pressão do mercado, com as grandes empresas oligopolistas internacionais.

É verdade que uma brecha nesse sentido já havia sido aberta na própria Lei do Cabo de 1995, que permitia a participação do capital estrangeiro na propriedade das empresas, em até 49%, e principalmente na regulamentação por portaria das tecnologias posteriores de TV segmentada, que não respeitou aquela determinação legal, permitindo que a propriedade estrangeira de emissoras de DTH ou MMDS fosse de até 100%, fato que acabou municiando projeto do senador Ney Suassuna, sob o argumento da duplicidade de normas, de extensão da regra dos 100% para toda a TV paga.

Mas os jornais e as emissoras de rádio e televisão abertas, assim como o sistema financeiro e o setor de construção civil, sempre foram área privilegiada de uma certa burguesia nacional. A aprovação da PEC 5/2002, alterando o artigo 222 da Constituição Federal, aprovada com o apoio de todos os partidos, exceto o PDT, foi fruto de um acordo que pôs fim, em poucos meses, a um debate de sete anos, graças a uma mudança radical de posição por parte da Globo, para quem o aporte de recursos externos passou a ser mais importante que a defesa que a regra anterior representava para a sua posição hegemônica frente a concorrentes financeiramente mais frágeis.

Em última análise, a mudança explicita a atual situação de crise aberta pela expansão da televisão segmentada e de outras mídias, como a internet – que têm a

capacidade de atrair uma parcela crescente da população de interesse do mercado publicitário – e pelo avanço da concorrência internacional trazido por esses novos setores e, sobretudo, pela implantação generalizada do paradigma da digitalização e os elevados investimentos que supõe. Mais uma vez, a produção legislativa referenda os compromissos previamente pactuados entre os atores hegemônicos. O problema é que a aprovação da PEC 5/2002 não foi suficiente para resolver o problema das empresas de comunicação brasileiras. Voltaremos a isso em seguida.

Vale lembrar, neste ponto, que nada disso afetará de forma fundamental os conteúdos que são oferecidos para a população brasileira nos canais da TV aberta ou paga, já extremamente internacionalizados, sobretudo nesta última. No caso da TV aberta, mesmo desconsiderando o importante problema da internacionalização da programação infantil, o elevado índice de nacionalização da programação brasileira mascara o fenômeno da importação de formatos, que tem se acentuado recentemente, quando o negócio dos direitos de autor passa a ser cada vez mais importante se comparado com o da importação de programas, dadas as próprias características do meio e da expansão da TV paga e do paradigma da segmentação, consoante às atuais tendências de desenvolvimento do capitalismo. O fato é que, ao contrário do que ocorre com a propriedade, nunca houve no Brasil uma política nacionalista em relação aos conteúdos, como, aliás, nunca houve concretamente no país uma preocupação com a regulação dos conteúdos em geral. Ainda que, em alguns dos mais avançados dos nossos instrumentos legais, a questão da produção regional e independente ou da programação cultural e educativa estivessem presentes, o seu resultado prático pode ser considerado nulo em termos históricos.

O próprio debate sobre o assunto praticamente deixou de existir no país a partir dos anos 80, sem nunca ter sido seriamente retomado, em contraste com o que ocorre em nível internacional, onde o liberalismo dos EUA, que pretendem incluir a cultura nos acordos da OMC, se opõe à tese europeia, amplamente aceita no resto do mundo, da “exceção cultural”. O direito dos povos a não apenas preservar a sua cultura local e nacional, mas também apresentá-la e divulgá-la através dos canais e mecanismos mais amplos, aparece, para estes últimos, como um direito fundamental e condição básica de sobrevivência na chamada Sociedade da Informação, que se constrói globalmente pela ação decidida dos diferentes Estados nacionais, sendo a defesa da diversidade cultural tão importante e vital como a da biodiversidade para o futuro humano.

O Brasil chegou a fazer, surpreendentemente, ao final do governo de Fernando Henrique Cardoso, uma

proposta para a discussão do tema do audiovisual na OMC, definida como intermediária entre as duas posições citadas (Bolaño, 2003 b). Além do fato de que a proposta brasileira pode fazer parte de uma estratégia mais ampla, visando vantagens em outras áreas, ao demarcar uma posição diferenciada para o país no processo global de negociação sobre a liberalização dos serviços, cabe perguntar que atores internos poderiam beneficiar-se da liberalização proposta pelo Brasil para o setor audiovisual.¹ Até hoje, o Brasil, como a metade dos membros da OMC, não assumiu nenhum compromisso de liberalização no setor cultural no quadro da AGCS, ainda que o citado processo de abertura das empresas de comunicação ao capital estrangeiro aponte para uma possibilidade efetiva de oferta brasileira nesse sentido. O cronograma da OMC para a liberalização do comércio de serviços previa a apresentação de demandas iniciais de engajamento específico, até o dia 30 de junho de 2002, e ofertas iniciais, até 31 de março de 2003. O site da OMC, consultado em março de 2004, informa que houve troca de petições iniciais bilaterais a partir de junho de 2002 e que, entre 31 de março e 30 de outubro de 2003, 39 países apresentaram ofertas iniciais. O Brasil não se inclui entre eles.

Tampouco deve-se esperar mudanças importantes decorrentes dos acordos do Mercosul (Bolaño, 2003 b), visto, por exemplo, pelos autores do Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil, por sua vez, como “uma importante iniciativa de países latino-americanos”, diante da tendência mundial de formação de blocos e mega-mercados regionais, objetivando

“contribuir para um ambiente de integração e cooperação entre os países membros, permitindo-lhes maior intercâmbio e dinamismo econômico e tecnológico, bem como promover a solidariedade entre os povos da região e o desenvolvimento social e cultural. As novas tecnologias de informação e comunicação são estratégias nesse esforço, pois constituem um dos elos básicos na quebra das barreiras espaço-temporais, facilitando a comunicação e o intercâmbio regional em todas as áreas de atividades e contribuindo para a intensificação do comércio na região” (MCT, 2000, p. 8).

Na página anterior, a questão da cooperação internacional é posta no bojo de uma discussão sobre pesquisa e desenvolvimento:

“A capacitação para orientar escolhas tecnológicas e para o efetivo domínio de algumas tecnologias-chave requer uma cadeia de investimento e de conhecimento que se traduz numa matriz de competência ampla e diversificada. Para estar apto a acompanhar a

rapidez do desenvolvimento da base técnico-produtiva mundial, o país deve ainda manter uma política consistente de investimento em recursos humanos, de modernização da infra-estrutura científico-tecnológica de apoio à integração universidade-empresa e de ativa cooperação internacional” (MCT, 2000, p. 7).

Esses dois trechos localizam bem o problema da necessidade de definição de uma estratégia internacional do Brasil em matéria de comunicação, dando a devida ênfase para a colaboração latino-americana e no interior do Mercosul, em particular. Infelizmente, o Livro não retoma essa importante questão no capítulo sobre conteúdos, apesar da clareza com que coloca, ao apresentar justamente a questão do marco regulatório, por exemplo, o problema das relações internacionais e a necessidade de uma estratégia nacional:

“Com a lentidão das negociações dos acordos internacionais, estarão se formando novas barreiras entre os países, em função de regulamentações adotadas unilateralmente e do estabelecimento de padrões de fato. Compatibilização de padrões tecnológicos, leis de proteção aos consumidores e autores, regimes de tributação de bens e serviços são alguns dos pontos em negociação que ganham complexidade em função do caráter transterritorial das transações na Internet. Nesse contexto, é importante ampliar o debate interno no Brasil, para definir estratégias e interesses próprios e respaldar o encaminhamento dessas questões nos fóruns internacionais” (idem).

O trecho é particularmente feliz porque aponta, ainda que implicitamente, para a complexidade da questão regulamentar, que envolve, como sabemos, temas próprios das leis da informática e do debate sobre as políticas industrial e de desenvolvimento, das leis de incentivo à cultura, dos direitos autorais etc, tudo isso numa situação em que a expansão da internet e do projeto global de Sociedade da Informação favorece os países de maior peso no cenário internacional. Ademais, os autores reconhecem a importância do debate interno para criar um consenso em relação aos interesses nacionais, visando à negociação internacional em torno da regulamentação do setor.

A própria existência do Livro Verde seguia essa lógica, abrindo a possibilidade de ação da sociedade civil e dos diferentes atores interessados em pressionar por avanços efetivos no modelo brasileiro de regulação das comunicações, o que, lamentavelmente, nunca chegou a ocorrer. Ao contrário, o governo de Fernando Henrique Cardoso, além de paralisar o processo que deveria levar à redação do Livro Branco da Sociedade da Informação,

de acordo com a boa tradição europeia, engajou-se, em matéria de políticas de comunicação, numa operação de salvamento das empresas do setor de televisão que inclui não apenas a aprovação, no legislativo, da PEC do capital estrangeiro, mas também um vultoso empréstimo do BNDES à Globocabo, recebido como um escândalo nos meios jornalísticos e empresariais.²

O novo governo brasileiro, do presidente Luis Inácio Lula da Silva, não alterará esta situação até o presente momento (março de 2004), apresentando, não obstante, uma proposta interessante, muito diferente daquela do governo anterior, para a TV digital: a de um padrão próprio, em parceria com a China, a Argentina e outros eventuais sócios entre países do Terceiro Mundo, como a Índia (Bolaño e Brittos, 2003). Se, do ponto de vista de uma política industrial de desenvolvimento nacional alternativa, articulando interesses não hegemônicos em nível global, a proposta é altamente defensável, é insuficiente como política de comunicação visando a inclusão social e a construção de uma esfera pública universal. A TV digital tem também esse potencial democratizador. Tudo depende do modelo de esfera pública que se pretende implantar e não se observou ainda, no novo governo, qualquer interesse em mudar a estrutura do sistema brasileiro de televisão.

O debate governamental sobre o tema, neste momento, gira em torno da crise de endividamento das empresas do setor de comunicações. Vimos que o governo Fernando Henrique Cardoso abriu duas linhas de apoio possíveis: a entrada de capital externo em até 30% da propriedade das empresas e empréstimos do BNDES. Ocorre que a primeira alternativa não interessa aos investidores estrangeiros, de modo que, no governo Lula, neste momento, o que se discute é a possibilidade de uma nova ajuda daquele banco estatal ao sistema privado de comunicação do Brasil. Nesse sentido, manipula-se o argumento da cultura nacional. As empresas de comunicação, particularmente a Globo, fica implícito, são as únicas capazes de sustentar a produção cultural nacional na disputa internacional. Assim, contra o avanço do capital internacional no setor, investimento público na empresa privada oligopolista, que se endividou, sabe-se porquê: apostou em planos de expansão e de investimento em novas tecnologias e novos mercados, antes da desvalorização cambial de 1999. Não deu certo. Vem a desvalorização, a crise econômica acaba se manifestando no mercado publicitário com o fim da longa euforia do Plano Real, no segundo governo FHC, e o sistema todo vai à falência.

Segundo Elvira Lobato (FSP, 16/2/2004), a dívida do conjunto da mídia brasileira é estimada em R\$ 10 bilhões, tendo acumulado um prejuízo de R\$ 7 bilhões em 2002, R\$ 5,6 bilhões (US\$ 1,9 bilhões) dos quais registrados

apenas pela Globopar, a holding das Organizações Globo.³ Naquele mesmo ano, a receita líquida do setor caiu 20%, em termos reais, e 17 mil empregados foram demitidos. A euforia da segunda metade dos anos 90, em que as empresas se endividaram em dólar para diversificar seus negócios e aumentar a capacidade de produção, levou a que, em outubro de 2003, 80% da dívida total esteja denominada em dólar e 83,5% seja constituída de créditos a vencer no curto prazo. Elvira Lobato lembra que

"o grosso da dívida acumulada vem de novos negócios: TV por assinatura, telefonia e Internet. O setor imaginava que haveria uma rápida convergência entre a mídia tradicional e as telecomunicações e temia o fim da mídia impressa e a dominação do mercado pelas companhias telefônicas" (idem).

Assim, a bolha especulativa das empresas de novas tecnologias afetou em cheio os setores da comunicação no Brasil, encantado pelo maravilhoso mundo novo propalado pela ideologia pós-moderna e neo-liberal, tão bem implantada também na academia brasileira. O endividamento da Globo, por exemplo, não está relacionado com a operação da TV de massa, mas com investimentos realizados, a partir de 95, em TV a cabo (Net Serviços), satelitária (projeto Sky, em parceria com Rupert Murdoch) e na Globosat.

"No dia 11 de dezembro último, três fundos de investimento norte-americanos entraram com ação na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova York, pedindo a intervenção da Justiça dos EUA na renegociação das dívidas da Globopar. O pedido ainda não foi julgado, mas a empresa sustenta que tem condições de conduzir sua reestruturação e pagar aos credores" (idem).

O que se cogita, no mercado e nos meios políticos, entretanto, é que o interesse destes últimos seria o de exercer o direito de participar do capital da empresa, no limite permitido pela nova lei do capital estrangeiro na mídia.

É nestas condições que se volta a discutir a possibilidade de financiamento público, pelo BNDES, para as empresas de comunicação no país, assunto polêmico entre as próprias empresas do ramo, a depender, evidentemente da situação financeira de cada uma.⁴ De um modo geral, argumenta-se que o empréstimo deveria ter contrapartidas em termos de transparência das contas. A esquerda parlamentar, às voltas com um projeto de regionalização da produção, encontra-se diante de uma daquelas situações, raras na história da regulação das comunicações no Brasil, em que se abrem possibilidades efetivas de negociação que poderiam significar avanços concretos no sentido da democratização do setor.

O tema é complexo e não será possível enfrentá-lo nos limites deste trabalho. Em todo caso, vale explicitar a crescente politização do debate atual e o retorno do discurso nacionalista por parte das empresas de comunicação endividadas, que defendem o financiamento público em nome da preservação da cultura nacional, argumento, no mínimo, discutível, na medida em que, como apontado acima, a enorme concentração do setor no país, além de prejudicar a democracia brasileira, afeta negativamente a competitividade sistêmica.

Portugal na Europa: liberalizar, privatizar e re-regular

Ao contrário do que ocorre com o Brasil em relação ao Mercosul, a reestruturação dos sistemas de comunicação em Portugal foi fortemente influenciada pelos desenvolvimentos políticos e econômicos que tiveram lugar no conjunto dos países europeus e pela emergência de uma política (ainda que incipiente) da União Europeia para as comunicações.

As mais importantes reformas do sistema mediático e das comunicações, em Portugal, desde o período revolucionário de 1974-75, foram efetivamente levadas a cabo pelos social-democratas. O governo socialista de António Guterres herdou um sistema profundamente transformado, mas com deficientes mecanismos de regulamentação e controle. Tendo chegado ao poder após a introdução de reformas entendidas como irreversíveis, o primeiro governo de António Guterres procurou essencialmente acompanhar as medidas desenvolvidas pela União Europeia e melhorar instrumentos legais e entidades reguladoras. São as reformas efetivas do período anterior, de Cavaco Silva, portanto, o que interessa analisar mais de perto. Aqui também o marco europeu foi crucial.

Nos anos 80, decorreram na Europa importantes mudanças que iriam ter um claro impacto em Portugal. A televisão e a rádio estavam, até então, concentradas nas mãos dos Estados. A noção de serviço público na esfera mediática foi dominante durante décadas e, salvo raras exceções, não era permitida a entrada de atores privados nos media eletrônicos. Esta tradição europeia foi claramente posta em causa e as pressões para abrir o mercado a novos atores intensificaram-se. O poder político numa Europa então dominada por governos conservadores não estava disposto a aumentar as taxas de televisão e de rádio. Os serviços públicos começavam a sentir dificuldades de financiamento cada vez maiores. Os governos conservadores viam na redução de impostos um importante fator de popularidade e as taxas de televisão tenderam a estagnar. Como os custos de produção não baixavam, os serviços públicos encontravam dificuldades em desempenhar as suas fun-

ções, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das tecnologias do cabo e do satélite fizeram com que um grande número de canais de rádio e televisão fossem tecnicamente possíveis, derrubando um dos argumentos frequentemente utilizado pelos governos para justificar o reduzido número de canais disponíveis.

Estas transformações constituíram o pano de fundo no qual se podem ler as reformas estruturais que viriam a ocorrer em Portugal no final dos anos 80 e no início dos anos 90. Mas, internamente, Portugal reunia também - pela primeira vez desde o 25 de Abril - as condições indispensáveis à mudança. Em 1987, Portugal teve o seu primeiro governo majoritário. A estabilidade política favoreceu o crescimento econômico, o que contribuiu para a expansão do mercado publicitário, possibilitando a criação de importantes periódicos (ex: Público e Independente) e dando confiança a vários atores para investirem nas comunicações. Nesta fase, tornava-se também cada vez mais difícil justificar a forte concentração dos media e das telecomunicações nas mãos do Estado. Esta concentração ocorrera num contexto pós-revolucionário e inúmeros líderes de opinião defendiam que não havia qualquer justificação para a manutenção do *status quo*.

Foi neste contexto nacional e internacional que Cavaco Silva definiu as suas linhas de ação para os media. Propôs-se privatizar a imprensa que havia sido nacionalizada no período revolucionário, liberalizar o sector radiofónico, privatizar a Rádio Comercial e abrir a televisão à iniciativa privada.⁵ Para além das reformas introduzidas no sector radiofónico e na imprensa, a mais complexa reestruturação teve lugar no sector televisivo. A abertura da televisão à iniciativa privada foi, sem dúvida, o aspecto mais marcante da intervenção dos governos de Cavaco Silva na esfera mediática. A Constituição de 1976 só permitia a existência de televisão pública e foi apenas em 1989 que os obstáculos à entrada de operadores privados na atividade televisiva foram retirados do texto constitucional. Ultrapassado este obstáculo, e no contexto de uma grande polémica sobre o processo de atribuição de frequências, Cavaco Silva (que geriu pessoalmente e com especial dedicação este dossiê) decidiu atribuir - em 1992 - duas frequências de televisão nacionais: uma à *Sociedade Independente de Comunicação* (SIC), liderada por Pinto Balsemão e outra à *Televisão Independente* (TVI), um canal de inspiração cristã, então associado à Igreja Católica.

O sistema de televisão hertziana, em Portugal Continental, passou assim a dispor de quatro canais (dois públicos e dois privados). Tal como no sector radiofónico, esta transformação no sector televisivo não foi precedida de um estudo cuidadoso sobre as implicações desta reforma. Todas as atenções estavam centradas nos atores que

iriam ser contemplados com estas frequências e nas implicações políticas de tal decisão. Questões absolutamente cruciais, num momento de abertura de um mercado desta natureza, foram relegadas para segundo plano. A dimensão do mercado publicitário, fontes alternativas de financiamento dos canais, clarificação das regras de concorrência, limites e obrigações ao nível da programação de canais públicos e privados, entre muitas outras questões, foram negligenciadas.

A abertura do mercado televisivo teve um grande impacto no serviço público de televisão. A RTP passou a ter que competir pelo mesmo bolo publicitário com mais dois operadores. Tendo sido também abolida a taxa de televisão e tendo sido vendida à Portugal Telecom a sua rede de transmissores, a RTP sofreu uma drástica redução das suas receitas e um aumento das despesas, relacionado não só com o pagamento da transmissão de sinal mas também com a necessidade de competir pelos mesmos produtos audiovisuais e recursos humanos. A disputa por programas, formatos e estrelas inflacionou o seu preço.⁶ As dificuldades financeiras da RTP refletem também o sucesso comercial de um dos operadores privados. Dois anos e sete meses depois de ter iniciado as suas emissões, a SIC ultrapassa o *share* semanal do Canal 1 da RTP. Seguindo uma agressiva estratégia de programação, a SIC arrastou audiências e conseqüentemente uma parte significativa do bolo publicitário. Dividida quanto aos seus objetivos, a TVI não teve o sucesso comercial da SIC e enfrentou - e enfrenta ainda - sérios problemas financeiros.

Os problemas da RTP estão diretamente relacionados com o fato da empresa nunca ter clarificado o seu papel, enquanto Serviço Público de Televisão. Ainda que o segundo governo majoritário de Cavaco Silva tivesse tentado regulamentar alguns destes aspectos, fê-lo de forma inepta e sem qualquer resultado positivo através da celebração do Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão, em 17 de Março de 1993. O governo de Cavaco Silva considerou que uma televisão seria de Serviço Público enquanto cumprisse um determinado número de tarefas. Na cláusula 5 do contrato de 1993, pode ler-se que a RTP fica obrigada a pautar a sua programação, com respeito pelo interesse do público, por exigências de qualidade e de diversidade para assim promover o esclarecimento, formação e participação cívica e política dos cidadãos; fica também obrigada a contribuir para a informação, recreio e promoção educacional e cultural do público em geral, no respeito pela identidade nacional e ainda obrigada a promover a produção e emissão de programas educativos ou formativos, especialmente os dirigidos a crianças, minorias e deficientes auditivos. Entre

as inúmeras tarefas que um Serviço Público de Televisão deveria, segundo este contrato, executar, nada de concreto é apresentado relativamente à programação. Não há qualquer tentativa de explicitar o que se pretende dizer com respeito pelo interesse do público nem por exigências de qualidade e de diversidade. Sem recursos financeiros e insegura quanto aos seus objetivos, a RTP não foi capaz de conquistar o seu espaço num mercado aberto aos operadores privados.

No plano das telecomunicações, houve também grandes mudanças no tempo de Cavaco Silva. Em linha com o que estava a ser discutido e aprovado na União Européia, os social-democratas começaram por criar um organismo de regulamentação do setor, o Instituto das Comunicações de Portugal (ICP)⁷. O ICP deveria funcionar como um organismo de regulação independente, num mercado que se tornaria - dentro de pouco tempo - altamente competitivo. A União Européia e outros atores internacionais empenhados em liberalizar as telecomunicações argumentavam que os estados não poderiam acumular as funções comercial e de prestação de serviços com as funções de regulamentação do setor das telecomunicações. O inevitável conflito de interesses implicava a criação de organismos autônomos. No entanto, e ainda que esta tivesse sido a lógica que presidiu à criação do ICP, este organismo nunca se tornou verdadeiramente independente.

Após a criação do ICP, foi aprovada a Lei Básica das Telecomunicações (88/89 de 11 de Setembro) que abriu as portas à liberalização do sector. De acordo com esta lei, competia ao Estado a provisão dos serviços básicos de telecomunicações, nomeadamente o telefone fixo e o telex, mas os serviços que envolvessem o uso complementar das infra-estruturas de telecomunicações poderiam ser prestados por empresas públicas ou privadas, desde que devidamente licenciadas. Os atores que desejassem entrar neste mercado, nesta fase inicial, tinham que cumprir vários requisitos mas a Lei de Bases previa que a utilização da rede pública para a prestação de serviços complementares fosse feita de forma a que as leis da concorrência não fossem distorcidas. Estas previsões legais não impediram, no entanto, as freqüentes alegações, por parte de operadores privados, de abuso da posição dominante por parte do Estado.

A implementação dos princípios previstos na Lei de Bases implicou o desenvolvimento e aprovação de inúmeros instrumentos legais. Apesar do enorme significado de que se revestiam estas mudanças, pode afirmar-se que houve um grande consenso político-partidário quanto à necessidade e à inevitabilidade destas alterações. Tanto a criação do ICP como a liberalização dos serviços complementares e de valor acrescentado eram entendidos como o desenvolvimento natural deste setor.

Para além da abertura gradual das telecomunicações a novos atores, o segundo governo majoritário de Cavaco Silva entendeu ainda que era necessário re-organizar o sector, que compreendia na época três operadores públicos: os Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT), Telefones de Lisboa e Porto (TLP) e Marconi⁸. Estes operadores tradicionais estavam organizados, por razões históricas, numa base geográfica⁹, o que passou a ser entendido pelo governo como inadequado. Por isso, foi criada uma *holding*, Comunicações Nacionais (CN) que tinha a responsabilidade de coordenar o setor e de o preparar para a privatização. A CN começou a operar em 1993, compreendendo cinco empresas públicas: os CTT (ramo dos correios), a Portugal Telecom (PT) (ramo das telecomunicações da antiga empresa CTT), a Teledifusora de Portugal (TDP), os TLP e a Marconi.

O resultado final do processo assim iniciado, no entanto, levaria, apesar da feroz oposição da Marconi e de influentes figuras dentro do próprio governo, a uma fusão entre as quatro empresas de telecomunicações, comandada pela PT. Nem o governo nem o operador que mais beneficiou com esta opção política, a PT, foram capazes de explicar o paradoxo de argumentarem simultaneamente a favor da liberalização e conseqüente entrada de novos atores no mercado e da concentração das empresas que levaram a cabo. Por um lado, argumentavam que um mercado aberto e competitivo só poderia beneficiar o consumidor, por outro, defendiam que só um grande operador poderia enfrentar os desafios impostos pela liberalização. Estando consumada a concentração das várias empresas públicas de telecomunicações numa só, o próximo passo dos Sociais Democratas no governo foi a privatização da PT.

Os responsáveis pelo setor nunca sentiram necessidade de fundamentar as vantagens da privatização, uma vez que estas eram entendidas como óbvias e naturais. Também nunca lhes pareceu necessário explicar as razões pelas quais os operadores públicos - cujos responsáveis máximos foram nomeados pelos social-democratas durante uma década - não tinham capacidade de resposta no novo contexto. Efetivamente, em Portugal, as telecomunicações estiveram nas mãos de privados desde os finais do século XIX até aos anos 60 e no setor público até meados dos anos 90 e, em ambas as fases, funcionaram de forma deficiente. A primeira fase da privatização da PT decorreu em Junho de 1995. Imediatamente após este processo, o Conselho de Ministros decide extinguir a CN, entidade que tinha coordenado a reestruturação do setor e que preparou a privatização da PT. Ferreira do Amaral afirmou - poucos meses antes das eleições legislativas de Outubro - que a CN tinha chegado ao fim precisamente porque tinha cumprimen-

do a sua missão (Público, 14 de Julho de 1995:32). Cabral da Fonseca, por seu turno, explicou ao mesmo jornal, no mesmo dia, que assistiria calmamente à evolução do setor porque o essencial já estava feito e era irreversível.

De facto, quando António Guterres chegou ao governo no final de 1995, as reformas estruturais nas telecomunicações, nos setores televisivo, radiofónico e na imprensa tinham sido já executadas. O programa do governo (Assembleia da República, 1995) demonstrava com clareza que não era intenção do governo inverter qualquer reforma e que as suas propostas não passavam de tímidos retoques a instrumentos legais e a organismos de regulamentação. Neste sensível setor mediático, um dos problemas de mais difícil resolução herdado da legislatura anterior foi, sem dúvida, a RTP. A apressada abertura do mercado à iniciativa privada criou grandes dificuldades à empresa e o Secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, dizia-se disposto a dedicar-lhe grande atenção. Foram aprovados planos de reestruturação da empresa, foram colocados na Direção da Informação profissionais conhecidos pelo seu rigor e independência, foi assinado um novo Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão. Estas medidas não tiveram, porém, resultados importantes. As permanentes dificuldades da empresa, para as quais o executivo de António Guterres não encontrou resposta adequada, serviram de arma de combate para a oposição e para os demais operadores privados.

No setor das telecomunicações, o governo de António Guterres dizia-se, uma vez mais, disposto a dar continuidade a um trabalho que vinha detrás. No programa do seu governo (1995), ficou clara a intenção de aprofundar o processo de liberalização do mercado das telecomunicações e de garantir uma cada vez maior competição nestes serviços. De particular importância foi, sem dúvida, o Decreto-lei 381-A/97, de 30 de dezembro, que estabeleceu um novo regime de acesso à prestação de serviços de telecomunicações. A partir da publicação deste instrumento legal, um vasto número de serviços de telecomunicações deixou de precisar de autorização por parte do Instituto de Comunicações de Portugal para entrar no mercado. À exceção do telefone fixo, redes públicas e serviços que impliquem a atribuição de frequências, todos os serviços de telecomunicações podem ser prestados, sem a autorização do ICP, apenas com o registo nesta entidade reguladora do serviço a ser prestado. O princípio da liberdade de estabelecimento patente neste decreto-lei tem como principal objetivo, a redução da burocracia e a facilitação da entrada de novos atores no mercado das telecomunicações. O decreto-lei 381-A/97 não corresponde apenas ao desejo do governo de aprofundar o processo de abertu-

tura do mercado das telecomunicações. Ele é em si mesmo a transposição de diretivas comunitárias para a legislação nacional, particularmente as diretivas 96/2/CE (comunicações pessoais e móveis), 96/19/CE (introdução de competição total no mercado das telecomunicações) e 97/13/CE (quadro comum para as autorizações e licenças no acesso ao mercado das telecomunicações) (Sousa, 1999b).

Se na área do audiovisual e das telecomunicações não houve mudanças de grande significado na condução política do setor durante o primeiro mandato de António Guterres, o mesmo não pode afirmar-se em relação à chamada Sociedade da Informação. Pela primeira vez, um governo deu grande importância às tecnologias da informação. Argumentando que a competitividade das nações está intimamente ligada à forma como estas incorporam nos tecidos produtivo e social os avanços verificados no domínio tecnológico e, particularmente, aqueles que se verificam na área das tecnologias da informação (Assembleia da República, 1995), o XIII governo constitucional considerou marca distintiva e prioridade do governo a aposta na definição e aplicação de uma política de desenvolvimento das tecnologias da informação. Mais concretamente, e de acordo com o seu programa governamental, este executivo pretendeu usar as potencialidades da nova realidade tecnológica para atingir os seguintes objetivos:

- a) Reforço da infra-estrutura científica e tecnológica;
- b) Desenvolvimento da oferta e utilização das Tecnologias da Informação (TI);
- c) Utilização das TI para racionalizar/modernizar a Administração Pública;
- d) Formação para a Sociedade da Informação.

A apresentação pública do Livro Verde para a Sociedade da Informação, em 1997, constituiu um importante passo nesta esfera. A partir de então, foi desenvolvida uma rede científica nacional no sentido de aproximar os pesquisadores portugueses e incrementar a pesquisa e desenvolvimento; foram feitos esforços para garantir que, dentro de poucos anos, todas as escolas portuguesas estivessem ligadas à Internet; foram tomadas medidas para facilitar a integração das empresas nas redes globais e para facilitar o acesso dos cidadãos às redes telemáticas.

Desde a adesão de Portugal à então denominada Comunidade Económica Européia, em 1986, até aos dias de hoje (no governo social democrata liderado por Durão Barroso), houve sempre uma grande preocupação por parte dos executivos no sentido de fazer convergir as políticas internas com as grandes linhas de ação política e reguladora, desenvolvidas a partir de

Bruxelas, no nível da Sociedade da Informação, das telecomunicações e do audiovisual (v. Sousa, 1996). A União Européia conseguiu no seu passado recente desenvolver essencialmente uma política coesa de telecomunicações e hoje a política nacional nessa matéria não escapa às determinações supra-nacionais. No âmbito do audiovisual, podemos afirmar genericamente que a UE teve sempre mais dificuldades no desenvolvimento de uma política coesa devido às profundas contradições internas sobre esta matéria. Tendo claramente uma política audiovisual mais difusa, os países da União têm ainda nesta esfera um considerável espaço de manobra.

Nota (in) conclusiva

O objetivo deste artigo foi apontar apenas para o interesse de uma análise comparativa das políticas audiovisuais do Brasil e Portugal, face às determinações supra-nacionais de duas regiões do globo: a União Européia e o Mercosul. Esta análise deverá contribuir para a compreensão, seja das lógicas e dinâmicas de intervenção das estruturas transnacionais e do seu impacto no desenvolvimento e implementação de políticas audiovisuais no plano nacional, como é o caso, especialmente de Portugal, seja dos impasses e limites para a ação das autoridades supra-nacionais, em função da existência de mercados oligopólicos constituídos à base de empresas fortemente vinculadas com os poderes políticos locais e nacional, como ocorre no Brasil.

No caso europeu, parte-se da hipótese de que, apesar de todas as dificuldades e contradições da União Européia no processo de desenvolvimento de uma política comum para o audiovisual, esta entidade conseguiu avanços muito significativos, que podem ser observados analisando algumas dimensões do impacto da sua intervenção em Portugal. O mesmo não ocorre no Mercosul, o que impede a implantação de uma política de integração cultural, em grande parte por causa da forma como se estrutura o mercado brasileiro de televisão. Essa assimetria entre as duas situações, fruto do desenvolvimento, historicamente determinado, das suas indústrias audiovisuais – uma surgida da reforma do modelo anterior de serviço público e outra de um importante processo de oligopolização, que se vincula, por outro lado, às mudanças políticas e institucionais decorrentes do golpe militar de 1964 –, é fonte de dificuldades para a elaboração de um modelo de análise comparativa.

Por outro lado, a evolução das estruturas de mercado em questão e sua integração transnacional apontam para a necessidade, para além das políticas, de uma análise comparativa também dos processos concretos de reestruturação nos dois setores convergentes do audiovisual e das telecomunicações (para não falar ainda

da telemática e, especialmente, da Internet, que estão também no centro de nossas preocupações). Assim, se, no áudio-visual, Portugal representa, ao final das contas, o caso mais importante de sucesso internacional da Rede Globo de Televisão (Brittos, 2002, cap....), que disputa, por sua vez, com a Televisa e outros importantes grupos latino-americanos, como o Clarin, no Mercosul, a liderança do setor no sub-continente, mas enfrentando, como também o grupo argentino, uma crise de enormes proporções, fruto da própria reestruturação produtiva global, dos movimentos do capital financeiro internacional e da concorrência internacional acrescida no setor (Bolaño, 2003 b), nas telecomunicações, a privatização de Fernando Henrique Cardoso abriu as portas para a penetração da PT em posição de vantagem no Brasil, a partir de sua aliança com a hegemônica Telefônica espanhola, proprietária da melhor parte do mercado brasileiro, argentino e de outros países da América Latina. Neste caso, enfrentará a concorrência da Telecom Itália e, principalmente, agora, ao que parece, da Telmex, nova proprietária, até segunda ordem, da Embratel, adquirida à MCI que, com isto, sai do mercado brasileiro.

Estes são, em linhas gerais, os dados de um problema que devemos enfrentar, os pesquisadores ibero-americanos da Economia Política da Comunicação.

NOTAS

¹ Sabemos que a competitividade do país na área é questionável, na medida em que se resume hoje basicamente ao domínio, compartilhado com outras importantes empresas latino-americanas, de um segmento do mercado de exportação de produtos de ficção televisiva – como é o das telenovelas – por uma única empresa nacional, que controla de forma extremamente centralizada a capacidade interna de produção. Todo o longo período de domínio da Globo no país, iniciado já na segunda metade dos anos 60, tem-se caracterizado por uma política de centralização da produção que tem impedido o desenvolvimento de uma efetiva competitividade sistêmica para o país na área. Num momento em que se exige do país um ambiente competitivo rico e diversificado para fazer frente às novas exigências impostas pelo sistema global, percebe-se que, mesmo do ponto de vista econômico, o modelo é extremamente frágil, visto que a concentração das capacidades inovativas nas mãos de um ou poucos capitais individuais reduz brutalmente a capacidade de resposta do país. A solução do problema passa longe das políticas de salvamento acima mencionadas e, mais ainda, de uma política de liberalização. Muito mais importante seria a adoção de uma política industrial para o audiovisual, capaz de disseminar a capacidade (econômica, financeira e de conhecimento) de produção e difusão de conteúdos locais, regionais e independentes (Bolaño, 2003), aliada a uma política de inclusão digital e de universalização do acesso aos novos meios por parte das mais amplas camadas da população, reforçando o mercado interno na área e contribuindo para o enriquecimento e a diversidade cultural do país, fontes primárias da competitividade (Bolaño & Sicsú, 2000), que tão poucos têm tido a capacidade de explorar, dadas as características centralizadoras do sistema comercial brasileiro de televisão e a promiscuidade que o modelo de regulação atual enseja nas relações entre interesses políticos e econômicos nacionais e regionais no setor, ainda que alguns instrumentos interessantes no sentido da democratização das comunicações estejam presentes em elementos específicos desse modelo, como é o caso da Lei do Cabo ou da própria Constituição Federal de 1988.

² Segundo a revista Carta Capital, a operação de socorro à Globo, cuja dívida total atingiria os US\$ 1,3 bilhão, “pode custar ao BNDES R\$ 284 milhões. Disso, R\$ 125 milhões em debêntures de 1999 o banco troca por ações (...) Há três anos o BNDES já entrara com outros R\$ 284 milhões. No total, sem ser feita a conta real-dólar de 1999, e incluindo um financiamento de outros R\$ 220 milhões em 1997, desde então a parceria com o BNDES rendeu à Globo R\$ 639 milhões. Fora penduricalhos: R\$ 58 milhões para o parque gráfico em 1998, outros R\$ 12 milhões para o Projac em 2001” (Carta Capital, 2002). A operação mais recente foi vista como um escândalo pelos concorrentes da Globo e pela imprensa pelo fato de ter ocorrido às vésperas da votação da emenda ao artigo 222 da Constituição Federal (dando à empresa de Roberto Marinho condições consideradas privilegiadas num futuro processo de negociação para a entrada de sócios estrangeiros) e poucos meses antes das eleições presidenciais, no momento exato em que ocorriam os acontecimentos que levaram ao rompimento da aliança PSDB/PFL.

³ A cifra não inclui as dívidas da Infoglobo, editora dos jornais O Globo, Extra e Diário de São Paulo e parceira do grupo Folha da Manhã (editor da própria Folha de São Paulo) no jornal Valor Econômico. Tampouco inclui as dívidas das emissoras de rádio, que estão fora da estrutura da Globopar.

⁴ Na mesma edição da FSP em que se publica o artigo citado de Elvira Lobato, faz-se uma interessante resenha das posições das diferentes empresas, numa matéria intitulada “Empresas divergem sobre pedido ao banco estatal”. O próprio presidente do BNDES, referindo-se mais especificamente ao financiamento para a compra de papel de imprensa pelos grandes jornais brasileiros, segundo a FSP (idem), mostrou desconforto em relação à possibilidade de abertura de linhas de crédito desse tipo, afirmando que não é missão do banco financiar operações para capital de giro.

⁵ Cavaco Silva entendeu também preservar um serviço mínimo de rádio e televisão e manter pública a agência noticiosa LUSA. Estes programas do governo não deixaram também de dar considerável atenção às comunidades portuguesas no estrangeiro e aos países de língua oficial Portuguesa, nomeadamente através da RTP Internacional (RTPi).

⁶ As sérias dificuldades da RTP começaram a sentir-se imediatamente após a entrada dos novos operadores no mercado. A 25 de Janeiro de 1995 - como podemos confirmar na cronologia apresentada nesta obra - o então presidente do Conselho de Administração da RTP, Freitas Cruz, revelou ao jornal *Público* que o déficit acumulado da empresa, no fecho das contas de 1994, se elevou a 25 milhões de contos (125 milhões de euros). Se, por um lado, a reestruturação do setor televisivo agravou seriamente a situação financeira da RTP, por outro, a reestruturação não trouxe novidades quanto à independência política da estação de Serviço Público. Tal como no passado, a RTP continuou a ser vista como uma estação dependente dos interesses dos governos do dia e incapaz de garantir um tratamento equilibrado dos diversos atores políticos. A este nível, a cronologia apresenta - ainda no tempo de Cavaco Silva - alguns dados reveladores. Por exemplo, a 28 de Março de 1995, e pela segunda vez no espaço de menos de um mês e meio, o PCP apresentou à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) um protesto contra os comentários políticos na RTP, que considera ofensivos dos princípios da equidade e do pluralismo por se resumirem a individualidades do PSD e do PS.

⁷ Formalmente, existia um ICP desde 1981, criado pelo Decreto-lei 181/81 de 2 de Junho, mas esta entidade não passou do papel até 1989. Após a aprovação do Decreto-lei 283/89 de 23 de Agosto, o ICP foi efectivamente implementado.

⁸ Apesar da Marconi ser considerado um operador público, 49% das suas acções estavam nas mãos de privados.

⁹ Os CTT prestavam serviços de telecomunicações em todo o país, à excepção de Lisboa e Porto e prestavam serviços de longa distância para a Europa e Norte de África; os TLP prestavam serviços de telecomunicações em Lisboa e no Porto e a Marconi tinha o monopólio das comunicações por cabo e satélite para o resto do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1987) *Programa do XI Governo Constitucional, Apresentação e Debate*, AR-Divisão de Edições, Lisboa.
- _____. (1992) *Programa do XII Governo Constitucional, Apresentação e Debate*, AR-Divisão de Edições, Lisboa.
- _____. (1995) *Programa do XIII Governo Constitucional, Apresentação e Debate*, AR-Divisão de Edições, Lisboa.
- BOLAÑO, C. R. S. (1988). *Mercado Brasileiro de Televisão*, Ed. UFS, Aracaju. Segunda edição, Ed. UFS e EDUC, São Paulo, no prelo.
- _____. (1989). *Indústria Cultural, Televisão e Estratégias de Programação em três países da América Latina: Brasil, Argentina e Uruguai*. In KUNSCH, Margarida M. K. et F. A. M. FERNANDES (1989). *Comunicação, democracia e cultura*. Loyola, São Paulo.
- _____. (1998). *A Reforma das Telecomunicações no Governo FHC*. In: Universidade e sociedade, ANDES, São Paulo.
- _____. (1999). *A Economia Política da Televisão Brasileira*, in Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, XXII (2), jul/dez/1999.
- BOLAÑO, C. R. S. et MASSAE, F. (2000). *A situação das telecomunicações no Brasil ao final do processo de privatização*, in Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, XXIII (1), jan/jun.
- BOLANO, C. R. S. et SICSÚ, A. B. (2000). *Sociedade da Informação, setor produtivo e desenvolvimento regional*.
- BOLANO, C. R. S. et BRITTOS, V. C. "Capitalismo, esfera pública global y la televisión digital terrestre", p. 5 a 18, Revista Escríbanía, Manizales, Colombia, 2003, www.umanizales.edu.co.
- BRASIL, (2001). Projeto de Lei do Senado nº 175, de 19 de setembro de 2001. Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que "dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Senado Federal, p. 4. Disponível em: <http://www.legis.senado.gov.br/pls/prodasen/prodasen>. Acesso em 5/4/002.
- BRASIL, (1995). Lei nº 8.977, de 6/1/95, art. 7º, incisos I e II. Anexo à Instrução Normativa nº 76, de 28/12/1998. www.dnec.ucam.edu.br. Acesso em 28/2/2004.
- COLLINS, R. et al. (1987) *The Economics of Television*, Londres, Sage.
- COMISSÃO DE REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA TELEVISÃO, *Relatório Final*, Outubro de 1996.
- CONTRATO DE CONCESSÃO do Serviço Público de Televisão Celebrado entre o Estado Português e a Rádio Televisão Portuguesa, SA, em 17 de Março de 1993.
- CONTRATO DE CONCESSÃO do Serviço Público de Televisão Celebrado entre o Estado Português e a Rádio Televisão Portuguesa, SA, em 31 de Dezembro de 1996.
- FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO – FNDC (2001). *Manifesto sobre o PL do Senado 175/2001: 100% de capital estrangeiro na TV a Cabo*. Disponível em http://www.fnnde.com.br/data/manifesto_PL175-2001. Acesso em 5-4-2002.
- GARNHAM, Nicholas (1990) *Capitalism and Communication - Global Culture and the Economics of Information*, Londres, Sage.
- MCT (1998). *Setor de Tecnologias da Informação: resultados da lei 8.248/91*. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretaria de Política de Informática e Automação.
- PINTO, M. e SOUSA, H. (2003) «Portugal». In: KELLY, M.; G. MAZZOLENI e D. McQUAIL, *The Media in Europe*, Londres, Sage.
- SILVA, A. C. (1995) *As Reformas da Década (1986-1995)*, Venda Nova, Bertrand.
- SOUSA, H. (1996) *Communications Policy in Portugal and its Links with the European Union, An Analysis of the Telecommunications and Television Broadcasting Sectors from the mid-1980s until the mid-1990s*, Londres, School of Social Sciences, City University (Tese de Doutoramento).
- _____. (1999a) *The Liberalisation of Media and Telecommunications in Portugal*, comunicação apresentada na Conferência Portugal at the Millenium, organizada pelo Centre for Enterprise and Economic Development Research, Canning House, Londres, 21 de Maio.
- _____. (1999b) "Portugal" in *Legal Guide to Audiovisual Media in Europe, Recent Legal Developments in Broadcasting, Film, Telecommunications and the Global Information Society in Europe and Neighbouring States*, European Audiovisual Observatory, Estrasburgo.
- _____. (1999c) "Serviço Público, Televisão Comercial e a Implementação da Lei: Alguns Elementos para o Debate" in *Comunicação e Sociedade I, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação*, Vol.12 (1-2), pp.121-130.
- SOUSA, H. e SANTOS, L. A. (2003) «RTP e Serviço Público, Um Percorso de inultrapassável dependência e contradição». In PINTO, M. et. al. *A Televisão e a Cidadania*, Contributos para o debate sobre o Serviço Público, Braga, Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho.

Aspectos da História Econômica do Brasil

Lênin Fiscina*

A história do Brasil sob um aspecto, o econômico:

...Na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso (Caio Prado, 1998: 23).

Este foi o verdadeiro “*sentido da colonização*” tropical de que o Brasil foi uma das resultantes, acentua Caio Prado. Contrastando, aparentemente, com esta última opinião, Gilberto Freire narra a história de sucesso da empresa colonial dos portugueses no Brasil. Aqui, brancos e negros construíram a economia açucareira nordestina no ambiente interativo e afetuosos da casa grande: “*Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado...*” (2000: 163).

O açúcar das extensas plantações fomentou a economia brasileira nos primeiros séculos de exploração de capitânicas e governos gerais. Mas a riqueza que produzíamos não era visível no campo ou nas cidades, afirmava Celso Furtado (1980: 16), então, para onde iria o suor dos canaviais? Essa é uma grande questão formulada nas páginas do livro *Formação econômica do Brasil*.

Citando estes três autores representativos, teríamos um só tema, o Brasil colonial; inserido em três perspectivas acerca da formação política, social e econômica brasileira que se complementam, e dada à competência e acuidade com a qual se arrojam, fornecem elementos para uma reflexão e argumentação articuladas da sociedade brasileira atual, suas perspectivas fundamentalmente. Isso porque o Brasil de hoje teve uma formação, uma história, cujas raízes estão no passado – a ser superado, ou reformado, ou simplesmente continuado. Uma cultura que se mostrou de modo de veras particular, ainda que inserido na história econô-

mica do Ocidente. Essas linhas que se seguem serão apenas passos introdutórios.

O açúcar brasileiro abastecia o mundo, sendo ainda um produto de valor alto no mercado. Então é de se questionar o caráter das relações comerciais e seu funcionamento real, no contexto da época.

O mercado mundial demandava o açúcar, e esta mercadoria era produzida em abundância pela Zona da Mata brasileira que se ia devastando. Mas, o fato era que os senhores de engenho do nordeste, ou os administradores portugueses, não possuíam meios de canalizar o produto para aqueles lugares mais distantes. A navegação, que era o transporte adequado, era inexistente no Brasil, e insuficiente na metrópole portuguesa. Por um outro lado, a Holanda que não possuía colônias além-mar procurou estruturar o sistema de transporte marítimo, e suas embarcações interligavam os pontos comerciais do mundo. Assim, a submissão do Brasil a Portugal, acarretava também extrema dependência do monopólio marítimo holandês. Nisto estaria um dos fatores explicativo do paradoxo da economia no Brasil, naquele período específico dos primeiros séculos de açúcar, pois logo outros produtos iriam assumir significação comercial, como também outra nação marítima iria por o Brasil de Portugal em dependência (chegaremos a este assunto). Ou seja, a maior parte do lucro do produto primário (açúcar) que se produzia no Nordeste brasileiro ficava para aquele que detinha o poder de alcançar os mercados consumidores do mundo.

É de se questionar então a administração portuguesa na colônia brasileira. Ou estes portugueses foram incompetentes ao extremo; ou sua própria estrutura de um capitalismo meramente comercial e mercantilista impedia aquela visão empresarial que iria por a Inglaterra – sem colônia, digamos, mas dominadora dos mares – na ponta da economia mundial. Ou ainda, estes portugueses realizaram a mais difícil empresa que foi a manutenção do imenso Brasil.

* Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.

O caráter da economia brasileira era de improvisação, nascia das necessidades dos mercados consumidores europeus. A improvisação, à qual nos referimos, foi destacada na visão de Caio Prado quando afirmava que do açúcar o Brasil partiu para o ouro e o diamante, tabaco, algodão, café, sucessivamente, sempre quando se esgotava um, o outro produto surgia de imprevisto, e terminava por substituir o anterior esquecido ou já desvalorizado no mercado. Assim, salvando o Brasil açucareiro surgiu como pela sorte¹ o ouro e o diamante, até que, esgotados estes, ao Brasil das minas sucedeu o Brasil algodoeiro, depois cafeeiro. Isto é, a economia brasileira se ergueu das necessidades do mundo exterior europeu, e neste sentido nunca foi pensada pelos seus administradores, menos ainda, estruturada para atender suas próprias exigências.

Ma, ao mesmo tempo, a necessidade de sobrevivência dos sertanejos inspirava a utilização de outros produtos para os mais diversos fins. Assim aconteceu com o couro, cuja história é marcante na economia da colônia. O gado, e seu derivado, o couro, sustentaram a vida econômica daqueles que estavam fora do perímetro da casa grande, e até das insuficiências alimentícias da própria casa grande (este ponto será explorado posteriormente). Então, os excluídos da vida econômica do açúcar eram absorvidos pela atividade sertaneja de criação de gado que se desenvolvia paralelamente, como outras atividades de subsistência que surgia como o mínimo de diversidade econômica necessária para contra-balancear a monocultura dos canaviais².

Celso Furtado assinala a facilidade que tinha a atividade de criação de gado em absorver a população periférica, agindo funcionalmente para suprir carências. O necessário seria apenas algumas poucas cabeças, para iniciar a atividade pastoril, e espaço físico, que adentrando pelo interior não faltaria (1980: 57). Quanto às técnicas³ exigíveis, estas eram as mais simples possíveis (a história dos incrementos técnicos na colônia brasileira seria um outro tema a respeito da “incompetência administrativa” portuguesa no Brasil), apenas a coragem de enfrentar o agreste e o sertão hostil; mas que a necessidade não permite muitas escolhas. Com o gado o sertanejo foi ampliando os domínios do homem e afirmando a presença do colonizador, na medida em que apenas o espaço físico era necessário para o aumento da produção; e os canaviais, na sua fome de espaço cultivável, por outro lado, iam expulsando as fazendas de gado interior a dentro, ou “a fora”. O gado será de fundamental importância

quando as minas centralizarem as atenções no sudeste mineiro.

Casimiro de Abreu (2000: 23) comenta a importância do couro na vida cotidiana do sertanejo. Servia para tudo, desde vestimentas para a população que enfrentava a mata espinhosa, ou não tinha condições de vestir-se com algodão; até na construção das casas de taipa e barro. Conseqüentemente mobilizou, ainda que simploriamente, algum comércio em sua função. No geral, era como subsistência que o couro era mais útil. E não só o couro, como tudo que no boi fosse aproveitável, e acharam utilidade inclusive para os testículos do animal!

Outro produto que assumiu importância na economia brasileira foi o tabaco, planta indígena que se cultivava na colônia desde o século XVII. Logo ganhou o mercado europeu, mas no Brasil foi utilizada como produto de troca na costa africana. Porém, como assinalava Caio Prado, quando o tráfico de negros escravos declina, pela “lógica” da economia brasileira, o tabaco declina também (1989: 35). Assim acontece com vários produtos que se valoriza na economia brasileira, entretanto, sempre em função do mercado externo.

O cacau é outro produto que alcançou significação na economia brasileira; inclusive se acreditou que fosse o produto que iria substituir o açúcar, já que este ganhou outros produtores concorrentes – principalmente depois da expulsão dos holandeses do nordeste pernambucano. Os senhores de engenho baianos acreditavam no cacau, dizia Caio Prado, que “*proporcionará (à Bahia) depois de tão longa espera, uma nova perspectiva; e como antes se vivera da exportação do açúcar, agora se viverá do cacau*” (1989: 240). Até que chegaram os ingleses e acabaram com o quase monopólio brasileiro, transplantando mudas de cacau para a costa africana (*idem*: 240).

Desde o pau-brasil, explorava-se até os últimos limites, depois se abandonava tudo que por aquele período se criara – em função da borracha amazonense, por exemplo; e depois de esgotada a fonte inusitada, no espírito mais irresponsável, “*vão os aventureiros e buscadores de fortuna fácil procurar novas oportunidades em outro qualquer lugar...*”, e continua Caio Prado, “*... ficará a população miserável de trabalhadores que aí se reunira para servi-los, e que trará estampado no físico o sofrimento de algumas gerações aniquiladas pelas agruras do meio natural...*” (*ibidem*: 240).

Neste ponto é importante assinalar a dicotomia que sempre caracterizou o quadro social no Brasil. De for-

ma semelhante à realidade urbana que se mostra hoje entre a pobreza dos morros e favelas e a riqueza de shoppings e prédios imponentes, quando esse mesmo Brasil era rural, já se tornavam evidentes a mesma espécie de segregação; assinalemos uma observação de Caio Prado:

É necessário distinguir na economia brasileira aqueles dois setores em que se dividem suas atividades produtivas: o da grande lavoura e o da subsistência. Se não, não se explicaria este quadro característico da vida colonial: de um lado a abundância, prosperidade e grande atividade econômica; do outro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade de grande massa da população: a fome (ibidem: 44).

A monocultura do açúcar é apontada como uma das causadoras da escassez de alimentos no Nordeste (Gilberto Freire). Na medida em que centralizou os investimentos em um único produto, todos os outros por razões econômicas, eram desprezados; teríamos que produzir o máximo possível de açúcar para o mercado consumidor, externo – setor que sustentava a frágil economia. Qualquer área agricultável nas imediações da casa grande teria que ser aproveitável para o que desse mais lucro, assim o cultivo de outros produtos sem valor de troca, eram expulsos ou até proibidos, ainda que com amplo valor de uso, necessário para o mínimo de sobrevivência⁴.

Lembremos o que dizia Marx a respeito da acumulação, que enquanto entesouramento, nada significaria se não fosse empregado verdadeiramente como capital (MARX, 1983: 115). As minas de ouro da América espanhola, ou mesmo a fácil riqueza extraída das colônias portuguesas, ainda não representavam o impulso capitalista. Os países que reinavam no cenário mundial na fase mercantilista, talvez por motivos estruturais de economias que viviam simplesmente da balança comercial favorável, foram suplantados, pela Inglaterra que, por exemplo, sem as minas e o ouro transformaram o que tinha em capital, este sim, se acumulava ao mesmo tempo que se reproduzia. E a presumível riqueza extraída das colônias era simplesmente canalizada para quem, vivendo numa outra época, compreendeu seu tempo e empregava o ouro de outra forma.

Neste contexto pré-capitalista, seguia a economia do Nordeste brasileiro que, preocupada somente em produzir cada vez mais para o mercado exportador, reinvestia o lucro adquirido para a ampliação dos canaviais. O conservadorismo e a exígua perspicácia empresarial do senhor de engenho perdia-o no

narcisismo de sua própria figura autoritária, nas comodidades do regime escravocrata, nas extravagâncias de seu reinado e a luxúria da casa grande, “*verdadeiro mundo em miniatura*”, chamava Caio Prado (1998: 250). Sabemos das “montanhas” que Mauá teria que remover, já em meados do século XIX. O “espírito” do capitalismo (WEBER, 2001) não chega como por passe de “mágica”⁵, ao contrário, senão eliminando a magia, um “grande obstáculo”, e esse foi um longo processo histórico de desencantamento do mundo, um primeiro momento, poder-se-ia dizer (PIERUCCI, 2003: 145) da “*longa trajetória do racionalismo ocidental*” (Idem: 176); e, completaria com as palavras de Weber: “*à medida que se foi estendendo a influência da concepção de vida puritana (...) ela favoreceu o desenvolvimento de uma vida econômica racional burguesa*” (Idem: 95). Nem simplesmente anunciado por qualquer “*necessidade material*”. Como defendia Weber, a complexidade na qual está envolvido o advento do capitalismo, por uma rede de “afinidades”, não permite explicações unilaterais. Por conseguinte, aos ingleses, dir-se-ia, convergiram uma infinita gama de fatores “*causalmente adequados em sentido*”, onde a ética religiosa protestante seria um dos pontos causais possíveis:

Perguntamo-nos, portanto, até onde determinados aspectos característicos dessa cultura são influências da Reforma. Ao mesmo tempo, devemos evidentemente libertar-nos da idéia de que é possível interpretar a Reforma como ‘consequência histórica necessária’ de certas mudanças econômicas (idem: 49).

Vê-se por aí a complexidade⁶. E seguindo esta perspectiva, Florestan Fernandes já constatava que, no Brasil, do coronel ao fazendeiro empresarial de café em São Paulo, um período longo para a formação de uma mentalidade foi preciso; ou seja, da mentalidade mercantilista à mentalidade empresarial capitalista toda uma concepção precisaria ser suplantada (1987: 204). Este último autor descreve e explica esse processo de formação do capitalismo nas grandes extensões de terras escravocratas avessas tanto ao modo metódico de vida burguês no trabalho – por parte dos escravos; quanto ao costume institucionalizado de acumular capital – por parte dos coronéis. As tipologias dicotômicas pelas quais se servem Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* também ilustram aqui a contradição: “Eram dois mundos distintos que se hostilizavam com rigor crescente, duas mentalidades que se opunham como ao racional se opõem o tradicional....” (2002: 987).

Enfim, antes de Mauá, a economia brasileira passava ainda por outras experiências. Seguindo o gado vamos parar nos planaltos mineiros. Encontramos ouro... muito ouro... a mobilização da administração portuguesa é intensa, pois há tanto tempo esperavam encontrar uma fonte de exploração – o gado magro do Nordeste só servia para apaziguar a fome dos caboclos.

O que faz Mauá nesses parágrafos! É que na medida em que seguimos os passos da história econômica do Brasil colônia, tudo parece servir-se à ironia, ao riso. Vaca, ouro, negro, escravidão; D. João VI, administração portuguesa, branco, mais ouro, tudo se banaliza, e parece perder a seriedade mínima. Mas tudo é muito sério, o “futuro de hoje” sabe disso, é trágico. O próprio homem parecia afrouxar-se e perder a dignidade de ser humano, iluminista, desvirtuar-se dos caminhos da liberdade. Mauá precisaria ser mais forte que seu tempo!⁷

As minas fazem a economia centralizar-se no ouro e no diamante, no momento em que, no Nordeste brasileiro, o açúcar perdia seu valor. Na verdade a economia açucareira nordestina vinha se definindo desde a expulsão dos holandeses de Pernambuco, e se intensificara com o incentivo dos novos mercados produtores em outras regiões do mundo, além da descoberta do açúcar de beterraba no período napoleônico. Já dissemos acima que a economia brasileira tinha como que uma “lógica” própria, ou pelo menos imposta, que na decadência imprevisível do produto que está em evidência no mercado externo, um outro produto teria que vir “salvar a lavoura”: agora o ouro, que em pouco tempo já se esgotava.

Imaginemos uma metrópole em decadência, atrasada e presa estruturalmente a um capitalismo “meramente” comercial, cuja balança deficitária esperava alguma coisa cair do céu. E de repente as tão sonhadas minas de ouro são descobertas no interior mineiro de uma colônia escravista e como que “projetada” unicamente para fornecer os produtos naturais possíveis, a matéria-prima. Imaginemos, então, o desespero e correria dos administradores portugueses para regularizar o pandemônio que causara aquele metal preciosíssimo. A gula é a melhor imagem para a usura neste contexto. Quando o ouro não serve para as imagens mais grandiosas, está para as cenas mais ridículas de qualquer “teatro”. Imaginemos, por fim, a celeuma na corte portuguesa sedenta de ouro, e mais ouro, e mais ouro...

O capitalismo havia tomado outro rumo que não aquele de Camões; as conquistas marítimas pelas quais

se cantavam epopéias grandiosas perdem todo o sentido no capitalismo das indústrias da Grã-Bretanha dos céus cinzentos. De repente o “desencantamento” “produtivo” da racionalização festejado, transcende os limites do conceito tecnicamente bem definido, para, no limiar da ciência e da modernidade, e na pena de Weber, ecoar o desencanto⁸ no seu coração.

De acordo com a opinião de Baxter, preocupações pelos bens materiais apenas poderiam vestir os ombros dos santos ‘como um ténue manto, do qual a toda hora se pudesse despir’. O destino iria fazer com que o manto se transformasse numa prisão de ferro (...) o espírito do ascetismo religioso safou-se da prisão. O capitalismo vencedor, apoiado numa base mecânica, não carece mais de seu suporte (...) Ninguém sabe ainda a quem caberá viver nessa prisão... (WEBER: 99).

Os antigos conquistadores, que já forma os primeiros, de tempos idos, remotos, estavam amarrados estruturalmente a um mercantilismo retrógrado, e dificilmente uma decisão puramente individual de um “príncipe” ou de um rei, ou de D. Sebastião, moveria qualquer montanha. O homem faz sua história, acentuava Marx, mas sob condições determinadas. Ou lembremos todo o complexo causal de afinidades que Weber, por sua vez, e por um outro ponto de vista igualmente válido, percebia

Para a formação da moderna ordem econômica e técnica ligada à produção em série através da máquina, que atualmente determina de maneira violenta o estilo de vida de todo indivíduo nascido sob esse sistema...(idem: 99).

Aos portugueses restava o ouro mesmo, como que última esperança de um antigo império que sucumbe no tempo, na história... – “Ó mar salgado, quanto do seu sal/ são lágrimas de Portugal!”... A dor de Fernando Pessoa, “a dor que deveras sente”.

Fica, então, uma questão talvez interessante: será realmente que os caminhos de Portugal, assim como de Espanha, já estavam traçados na estrutura de um capitalismo mercantilista – opinião que põe a estrutura como uma entidade acima da vontade dos homens, como destino inexorável. Ou terá sido a administração portuguesa incompetente a ponto de banalizar uma história de conquistas e vitórias, opinião que põe a responsabilidade no homem, racional!

Quanto ao Brasil, e para aquele que vem observando a história do Brasil, mais especificamente seus aspectos econômicos, que posição tomar? Quando por exemplo, saímos daquele tempo mais “escancarada-

mente” explorador, e vemos outras formas recriarem-se mais veladas, ou a violência assumir-se como princípio teórico, ou mesmo de ação. Quando no limiar do novo milênio vemos perpetuar-se a dominação, ou formas de exclusão. E a mais nova discussão centraliza nossas atenções na ALCA, liderada pelos Estados Unidos – Um antigo projeto? Mas atualíssimo, no tempo e na nossa pele.

A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) surge agora no contexto neoliberal do capitalismo financeiro. Resumidamente, escreve a respeito Ruy Belém de Araújo:

A crise que tem atingido o capitalismo internacional, em especial o da maior potência econômica do mundo – EUA, durante o final do século XX e início do século XXI, acirrou a concorrência entre os estados imperialistas pelos despojos das riquezas dos países periféricos, o que está a impor ao mundo uma nova ofensiva recolonizadora do capital multinacional, este processo tem levado o império americano à ações para a formação de blocos econômicos pautados na ‘liberdade comercial’, como o fim das barreiras alfandegárias para produtos do seu interesse, e a flexibilização das leis trabalhistas (2003: 17).

São as riquezas do Brasil, “despojos”, que parecem estar em questão novamente? Como já estiveram “o açúcar, tabaco; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu”; e para isso nos constituímos? Para “fornecer”, e na realidade? O que é isso. Destino? E os nossos homens de decisão? E nossos trabalhadores? Perguntariam...

Existem quatro posições quanto à participação do Brasil na ALCA, descreve Ruy Belém que lembra a classificação de Álvaro Queiroz, uma “derrotista”, que defende a “pura integração” (p. 17), achando impossível outro caminho. Outra, “manifestada pelos ingênuos e sonhadores” (Idem) que acreditam na abolição gradativa das políticas protecionistas dos EUA. A terceira é a dos “oportunistas” que reconhecendo a inferioridade do Brasil, apenas gradativamente seus interesses serão considerados quando estivermos já integrados. “O último posicionamento, segundo Queiroz, é a dos realistas que descartam a inclusão do Brasil a ALCA, defendendo que o país deve fortalecer o MERCOSUL e se colocar livremente diante do mercado internacional” (ARAÚJO, 2003: 18)

Enfim, o que se retira de tudo isso? Da história econômica do Brasil? Se tipologias construídas a par-

tir da realidade, e do tempo, das grandes navegações portuguesas não explicam as possibilidades, ou necessidades, que hoje se delineiam para o Brasil, pois é do tipo ideal deixar-se ceder e passar, como regra e paradoxalmente, outro deve ser construído a partir dos interesses atuais, e a história, tal como Bourdieu ensina, pode ser bastante útil, pois,

...fornece os instrumentos de uma verdadeira tomada de consciência ou, melhor, de um verdadeiro auto-domínio (...) A liberdade não consiste em negar magicamente esta necessidade, mas sim em conhecê-la, o que nada obriga nem autoriza a reconhecê-la: o conhecimento científico da necessidade encerra a possibilidade de uma ação que tem em vista neutralizá-la, logo uma liberdade possível... (BOURDIEU, 1998: 105).

E o que seria renúncia, é, ao contrário e mais do que o simples termo subentende, ação, que ainda concentra todas as suas energias e dignidade no homem responsável; não doutrinário, e concluiríamos⁹ com Weber:

A política é como uma perfuração lenta de tábuas duras. Exige tanto paixão como perspectiva. Certamente, toda experiência histórica confirma a verdade – que o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível. Mas para isso o homem deve ser um líder, e não apenas um líder, mas um herói, no sentido muito sóbrio da palavra. E mesmo os que não são líderes nem heróis devem armar-se com a fortaleza de coração que pode enfrentar até mesmo o desmoronar de todas as esperanças. Isso é necessário neste momento mesmo, ou os homens não poderão alcançar nem mesmo o que é possível hoje. Somente quem tem a vocação da política terá a certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele lhe deseja oferecer. Somente quem, frente a tudo isso, pode dizer ‘Apesar de tudo!’ tem a vocação para a política (1982: 153).

A história do Brasil, econômica, política e social, não pode ser algo abstrato, ou mesmo conduzido pelo acaso ou qualquer princípio divino, metafísico; ao contrário, é real e afeta milhões de vidas, é conduzida por homens concretos, que lutam entre si, brasileiros de todos os tipos, que medem também suas forças com aquelas outras que agem externamente, e paradoxalmente de dentro – haja vista que no atual processo de globalização não é facilmente definível o que é externo

ou o que é saído daqui, de dentro, e só depende de nós, e na medida do possível. É uma luta que se dá em vários níveis, muitas perspectivas, vários interesses, e sob diversas condições.

Não é, pois, uma questão somente de partido, de organizações sindicais, ou de Estado, nem somente de classe dominante ou classe dominada, ou talvez nem mesmo de uma luta específica unicamente; senão de uma luta que envolve e exige a participação do homem, seja iluminista, pós-tradicional, pós-moderno (o nome pouco importa), a ação responsável e consciente do sentido, do que já foi, do que é e do que pode ser, historicamente.

NOTAS

- ¹ Sorte no sentido da Fortuna, que anula a participação do homem reflexivo.
- ² Nas palavras de Manuel Correia de Andrade "a pecuária é hoje, como foi no passado, a grande riqueza do sertão".
- ³ Até mesmo à época da presença dos holandeses, quando se incrementou a produção do açúcar, as técnicas nunca foram incentivadas. "... os holandeses apesar de desenvolverem a cidade do Recife e a vida urbana, não introduziram modificações nas técnicas de produção..." (ANDRADE) Os engenhos continuavam à base de tração de boi; usavam-se ainda lenhas para a fornalha; coivara; e etc.
- ⁴ A questão da monocultura está indissociavelmente articulada à grande propriedade na economia colonial brasileira. Sobre a extensa propriedade na economia do Brasil colônia ver Caio Prado, *Evolução política do Brasil*, 1999. Aqui o autor escreve que "a economia agrária colonial sempre teve por tipo a grande exploração rural" (p. 18). Neste sentido, Caio Prado descreve em linhas gerais o "processo de eliminação da pequena propriedade" que vai "fundar toda a economia agrária da colônia unicamente no grande domínio rural" (p.21).
- ⁵ Ver nota 8 mais adiante.
- ⁶ São já anotadas as interpretações do Brasil que se servem das categorias weberianas, e tradicionalmente para explicar o atraso brasileiro na modernização (VIANNA, 1999: 174). O autor também aponta as insuficiências das soluções teóricas que se arraigaram no pensamento intelectual, e posteriormente serviram para orientar práticas políticas efetivas. Enfim, afastando-se de tais perspectivas, aqui pretendemos um outro Weber – como se irá notar mais adiante.
- ⁷ As palavras de Sérgio Buarque de Holanda sintetizam muito bem a situação: "Muitas das grandes iniciativas progressistas que se devem a Irineu Evangelista de Sousa puderam ser toleradas e até admiradas, enquanto não comprometessem esses padrões venerados" (*idem*: 987) quais sejam: os interesses e mentalidades tradicionais que iriam mesmo existir por longo tempo ao lado de estruturas capitalistas mais de acordo com as tendências globais.
- ⁸ Um recente trabalho, bastante sério, foi realizado por Pierucci acerca do termo weberiano "desencantamento do mundo" como conceito histórico-sociológico bem limitado, diga-se, à desmagificação, ou em outros termos, à eliminação da magia da religião. Uma vez definido o conceito neste limite, não tem mesmo porque relacioná-lo a qualquer desencanto, desilusão, como bem explica o autor, mas apenas neste limite técnico. Pois, somos da opinião de que o desencanto aparece como resultado do desencantamento, naquele segundo momento conduzido pela ciência, na perda de sentido – o que não afetaria a tese de Pierucci, que insiste na primeira conceituação, até mesmo para sua operacionalização. Mas nas últimas páginas da *Ética protestante e o "espírito" do capitalismo*, assim como o próprio "espírito" da ciência como vocação, ecoam aos meus ouvidos, não tão desarmonizados, o desencanto quase penetrando a rigidez do con-

ceito, e fazendo mesmo amolecê-lo pela flexibilização do tipo ideal, histórico essencialmente.

- ⁹ Sem necessariamente refutar qualquer "conclusão", podemos assim dizer marxista, que se expressa nos termos de Marx, na qual se acentua a importância do trabalhador. Apenas nos distanciemos do doutrinário, e do mágico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.
- ARAÚJO, Ruy Belém. *Área de Livre Comércio das Américas: A velha estratégia de exploração capitalista*. In: Candeeiro, revista de política e cultura da seção sindical dos docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS-SSIND); ano VI, v. 9 e 10, outubro de 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: ed. Nacional, 1980.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. In: "Intérpretes do Brasil", vol. 3, coordenação, seleção de livros e prefácio, Silviano Santiago, 2002.
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultura, 1983.
- _____. *O manifesto comunista*. Lisboa: ed. Avante, 1982.
- _____. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultura, 1978.
- PIERUCCI, Antônio. F. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Ed. 34, 2003.
- PRADO Jr, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- VIANNA, Luiz W. *Weber e a interpretação do Brasil*. In: Souza, J (org). *O malandro e o protestante*. Brasília: Editora universidade de Brasília, 1999.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999.
- _____. *Ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2001.
- _____. *Política como vocação*. In: GERTH, H e MILLS, W. *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro: 1982.

O Novo Perfil do Duplo Grau de Jurisdição

Livia Santos Ribeiro*

Introdução

O trabalho pretende estudar a recente reforma do Código de Processo Civil, que introduziu novo parágrafo no art. 515, ampliando significativamente o efeito devolutivo da apelação.

Tal reforma, que possibilitou ao tribunal conhecer diretamente do mérito da causa, antes mesmo de sua apreciação pelo juízo *a quo*, trouxe à baila a antiga controvérsia acerca da natureza jurídica do duplo grau de jurisdição.

As correntes tradicionais, orientadas no sentido de que o duplo grau consubstancia uma garantia constitucional implícita, defendem a impossibilidade de lei ordinária limitar o reexame da matéria de fato e de direito por uma instância superior. Seus seguidores advogam a inconstitucionalidade da referida reforma, que ampliou o efeito devolutivo da apelação.

Após tecer algumas considerações acerca da nova tendência metodológica do direito processual, que privilegia a instrumentalidade e a efetividade do processo, a pretensão mais ampla deste estudo é demonstrar, por intermédio da doutrina e da jurisprudência, que o duplo grau de jurisdição não é garantia constitucional absoluta outorgada aos demandantes e, por isso, pode sofrer limitações impostas pelo legislador ordinário.

A sua meta precípua é oferecer subsídios à consolidação do entendimento de que é constitucional o § 3º do art. 515 do Código de Processo Civil, dado que o duplo grau de jurisdição não constitui garantia assegurada pela Carta Magna.

A inovação introduzida, em boa hora, na norma processual repercutiu positivamente na celeridade do procedimento e na viabilização do acesso à Justiça. Removeu conhecidos obstáculos processuais alimentadores da morosidade na prestação de relevante serviço público que, lamentavelmente, desacredita o aparelho judiciário perante a sociedade. Tornou, enfim, mais célere a resposta estatal à pretensão resistida.

A opção pelo tema determinante deste estudo foi dada pela escassez de literatura, já que a matéria é recém-chegada ao sistema jurídico. Também porque o assunto diz com a celeridade e a efetividade da prestação jurisdicional, conceitos fomentadores da melhor e mais eficaz prestação da tutela jurisdicional.

O encaminhamento da pesquisa seguirá o método dedutivo, evoluindo do geral - os textos legislativos, a jurisprudência e a doutrina disponíveis - para o particular -

a aplicabilidade da norma ao caso concreto. A abordagem terá, portanto, cunho teórico e bibliográfico.

1 - Efeitos dos Recursos

Antes de analisar, pormenorizadamente, os efeitos dos recursos, mister se faz tecer algumas considerações sobre a teoria dos capítulos da sentença, de grande utilidade ao direito processual, particularmente à teoria geral dos recursos, porque contribui para fixar os limites do efeito devolutivo e suspensivo da apelação, tema central deste estudo.

Dissent em os doutrinadores acerca do próprio conceito de capítulo da decisão, sendo várias as teorias existentes, que procuram elucidar o tema. *Chiovenda* preconiza que os capítulos da sentença somente estariam na parte decisória da sentença definitiva, portadora de julgamento de mérito. *Liebman*, esposando entendimento diverso, advoga a tese de que, nos capítulos da sentença, incluem-se também as questões sobre as condições de admissibilidade da demanda originária. Por outro lado, identifica *Carnelutti* capítulos na motivação das questões e não na parte decisória da sentença. No Brasil, a definição de capítulos da sentença corresponde à teoria defendida por *Liebman*, e, entre nós, difundida por Dinamarco, segundo a qual, somente a parte decisória da sentença é dividida em capítulos¹.

Reconhecida a divisão das sentenças em unidades autônomas, analisemos sua repercussão nos efeitos dos recursos.

O reconhecimento da teoria dos capítulos da decisão conduz-nos à interpretação do art. 515 do Código de Processo Civil, limitando a extensão do efeito devolutivo ao capítulo impugnado pelo recorrente. Os capítulos não recorridos tornam-se imutáveis, recaindo sobre eles o manto da coisa julgada.

Indubitavelmente, a divisão da sentença em capítulos também repercute no efeito suspensivo dos recursos. Observe-se que mesmo antes da interposição do recurso a que a lei atribua efeito suspensivo, a eficácia de toda a decisão fica suspensa. Interposta a apelação, somente sobre a parte da sentença devolvida ao tribunal para reexame da matéria de fato e de direito recai o efeito suspensivo. A parte não recorrida passa em julgado e pode inclusive ser de imediato submetida à execução definitiva.

Além dos tradicionais efeitos devolutivo e suspensivo apontados pela doutrina, a instauração do procedimento recursal produz efeitos sobre a relação jurídica dos sujei-

* Bacharela em Direito pela UFS e Assessora de Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça

tos do processo, ao impedir que a preclusão temporal se opere, sobre o processo, no qual um novo procedimento se insere e sobre a decisão recorrida, que é substituída pelo acórdão.

A instauração do procedimento recursal no bojo do processo originário retarda o trânsito em julgado da sentença, na parte em que foi impugnada, impedindo que se consuma a preclusão temporal. O transcurso do prazo para recorrer *in albis* torna imutável a parte dispositiva da sentença, operando-se o fenômeno jurídico da coisa julgada material.

Por certo, a interposição de recurso, remédio voluntário idôneo a ensejar, dentro do mesmo processo, a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração de decisão judicial, produz também o efeito de substituir a decisão recorrida pelo acórdão, nos casos de improvimento do recurso ou de *error in iudicando* (efeito substitutivo do recurso).

Nas hipóteses de anulação da decisão impugnada (*error in procedendo*), o acórdão que dá provimento ao recurso para anular a decisão não substitui o ato recorrido, limita-se a cassá-lo para que novo julgamento seja proferido no juízo de origem (efeito rescindente do recurso).

Particularmente, sobre o efeito devolutivo da apelação versará o presente estudo.

2 - Efeito Devolutivo

A interposição do recurso devolve a um órgão superior a matéria impugnada pelo recorrente, para que seja submetida a nova apreciação e julgamento.

O vocábulo devolução, na técnica processual, significa transferir. O efeito devolutivo, portanto, transfere o reexame da decisão a órgão da jurisdição superior.

Para Lima², para quem devolução significa abertura do procedimento recursal, o ato impugnado será devolvido ainda quando endereçado ao próprio órgão prolator da decisão recorrida, como no caso dos embargos de declaração, que são interpostos diretamente junto ao juiz ou relator que proferiu decisão omissa, contraditória ou obscura, onde são desde logo apreciados em sua admissibilidade e mérito, sem sequer se colher a manifestação da parte contrária. Excetua-se a hipótese de embargos de declaração com efeitos infringentes, que modificam o julgado, e para o qual é mister a formalização do contraditório³.

Dentre os recursos previstos na legislação pátria, a apelação tem o maior âmbito de devolutividade, prestando-se à correção, tanto de *errores in iudicando* (erros de conteúdo), que ensejam a reforma da sentença, que será substituída por uma nova decisão, quanto de *errores in procedendo* (erros de forma), cujo efeito é a anulação do julgado.

2.1. - Devolução imediata, gradual ou diferida

Dentre as espécies recursais previstas taxativamente no Código de Processo Civil, o agravo, os embargos

infringentes e os embargos de declaração são os únicos recursos em que a devolução se dá de forma imediata e automática.

A reforma do Código Processual Civil, que modificou a disciplina do recurso de agravo, determinou que o agravo de instrumento contra decisão interlocutória de juiz de primeiro grau fosse interposto diretamente junto ao tribunal destinatário, ao qual incumbe a análise da admissibilidade e do mérito do recurso, informando-se de sua interposição o juízo prolator da decisão reprochada, no prazo de três dias, sob pena de não conhecimento.

A devolução imediata operada pelo agravo de instrumento não significa que a interposição recursal tenha o efeito de impedir que o juiz reconsidere a decisão, provocado pelo relator ou espontaneamente.

Na apelação, no recurso ordinário, nos recursos especial e extraordinário e no agravo contra decisão denegatória de um desses últimos, a devolução é gradual, dependendo da prática de outros atos, além da interposição. Nestes casos, o juízo de admissibilidade do recurso é bipartido ou desdobrado, uma vez que a análise do preenchimento dos pressupostos recursais é feita tanto pelo órgão prolator da decisão recorrida quanto pelo órgão destinatário.

Obtempere-se, todavia, que, na devolução gradual, o juiz prolator da decisão vergastada só tem competência para análise inicial dos pressupostos de admissibilidade e para atos meramente procedimentais, destinados a dar impulso ao recurso. O juízo de retratação é medida excepcional, e é possível quando interposta apelação contra decisão que indeferiu a petição inicial, extinguindo o processo sem julgamento do mérito⁴⁻⁵. São também autorizadas ao juiz, após a publicação da sentença, as medidas de persuasão e sub-rogação previstas no art. 461 do Código de Processo Civil.

A doutrina⁶ denomina diferida a devolução quando transferência da causa ao órgão superior sujeita-se a uma espera além da necessária para o cumprimento dos trâmites recursais, somente retomando seu curso normal quando implementada a condição imposta por lei para que a devolução se consuma.

Haverá, portanto, devolução diferida nos casos dos recursos retidos, nos quais o processamento fica condicionado à renovação pontual do desejo de vê-lo processado.

O agravo retido, v.g., tem seu processamento condicionado à futura e incerta interposição de recurso de apelação e à reiteração do pedido de seu conhecimento em sede de razões ou contra-razões. Outros casos de devolução diferida são o recurso especial e extraordinário retidos⁷.

2.2 - Dimensões da devolução – horizontal, vertical e subjetiva.

Guimarães, em trabalho difundido por Moreira, leciona que o efeito devolutivo deve ser estudado sob dois aspectos: quanto à sua extensão e quanto à sua profundidade⁸.

A dimensão horizontal do efeito devolutivo está intrinsecamente relacionada com sua extensão. Sob esse aspecto, a devolução ao órgão superior para reexame é limitada pela matéria indicada pelo recorrente nas razões da apelação, segundo a máxima *tantum devolutum, quantum apelatum*. Assim, a atividade cognitiva do órgão *ad quem* não pode ultrapassar a parte da sentença impugnada pelo recorrente e sobre a qual pede nova decisão.

Manifestação do princípio dispositivo, o efeito devolutivo é limitado pelo apelante quando indica os motivos pelos quais pretende ver reformada ou anulada a decisão impugnada, sendo-lhe vedado, nas razões recursais, a modificação do pedido ou da causa de pedir.

Igualmente, como o recurso não pode proporcionar ao apelante a possibilidade de obter benefício maior do que o indicado no pedido, é, portanto, desfeito ao órgão *ad quem* ir além do objeto do processo, especificado na peça exordial. O tribunal conhece, portanto, apenas das matérias que lhe foram devolvidas, sob pena de julgamento *extra petita*.

Deve-se ainda atentar para o fato de que quando a lei limita o âmbito de devolução, a vontade do recorrente não pode ir além, ultrapassando os limites do legalmente possível. Assim, nos embargos infringentes, jamais haverá devolução além dos limites da divergência⁹.

Embora não expressamente previsto em lei, mas consectário da limitação do efeito devolutivo à matéria impugnada pelo recorrente, o princípio da proibição do *reformatio in pejus* impede que o tribunal reforme a decisão, qualitativa ou quantitativamente, para piorar a situação processual do único recorrente. Todavia, caso a parte adversa também apele, na hipótese de sucumbência recíproca, haverá possibilidade de alterar para pior a situação de quaisquer dos recorrentes.

O Código de Processo Civil, em seu art. 515, §§ 1º e 2º, também estabelece limites à profundidade, ou seja, à perspectiva vertical do efeito devolutivo da apelação. Assim, por tais dispositivos, são também devolvidas ao tribunal para reexame, as questões que, discutidas no processo, não foram decididas, ainda que as partes não interponham embargos de declaração e até mesmo os fundamentos alegados pelo autor ou réu, mas não apreciados pelo juiz.

Do § 2º deste dispositivo, extrai-se, portanto, que a parte vencedora na demanda, que não poderá apelar, por falta de interesse recursal, poderá alegar em contra-razões de recurso o fundamento omitido ou o expressamente rejeitado pelo juiz inferior.

O art. 516, que segundo a interpretação dada por Nery Jr¹⁰, transfere ao exame do tribunal as questões decididas, de ordem pública, a cujo respeito não se operou a preclusão, também limita a profundidade do efeito devolutivo da apelação. Para o autor, este seria o efeito translativo do recurso.

Esposando entendimento diverso, Moreira¹¹, ao interpretar o art. 516, advoga a tese de que serão devolvidas ao tribunal as questões não decididas, desde que por qualquer motivo não estejam preclusas.

Ocorre que se assim fosse interpretado o dispositivo, seria inócuo, uma vez que o § 1º do art. 515 já prevê a devolução das questões suscitadas, mas não decididas pelo juiz. Ademais, as questões já decididas deveriam ter sido impugnadas por agravo de instrumento, e se não o foram, operou-se a preclusão. Conclui-se, assim, que o referido dispositivo trata tão-somente das questões de ordem pública, decididas no primeiro grau e não impugnadas por agravo de instrumento.

Enfim, diz-se que a dimensão subjetiva do efeito devolutivo relaciona-se com a interposição de recurso por um dos litisconsortes. Sendo o litisconsórcio unitário, a instauração do procedimento recursal por um dos litigantes, opera a devolução ao tribunal em relação a todos os litisconsortes ligados pela unitariedade. De outro modo, se não for unitário o litisconsórcio, e o recurso somente for interposto contra um dos adversários, a devolução fica subjetivamente limitada ao litigante provocado.

3 - Efeito Devolutivo da Apelação nas Sentenças Terminativas, Após a Reforma Introduzida pela Lei 10.352/2001.

A lei nº 10.352/2001 introduziu novo parágrafo ao art. 515 do Código de Processo Civil, ampliando significativamente o efeito devolutivo da apelação nas sentenças terminativas. Estamos a falar do § 3º. O citado dispositivo, prestigiando a celeridade processual, possibilita ao tribunal rejeitar a preliminar extintiva e passar ao exame do mérito, quando a causa versar sobre questão exclusivamente de direito e estiver pronta para julgamento.

Antes da reforma em questão, já divergia a doutrina sobre o âmbito da devolução do recurso interposto contra sentença terminativa. A jurisprudência sensivelmente majoritária, sob o argumento de que entendimento diverso feriria o duplo grau de jurisdição, inclinava-se pela impossibilidade de o tribunal adentrar no mérito da causa, após reexaminar sentença que extinguisse o processo sem julgamento do mérito, até mesmo porque não havia autorização legal para tanto. Nesse sentido, emblemático é o acórdão da lavra do Min. Dias Trindade¹²:

Apelação. Sentença terminativa. CPC arts. 515 e 463. Limitando-se a sentença a extinguir o processo, por inépcia da inicial, posto que os pedidos seriam incompatíveis, não é dado ao Tribunal, apreciando a apelação, desde logo pronunciar-se sobre o mérito.

A inovação introduzida, em boa hora no sistema processual, acirrou a controvérsia.

As correntes mais tradicionais, orientadas no sentido de que o duplo grau consubstancia uma garantia constitu-

cional implícita, defendem a impossibilidade de lei ordinária limitar o reexame da matéria de fato e de direito por uma instância superior, por suposta afronta ao duplo grau de jurisdição. Seus seguidores argumentam que se o tribunal evoluir na decisão do mérito não julgado no primeiro grau, haveria supressão de instância, relativa à matéria de fato, contra a qual não mais caberia recurso, uma vez que os recursos extraordinários, interponíveis da decisão do Tribunal, somente poderá versar sobre questão de direito.

Todavia, frise-se que a reforma introduzida somente possibilita ao Tribunal analisar o mérito, após rejeitar a preliminar extintiva, quando a causa versar sobre questão exclusivamente de direito e estiver pronta para julgamento. Vê-se, assim, que não haverá supressão de instância quanto à matéria de fato, uma vez que o novo parágrafo somente trata de questão de direito, esta impugnável, através de recurso especial ou de recurso extraordinário.

Ademais, como visto, da leitura atenta do texto constitucional, o duplo grau de jurisdição não exsurge como garantia constitucional absoluta. À evidência, a Carta Magna limitou-se a mencionar tribunais com competência recursal. Em momento algum, todavia, assegurou a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição. Ao contrário, registrou hipótese de competência originária, em que não há possibilidade de reexame do mérito.

Assentada a idéia de que a Constituição Federal não assegurou o duplo grau de jurisdição como garantia absoluta dos demandantes, afigura-se-nos legítima a restrição imposta por legislador infra-constitucional ao cabimento dos recursos.

Observe-se que inúmeras leis ordinárias já limitavam o reexame da matéria por uma instância superior, a saber: a Consolidação das Leis do Trabalho¹³, Código de Processo Civil¹⁴, a lei n.º 6.830/80¹⁵ e a lei 9.099/95¹⁶. A nosso juízo, inadmissível seria a arguição de inconstitucionalidade das referidas espécies legislativas.

Enfim, insta lembrar que a adoção do entendimento restritivo da devolutividade da apelação, nesse aspecto, pode até impedir que o processo alcance seu real objetivo – a efetiva, adequada e tempestiva prestação da tutela jurisdicional –, aumentando ainda mais o descrédito do Poder Judiciário perante a sociedade.

A recente reforma, influenciada pela nova tendência metodológica do direito processual, prestigiou a instrumentalidade e a efetividade do processo, visando fortalecer o Poder Judiciário, desacreditado, diante da morosidade na prestação jurisdicional e, conseqüentemente, ampliar o acesso à justiça. Isto é o que se extrai da sua Exposição de Motivos:

Cuida-se de sugestão que valoriza os princípios da instrumentalidade e da efetividade do processo, permitindo-se ao tribunal o julgamento imediato do mérito, naqueles casos em que o

juiz não o tenha apreciado mas, sendo a questão exclusivamente de direito, a causa já esteja em condições de ser inteiramente solucionada. Anota-se que o duplo grau não é imposição constitucional. Consoante Carreira Alvim, “como o processo não é um fim em si mesmo, mas um meio destinado a um fim, não deve ir além dos limites necessários à sua finalidade. Muitas matérias já se encontram pacificadas no tribunal - como, por exemplo, na Justiça Federal e na dos Estados, as questões relativas a expurgos inflacionários - mas muitos juízes de primeiro grau, em lugar de decidirem de vez a causa, extinguem o processo sem julgamento do mérito, o que obriga o tribunal a anular a sentença, devolvendo os autos à origem para que seja julgada no mérito. Tais feitos, estão, muitas vezes, devidamente instruídos, comportando julgamento antecipado da lide (art. 330, CPC), mas o julgador, por apego amor às formas, se esquece de que o mérito da causa constitui a razão primeira e última do próprio processo.

Observe-se, ainda, que o § 3º acrescentado ao art. 515 do Código de Processo Civil, registrou uma exceção à regra de que a sentença que apresenta error in procedendo enseja pedido de sua anulação e o efeito rescindente do julgado. Com a nova disposição, embora havendo erro de forma, poderá o Tribunal anular a sentença e proferir outra em seu lugar, operando-se o efeito substitutivo.

Ademais, como visto, o exame do mérito pelo tribunal, quando impugnada sentença terminativa, fica subordinado a determinados requisitos, dispostos no § 3º do art. 515, introduzido pela Lei n.º 10.352/2001: que o processo trate de questão exclusivamente de direito e esteja pronto para julgamento.

Reputa-se questão todo ponto controvertido de fato e de direito. Para que seja possível a apreciação do mérito pelo tribunal, quando impugnada sentença terminativa, é imprescindível, por exigência legal, que a causa verse sobre questões exclusivamente de direito. As questões de direito estão relacionadas com as dúvidas na determinação da norma jurídica a ser aplicada ou com o seu preciso significado e alcance, não se confundindo com a lide, que no contexto do Código, é o próprio mérito da causa, a pretensão resistida, deduzida em juízo.

Exige-se ainda que o processo esteja pronto para julgamento, ou seja, que o direito esteja cabalmente provado, através de prova documental ou após decorrida toda a instrução probatória.

Didier Jr¹⁷, ao discorrer sobre a reforma em questão, defende que, ao contrário do que se extrai da interpretação literal da lei, estes requisitos são alternativos. Assim, para o autor, mesmo em se tratando de questão

de fato e já tendo decorrido toda a instrução probatória, poderá a instância superior analisar o mérito da causa.

Ocorre que se a questão for exclusivamente de fato, a supressão de instância causaria enorme prejuízo às partes, uma vez que o juiz de primeiro grau, por ter tido durante o trâmite processual contato direto e imediato com as partes e com as provas, estaria muito mais apto a solucionar o conflito de forma justa.

Registre-se, por fim, que o novo parágrafo deve ser interpretado sistematicamente, em estrita consonância com o *caput* do artigo 515, do CPC, que determina que o tribunal só apreciará a matéria impugnada pelo recorrente. Deve, portanto, o apelante pedir que a instância superior, caso rejeite a preliminar extintiva, analise o mérito da causa.

Enfim, imbuído do pensamento instrumentalista, o legislador ordinário ampliou sobremaneira o efeito devolutivo da apelação, prestigiando a celeridade e a efetividade do processo. Contra tal inovação, em momento algum, pode-se arguir inconstitucionalidade, por suposta afronta ao duplo grau de jurisdição. Como visto, a Constituição Federal, nem de forma implícita, quando consagrou o princípio da ampla defesa e do devido processo legal, a competência recursal dos tribunais, assegurou a obrigatoriedade de um duplo juízo sobre o mérito.

Por isso, entendemos que é constitucional o § 3º do art. 515 do Código de Processo civil, que privilegia o acesso à justiça em detrimento do dogma do duplo grau de jurisdição.

Conclusão

A singela abordagem ora empreendida sobre o tema proposto – o efeito devolutivo da apelação, emergente da reforma introduzida pela Lei nº 10.352/2001 – pretende contribuir para a consolidação do entendimento de que é constitucional a inovação permissiva do exame do mérito da causa pelo tribunal, quando por este rejeitada a preliminar extintiva, reconhecida no juízo subjacente.

Metologicamente, orientamo-nos pela nova tendência doutrinária que qualifica o processo como instrumento vocacionado para a realização dos objetivos jurídicos, políticos e sociais da atividade jurisdicional. Essa corrente, acolhida pela moderna ciência processual, prestigia a celeridade e a efetividade do labor instrutório como pressupostos da prestação jurisdicional expedita e acessível ao conjunto da sociedade, particularmente aos mais necessitados.

Fazendo coro ao desalento da sociedade que, com razão, vislumbra longínqua e inalcançável a tutela jurisdicional, ante a profusão de incidentes e recursos processuais, que inibe e desencoraja a demanda ao Judiciário, convencemo-nos de que deve ser recebida com entusiasmo posturas mitigadoras do duplo grau de jurisdição, como a impulsionou a reforma introduzida pela 10.352/2001.

A propósito, uma leitura atenta da Constituição Federal revela que esta não unge, explícita ou implicitamente, com o manto da garantia absoluta o uso da via recursal. Ao revés, ao deferir tal competência aos tribunais superiores, o texto magno tão-somente consagra a existência do instituto, deixando aos cuidados do legislador ordinário o poder de estruturá-lo, até mesmo de restringir-lhe o alcance, estabelecendo as hipóteses de cabimento.

Assim é que, despretensiosamente, procuramos, em princípio, fixar o substrato teórico para embasar a matéria estudada para, adiante, concluirmos pela sua constitucionalidade. Restou, enfim, manifesto que o § 3º do art. 515 do Código de Processo Civil, conquanto suprima uma instância jurisdicional, não afronta a Constituição, ao contrário, segue-lhe o mandamento de que o dimensionamento da matéria está ao abrigo de competência legislativa ordinária.

Essa nova perspectiva, que alarga os limites do efeito devolutivo da apelação, traz o mérito de proporcionar a efetividade da tutela jurisdicional, que será prestada com celeridade, porém sem prejuízo da segurança jurídica, ampliando significativamente o acesso à justiça.

NOTAS

- ¹ GIANNICO, Maricé & GIANICCO, Maurício. Efeito suspensivo dos recursos e capítulos das decisões. In: NERY Jr, Nelson & WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e Atuais dos recursos cíveis*. São Paulo: RT, 2002. Série aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis, v. 5. p.396.
- ² LIMA, Alcides de Mendonça Lima. *Introdução aos recursos cíveis*. São Paulo: RT, 1976. p. 286.
- ³ Enunciado 278 do TST.
- ⁴ NERY Jr., op cit., p. 786.
- ⁵ Art. 296 do CPC.
- ⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. Os efeitos dos recursos. In: NERY Jr, Nelson & WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coord.), *Aspectos polêmicos e Atuais dos recursos cíveis*. São Paulo: RT, 2002. Série aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis, v. 5. p.396.
- ⁷ Art. 542, §3º do CPC.
- ⁸ MOREIRA, op. cit., p. 403.
- ⁹ Art.530 do CPC.
- ¹⁰ NERY Jr., op. cit. p. 1005.
- ¹¹ MOREIRA, op. cit., p.421.
- ¹² STJ – 3ª Turma, REsp. 11747/SP, Rel. Min. Dias Trindade, j. 13.08.91, DJU 30.09.91.
- ¹³ Art. 693 e ss. da CLT.
- ¹⁴ Art. 519 do CPC.
- ¹⁵ Art. 34 da lei nº 6830/80.
- ¹⁶ Art. 41 e 48 da lei nº 9099/95
- ¹⁷ CHEUM JORGE, Flávio, DIDIER Jr, Fredie & RODRIGUES, Marcelo Abelha. *A nova reforma processual*. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 76.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros e Artigos

- BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao código de processo civil*. 1.ed. São Paulo: Forense, 1975. vol 1.
- BERMUDES, Sérgio. *Comentários ao código de processo civil*. 2. ed. São Paulo: RT, 1977. vol. 7.

- CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de direito processual civil. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002. v. 2.
- CAPELLETI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.
- CHEIM JORGE, Flávio. *Apelação cível: teoria geral e admissibilidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- CHEIM JORGE, Flávio, DIDIER JR, Fredie & RODRIGUES, Marcelo Abelha. *A nova reforma processual*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- CHEIM JORGE, Flávio & RODRIGUES, Marcelo Abelha. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos. In: NERY JR, Nelson & WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis*. São Paulo: RT, 2002. v. 5.
- CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini & DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- _____. Os efeitos dos recursos. In: NERY Jr, Nelson & WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis*. São Paulo: RT, 2002. Série aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis, v. 5.
- FERNANDES, Antônio Scarance, GOMES FILHO, Antônio Magalhães & GRINOVER, Ada Pellegrini. *Recursos no processo penal – teoria geral dos recursos, recursos em espécie e ações de impugnação*. 3. ed. São Paulo: RT, 2001.
- GIANNICO, Maricé & GIANICCO, Maurício. Efeito suspensivo dos recursos e capítulos das decisões. In: NERY Jr, Nelson & WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coord.). *Aspectos polêmicos e Atuais dos recursos cíveis*. São Paulo: RT, 2002. Série aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis, v. 5.
- LASPRO, Oreste Nestor de Souza. *Duplo grau de jurisdição no direito processual civil*. São Paulo: RT, 1995.
- LIMA, Alçides de Mendonça Lima. *Introdução aos recursos cíveis*. São Paulo: RT, 1976.
- MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença*. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2000.
- _____. *Novas linhas do processo civil*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
- _____. MARINONI, Luiz Guilherme. Garantia da tempestividade da tutela jurisdicional e duplo grau de jurisdição. In: TÚCCI, José Rogério Cruz (coord.). *Garantias constitucionais do processo civil*. São Paulo: RT, 1999.
- MIRANDA, Gilson Delgado & PIZZOL, Patrícia Miranda. *Processo civil – recursos*. São Paulo: Atlas, 2000.
- MORAIS, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. São Paulo: Atlas, 2002.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao código de processo civil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981. vol. 5.
- NERY JR, Nelson. *Teoria geral dos recursos – princípios fundamentais*. 5. ed. São Paulo: RT, 2000.
- NERY JR, Nelson & NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de processo civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- THEODORO JR, Humberto. *Curso de processo civil*. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. v. 1.
- SILVA, Ovídio A. Batista. *Curso de processo civil*. 5. ed. São Paulo: RT, 2000. vol.1.
- WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. Sobre a incidência dos recursos especial e extraordinário retidos e interlocutórias que são sentença. In: NERY JR, Nelson & WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.) *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis*. São Paulo: RT, 2002.

2. Artigos Jurídicos em Meio Eletrônico.

- LEMONS, Bruno Fernando Santos. Modo de ser do processo e efetividade processual [online]. Disponível em <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2054>. Acesso em: 16 de janeiro de 2003.
- SENA, Felícissimo & SENA, Aline. Mudanças que a Lei nº 10.352/2001 impôs ao CPC [online]. Disponível em <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2723>. Acesso em: 16 de janeiro de 2003.

3. Jurisprudência

- STJ. 3ª Turma, REsp. 11747/SP. Rel. Min. Dias Trindade, j. 13.08.91, DJU 30.09.91.
- STJ, 1ª Turma, REsp 5.865-SP-EDcl, rel. Min. Pedro Acioli, j. 06.05.91.
- STJ, REsp-82191/SP, rel. Min. Barros Monteiro, publ. DJU 09.06.1997.
- STF, AG – AgRg 247.591 – RS, rel. Min. Moreira Alves, j. 14.03.2000, publ. DJU 23.02.2001.
- STJ, Resp. 48.686-6/MG, Rel. Min. Barros Monteiro, j. 21.06.94, publ. DJU 24.10.94.
- STJ, 5ª Turma, RMS 9.552 – MT, Rel. Edson Vidigal, DJU 04.10.1999.
- STF, 2ª Turma, AGRAG – 209954/SP, Rel. Min. Marco Aurélio de Melo, j. 15.09.98, DJU 04.12.98.
- STF – Pleno – Adin n.º 1.480/DF – Rel. Min. Celso de Melo, Informativo STF, n.º 135.
- STJ, 3ª Turma, REsp. 2306, Rel. Ministro Eduardo Ribeiro, j. 23.08.91, DJU 9.10.91.
- STJ, 1ª Turma, REsp. 6163, Rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJU 23.08.93.

JORNAL DO NUANCES

Problematização sobre Descobertas Preliminares acerca de um Jornal Homossexual Gaúcho

Fernando Barroso*

Este texto destina-se a apresentar o estágio de desenvolvimento de nossa pesquisa sobre a imprensa gay e, mais precisamente, sobre a vertente “militante” deste segmento de imprensa. Nosso objetivo mais amplo é apresentar uma contribuição da área de comunicação à reflexão acadêmica que se vem desenvolvendo no Brasil desde os anos de 1980 sobre as relações entre homossexualidades e identidade brasileira.

Como primeira definição do foco empírico da pesquisa, estabelecemos que nosso objeto de estudo é o *Jornal do Nuances*, publicado pela organização não-governamental *Nuances*, da cidade de Porto Alegre – RS. Esta é uma organização voltada para a luta em favor dos direitos humanos dos homossexuais.

Estamos assumindo como ponto de partida a idéia de que o *Jornal do Nuances* é um veículo de comunicação que atualiza alguns traços gerais caracterizadores da chamada *imprensa alternativa* dos anos de 1970 no Brasil. Um indicador de que este jornal é ligado a aquela modalidade jornalística é o fato de que, desde o seu primeiro número, de janeiro de 1998, vem com uma página que reproduz uma matéria publicada pelo *Lampião da Esquina*, um dos jornais inseridos naquela experiência, e igualmente voltado para o público homossexual.

Nosso propósito mais geral é “contar” o *Jornal do Nuances*, ou, em outros termos, explicar o seu “jeito de ser e fazer jornalismo”. Neste texto, o referido objetivo está restrito a uma descrição preliminar das estruturas jornalísticas assumidas pelo referido jornal e a uma problematização desta descrição. Nossa questão básica remete ao problema de saber *que espécie de jornal é este?*

O *Jornal do Nuances*: Características Gerais

Seguindo o modelo analítico proposto por Braga¹ no que diz respeito ao estudo do jornal em si, para contar o *Jornal do Nuances*, isto é, para explicar o seu jeito de ser e de fazer jornalismo, faremos uma descrição de suas estruturas jornalísticas². Para tanto, a questão que nos

move agora diz respeito à estruturação do jornal em relação ao seu texto escrito e aos elementos gráficos e visuais. Esta questão deve nos levar a algumas pistas sobre o *estilo do jornal*.

Para uma compreensão adequada das estruturas jornalísticas *nuanceiras*, julgamos necessário adiantar algumas características mais gerais do jornal. A primeira (provavelmente fundamental para que se compreenda o *Jornal do Nuances*) é o fato de tratar-se de **um jornal militante, feito por militantes e destinado a sensibilizar os(as) leitores(as) para a causa dessa militância**³. Parece que tudo funciona e está subordinado à causa dos direitos humanos (da cidadania) dos homossexuais. Portanto, talvez seja possível (ou necessário) ter em vista que outras tantas dimensões inerentes ao empreendimento (e portanto possíveis de serem tomadas como critério para exame do produto final, tal como a dimensão jornalística), são secundárias no seu processo de produção.

Outra característica é a *afinidade ideológica* com o *Lampião da Esquina* e a vontade de continuá-lo. Há, certamente, diferenças marcantes entre os dois jornais. A primeira reside na configuração institucional que cada um assume. Enquanto o *Lampião* era um jornal produzido por uma empresa, a partir de capital levantado entre “amigos e amigos de amigos de todo o país” (conforme expressão recorrente a respeito desta questão na literatura sobre a homocultura nacional) e vendido nas bancas de revistas das principais cidades brasileiras, o *Jornal do Nuances* é bancado por uma “ong” e distribuído gratuitamente nos ambientes de socialização homossexual. Hoje o jornal tem anunciantes, mas seu financiamento mais significativo (decisivo) sempre partiu do Ministério da Saúde e da UNESCO. Parece que os recursos públicos destinados à operacionalização das políticas para o controle do vírus HIV terminam por viabilizar a feitura do jornal.

A segunda diferença reside no fato de esses jornais emergirem em diferentes conjunturas políticas, sociais e culturais. Cada um surge em momentos bem específicos

* Professor do Departamento de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe e doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

do movimento homossexual no mundo e no Brasil e se presta a responder desafios bem específicos de cada um desses momentos. Além disso, deve-se considerar que o primeiro aparece antes do advento da epidemia da aids e o segundo traz (e é permeado por) muitas das consequências políticas e culturais provocadas por esta epidemia. Assim, deve-se levar em conta o fato de que, embora o *Jornal do Nuanes* mostre-se em linha de continuidade ao projeto geral proposto pelo *Lampião*, estes jornais respondem a desafios políticos e culturais bastante diferenciados.

O resgate do *Lampião* pelo *Jornal do Nuanes* ocorre, principalmente, pela decisão de, desde o primeiro número, destinar a página 5 para a reprodução de uma matéria publicada pelo jornal carioca. O enfoque do texto destinado a apresentar a matéria escolhida para cada edição privilegia o aspecto pedagógico (ensinar os(as) jovens homossexuais sobre o que foi o *Lampião*) e, ao mesmo, o aspecto da homenagem. As páginas 5 das diferentes edições abrem com os títulos de *Memória* e *História*.

Outra característica é o fato de o *Jornal do Nuanes* não ser um jornal produzido por jornalistas. Trata-se de realização que envolve os militantes do próprio grupo *Nuanes* e colaboradores, intelectuais ou não. Não se tem aqui a articulação clássica na imprensa alternativa dos anos de 1970, apontada por Bernardo Kucinski, entre jornalistas, intelectuais e militantes⁴. Até o número 5, o Expediente traz a indicação da função “reportagens” e atribui a uma pessoa cujo nome aparece acompanhado de registro profissional. Assim, o mais comum é o jornal apresentar, no Expediente, os nomes dos coordenadores do grupo e do jornal e os nomes dos colaboradores em cada edição.

Agora podemos ir às características gerais do texto jornalístico *nuanceiro*⁵.

Como se trata de um jornal de periodicidade bi-mensal, o *Jornal do Nuanes* não se sustenta em notícias. Seu forte são as reportagens, as entrevistas, as notas e os artigos de opinião. Certamente, os temas dizem respeito às homossexualidades. A partir desse *grande tema*, vários são os enfoques a partir dos quais se trabalha. Geralmente, como se fossem editoriais organizadas, aparecem páginas destinadas a focar os direitos humanos, história/memória, o movimento, a cultura, a saúde/aids/prevenção, o comportamento, a sociabilidade, além da página de opinião. Estes são nomes através dos quais muitas páginas são identificadas.

Um dos enfoques privilegiados é a atuação do próprio *Nuanes*, os projetos que o grupo desenvolve em favor da prevenção às DST's, da auto-estima e dos direitos

humanos dos homossexuais. São também destacadas as atividades em favor da prevenção e ao tratamento de DST's desenvolvidas por outras “ong's” e pela prefeitura do município de Porto Alegre (sob mandato do Partido dos Trabalhadores). O jornal abre espaço ainda para a publicação de artigos de lideranças feministas.

No entanto, talvez pela falta de um jornalista profissional à frente do empreendimento, os nomes concedidos a cada página variam muito ou aparecem apenas uma vez. No jornal, a inconstância na proposição desses nomes pode desencorajar qualquer interesse em denominar cada uma das editoriais, no sentido conferido a este termo pela grande imprensa.

Há um número considerável de faltas, quando consideradas as regras de produção de jornais da grande imprensa. Esta constatação permite supor uma atitude consciente, política, de rejeição/negação destas regras. Como se houvesse, da parte dos editores, uma disposição consciente para negar/rejeitar a grande imprensa, seus processos de produção de notícia e a hegemonia que exerce na difusão de informação.

Assim, em meio à inconstância editorial do *Jornal do Nuanes*, encontram-se textos classificáveis como editoriais, artigos de autor, reportagens, entrevistas, notas, coluna social e cartas do leitor. Parece que, num resgate da experiência do *Pasquim*, em suas edições iniciais (mais exatamente até a edição número 5), o *Jornal do Nuanes* trazia frases-lemas encabeçando suas páginas. As frases-lemas encontradas são “Não queremos ser normais”, “Não seja refém da ignorância”, “Não tenha medo do seu prazer”, “28 de junho tem gay Pride” e “Você não está sozinho”.

É difícil traduzir o conjunto de textos publicados no *Jornal do Nuanes* em termos de um estilo de escritura. Talvez seja possível reconhecer uma multiplicidade de estilos. Entre os editoriais, os artigos de autor, as reportagens, as notas e a coluna social há o atravessamento de diferentes possibilidades de registrar as vivências homossexuais. Assim, encontram-se textos mais “militantes”, outros mais “acadêmicos”, outros mais “informativos” e outros mais “fechativos”. Pode-se ainda dizer que estas diferentes linguagens podem aparecer numa mesma página ou num mesmo texto. Também pode-se reconhecer que a principal diferença entre a linguagem das “notas” e a linguagem da “coluna social” é que a primeira é mais “militante” e a segunda é mais “fechativa”.

Mesmo a referência aos gays no discurso jornalístico *nuanceiro* assume diferentes denominações. Ora o jornal denomina os gays como *gays*, ora como *gueis*, ora como *bichas*, ora como *viados*, ora como *homossexuais*, ora como *homens que fazem sexo com homens* e

também como *peessoas homoeróticas*. Além das outras tantas denominações possíveis como *travecas* para travestis e *sapatas* para lésbicas⁶.

Assim, desde que vem perpassado por uma *linguagem proveniente do gueto homossexual*, o leitor não familiarizado com a cultura homossexual pode encontrar alguma dificuldade para compreender o discurso *nuanceiro*. Tanto é possível encontrar modos de referir-se aos homens no feminino (tratamento habitual no meio homossexual – um homem chamar o outro de *amiga*) quanto é possível encontrar palavras como *babado*, *aquendação*, *pegação*, *neca*, etc., típicas da comunidade homossexual. E a recorrência a tais termos não se dá necessariamente na coluna social. Mesmo o nome da coluna social (“Éuó”) refere-se a um termo bastante presente na linguagem homossexual⁷.

Também outra característica da linguagem *nuanceira* é a grafiação do termo proveniente dos Estados Unidos para denominar os homossexuais. Assim, este termo encontra-se grafado como *gay* e *guei*. Estas diferenças já eram presentes no *Lampião da Esquina* e podem ser indicativos de ambigüidades presentes no grupo sobre a aceitação ou rejeição dos padrões culturais norte-americanos pelos diferentes pontos do planeta⁸.

Em meio a essa variedade de formulação, podemos pensar o estilo do texto jornalístico *nuanceiro* como resultado de desenvolvimentos culturais das propostas colocadas pelo *Pasquim* e pelo *Lampião da Esquina* e, ainda, decorrente das relações de força presentes nas ong’s homossexuais do período pós-aids na cidade de Porto Alegre.

As reportagens *nuanceiras* tratam de prostituição, movimento homossexual (as paradas gays que ocorrem todos os anos em Porto Alegre e no interior do Rio Grande do Sul são uma pauta clássica), prevenção de DST’s e as iniciativas institucionais (públicas ou não) para tratamento a portadores do vírus HIV, sociabilidade gay na capital e no interior do estado, as atividades do *Nuances*, etc. A fama homossexual de Pelotas motivou o jornal a dedicar a edição número 11 à discussão de diversos aspectos (inclusive o homossexual) da vida local. Essa reportagem, como tornou-se hábito no *Jornal do Nuances*, é publicada na página dupla central, muitas vezes seguindo o modelo de superfície contínua.

Outro aspecto significativo das reportagens *nuanceiras* é tratar o tema da prostituição do ponto de vista das próprias personagens retratadas. Assim, é comum o recurso à cessão da palavra a prostitutas, garotos de programa e travestis na forma de depoimentos. O interesse deve ser *dar a palavra* a pessoas que, do ponto de vista do jornal, têm problemas de auto-estima e que, atra-

vés deste recurso, podem encontrar caminhos para a valorização de si mesmas e do grupo social a que pertencem. Assim, as reportagens sobre prostituição podem ganhar atributos de depoimentos e entrevistas.

Além de prostitutas, travestis e garotos de programa, os entrevistados pelo *Jornal do Nuances* são escritores, professores universitários, militantes, atores transformistas, etc. Merecem destaque as entrevistas com o carnavalesco pelotense Pompílio Freitas, com o escritor Ítalo Moriconi e com as travestis Rogéria e Simone.

Embora não seja um jornal de ensaios, o *Jornal do Nuances* apresenta os *artigos de autor* como uma de suas características mais significativas. Os artigos abordam uma diversidade de sub-temas relacionados às homossexualidades. O perfil dos autores é indicativo das abordagens presentes. Há militantes do próprio grupo *Nuances* e também técnicos ligados à Secretaria Municipal de Saúde, historiadores, psicanalistas, vereadores e deputados estaduais ligados ao PT e ao PC do B, juizes e desembargadores, antropólogos, psicólogos, biólogos, lideranças do movimento das prostitutas, etc. Assim, tem-se uma variedade de opiniões, análises e interpretações sobre os mais diversos aspectos das homossexualidades e a partir dos mais diversos ângulos. Alguns artigos são reproduzidos a partir de jornais da grande imprensa.

O espaço das “notas” é mais propriamente informativo. Embora não seja uma informação cujo critério de noticiabilidade seja a atualidade, as notas parecem se voltar mais para informações relativas aos eventos de discussão e militância homossexual. O próprio grupo *Nuances*, ou suas atividades de militância, constituem um tema recorrente no espaço das notas. Assim, se nos textos de autor, os militantes expressam sua visão de mundo e de política homossexual, nas notas o jornal informa a política mesma que estes militantes estão implementando.

Mas o espaço das notas volta-se também para informação a respeito de uma variedade de acontecimentos. Os fóruns e assembléias militantes, os direitos humanos, a prevenção de DST’s e o tratamento de pessoas portadoras do vírus HIV são temas recorrentes nesta página.

A coluna “Éuó” é a coluna social do *Jornal do Nuances*. Trata-se do espaço para o texto que destaca a amenidade e a descontração. O sub-título da coluna, “*onde a baixa sociedade dá o close...*”, é indicativo das intenções deste espaço. Os temas destacados são as festas ocorridas nas casas especializadas, os textos são curtos e a linguagem é fortemente carregada pela *gíria gay*. Aí o individualismo e o hedonismo parecem ser os valores mais destacados. Neste sentido, a coluna “Éuó” pode ser interpretada como um conjunto de *enunciações* contraposto aos princípios gerais que orientam o jornal. Mas talvez

essa visão não seja necessária nem a única possível. Talvez seja necessário levar em conta o profundo sentido de ironia presente no discurso empregado para compreender o significado que sua presença ganha no jornal.

Parece que a característica apontada acima de o *Jornal do Nuanes* ser antes de tudo um *jornal militante* (secundarizando os aspectos mais propriamente jornalísticos) ganha realce quando voltamos o olhar para seus aspectos gráficos e visuais. É certo que o jornal vem evoluindo em todos os sentidos e os “descuidos jornalísticos” são mais presentes nos primeiros números. Pode-se, portanto, dizer que, sem deixar de tomar a dimensão militante como a decisiva no seu processo de produção, as edições mais recentes indicam que os “descuidos” e o amadorismo fazem parte da fase inicial.

Referimo-nos especialmente a aspectos de padronização definidos desde o momento de formulação do projeto do jornal (e que passam a ser seguidos como condição de lhe conferir unidade e identidade), que parecem se ter ido acertando no processo mesmo de produção das subsequentes edições. Então, não é raro encontrar artigos de autor com pé biográfico e outros sem, o editorial que às vezes vem titulado e outras vezes não, indefinição no modo de grafar, inclusive na mesma página, palavra estrangeira de valor destacado para os interesses do jornal (tal como *gay* e *guei*), títulos de matérias com tipos diferentes em cada palavra (sem justificativa para tal), a página dedicada à reprodução do *Lampião da Esquina* ora se chama “Memória” ora se chama “História”, etc.

O tamanho tablóide adotado pelo jornal parece contribuir para a construção de cada página como uma *unidade de sentido*. É possível estudar cada página do *Jornal do Nuanes* como fato isolado. As páginas são sempre compostas a partir de um tema geral (como editoriais), tema este que lhe proporcionará uniformidade temática. Assim, é possível trabalhar graficamente esta uniformidade como uma unidade.

Parece que um dos fatores determinantes para a configuração de cada página do *Jornal do Nuanes* é a definição específica que lhe é atribuída. O jornal tem páginas destinadas à informação, à opinião, à reflexão, à publicidade e à “fechação”. Esses são *tipos puros* de interesses e sua presença em cada página concreta ocorre como prevalectimento. Isto quer dizer que uma página destinada à informação pode ser construída com elementos textuais e gráficos próprios a páginas destinadas à reflexão ou à *fechação*.

Em função de seus objetivos jornalísticos ou políticos, algumas páginas são trabalhadas com grande variedade de recursos gráficos. Aí, além dos títulos e textos, aparecem fotos, desenhos, boxes, etc. Outras páginas trazem

uma construção gráfica mais sóbria. À última página, geralmente destinada à reflexão, costuma-se conceder um tratamento gráfico que privilegia o texto. Fotos ou desenhos aparecem aí como ilustração ou como recurso de *suavização visual*. Esse mesmo procedimento ocorre nas páginas de entrevista em que o entrevistado é um militante ou um “intelectual”. Quando, pelo contrário, o entrevistado é, por exemplo, um travesti, a página ganha tratamento gráfico que produz efeito exuberante. O mesmo ocorre com a página da coluna “Éuó”, que segue o padrão tradicional das colunas sociais.

O *Jornal do Nuanes* trabalha as possibilidades gráficas da *página dupla*. Tudo indica que esta página se destina a apresentar o assunto destacado em cada edição. Portanto, o tratamento gráfico concedido deve motivar o interesse do(a) leitor(a) para o seu conteúdo. O jornal procura explorar as possibilidades expressivas da página dupla de modo a provocar algum impacto visual. Assim, nunca se restringe a um título e a um texto apoiados por uma ilustração de foto ou desenho. Certamente, estes elementos sempre estão presentes. Porém, a página é composta com várias cores, o tema geral é anunciado num título impactante, sua abordagem é sempre desdobrada em vários pequenos textos e, principalmente, usa-se fotos de tamanho grande, em preto e branco e colorida, muitas vezes como fotomontagem, resultando numa composição leve e atraente.

Embora haja um uso amplo de desenhos, o *Jornal do Nuanes* parece privilegiar o texto. Isto deve ser decorrente do fato de ser um jornal voltado para a militância em torno de uma causa específica. Muitos desenhos parecem ser utilizados para atender a um objetivo de ilustração dos textos. Assim, pode-se entender que *o meio eleito para transmitir informações ou expressar idéias é antes de tudo a palavra em um texto*. Talvez seja necessário reconhecer que as ilustrações suavizam e tornam atraente a visão do jornal.

No entanto, se reconhecermos as especificidades da linguagem visual (uma linguagem que tem seus códigos próprios e um modo específico de exprimir, comentar e intervir na realidade), aceitaremos que os desenhos *nuanes*, por seus próprios meios, terminam por fortalecer os objetivos gerais do jornal. Assim, entendemos que Luis Gustavo – um militante *nuanes* presente às páginas do jornal desde seu primeiro número – não pode ser visto apenas como um ilustrador. Ele é um militante que contribui com, dentre outros, seu talento de desenhista ou ilustrador. O traço de Luis Gustavo informa, comenta e satiriza (as posturas sociais/institucionais de preconceito anti-gay costumam receber este tratamento) a partir de um lugar de militância homossexual.

As capas do *Jornal do Nuances* cumprem a função tradicional de apresentar as chamadas das matérias. No entanto, por serem trabalhadas de modo a atender certas peculiaridades, acabam indo além desta função. A vitrine midiática *nuanceira* busca marcar alguma especificidade no espaço da cultura midiática homossexual.

A capa do número cinco é muito particular. Em primeiro lugar, fugindo ao habitual, o logotipo do jornal aparece na parte inferior da página. Também os dados tradicionais relativos à edição (número, mês da publicação, etc.) e às chamadas das matérias não são informados. Assim, o que se destaca, de fato, é uma fotografia que ocupa todo o espaço da página e mostra duas crianças sobre o que parece ser um forno de carvoaria. Lembra as fotos de denúncia de crianças submetidas a trabalho. É uma foto que, com tratamento visual esmerado, denuncia a crueldade contra os mais “fracos”. Então pode ser vista como expressão de beleza e tristeza.

A foto produz um efeito de encantamento visual e, ao mesmo tempo, provoca vontade de reagir contra as práticas de dominação e sujeição dos mais *fracos*. Neste sentido, pode-se entender a postura *nuanceira* de situar a especificidade de atuar contra a dominação exercida sobre um grupo social específico dentro de um quadro mais geral de denúncia das práticas sociais de dominação.

Mas talvez seja possível dizer que as capas do *Jornal do Nuances* são regidas por marcas habituais e que, portanto, é possível definir-lhes a tipicidade. Parece que, no conjunto, os temas recorrentes são os da luta e das conquistas do movimento homossexual. Já no primeiro número tem-se uma foto cujo ângulo de visão indica ter sido tirada da sacada de um prédio. A foto mostra uma parada gay e uma enorme bandeira do arco-íris sendo levada pelos militantes. A imagem é em preto e branco, mas a bandeira está colorida.

A capa do número 21 resulta da montagem de fotos que mostram e remetem a diferentes direções da luta e da cultura homossexuais. Estas fotos mostram movimentos políticos de rua de décadas passadas, destacando um militante porto-alegrense pioneiro da luta homossexual, e movimentos mais atuais tais como o grito dos excluídos e uma manifestação de travestis e prostitutas. Na parte inferior da página há a foto de uma travesti nascida em Cachoeirinha – RS. Simone, como é conhecida, aparece de biquíni e associada à torre Eiffel. Sobre a foto, o seguinte título: “Simone, mais um monumento em Paris”.

O uso freqüente da fotografia é mais uma das características do *Jornal do Nuances*. O jornal busca explorar muitas possibilidades oferecidas pela fotografia. Assim, é possível reconhecer que a fotografia jornalística *nuanceira*

poderia constituir-se por si só em objeto para uma pesquisa específica.

São utilizadas fotografias em preto e branco e coloridas, além de fotomontagens. Parece que o apelo do jornal à fotografia é antes de tudo pelo seu aspecto documentário militante. Como um evento fundamental para toda a militância homossexual e para o grupo *Nuances*, as paradas anuais são amplamente registradas nas páginas do jornal. As fotos parecem pretender mostrar tanto a grandeza do acontecimento, como também a diversidade e exuberância dos participantes. Assim, mostram-se o conjunto e as particularidades.

Há muitas fotos que retratam indivíduos homossexuais em diferentes situações (de intimidade ou na rua) e de diferentes idades. Há também fotos que parecem destacar a versatilidade com que os gays jogam com os papéis de gênero. A atitude afirmativa, provocativa e desconcertante dos gays é sempre reiterada nas fotografias *nuanceiras*. As fotos que ilustram a página de “notas” têm sempre um sentido informativo prevalecente. E, nesta linha documental, é freqüente o registro das ações políticas e culturais do próprio grupo.

Mas a *fechação* homossexual (talvez por uma compreensão abrangente dos significados das idéias de afirmação e militância pelo grupo *Nuances*) também merece o registro fotográfico. Estes registros se dão nos ambientes fechados das festas mostradas na coluna “Éuó”, como também nos espaços abertos das paradas anuais. Mas o registro fotográfico da *fechação* não reverte para a pornografia. As fotografias que exibem o nu masculino são pequenas ou discretas e remetem mais para a imaginação de quem as contempla. No entanto, o tom de discrição não parece indicar uma manifestação de moralismo *nuanceiro*. Talvez aqui a discrição esteja mais associada à dimensão lúdica da sexualidade.

Questionando Descobertas Preliminares

Agora podemos voltar à pergunta inicial - **que espécie de jornal é o *Jornal do Nuances*?** Mas o interesse em retornar à pergunta não é ainda para respondê-la. Neste momento, julga-se necessário imaginar que respostas são possíveis – a nossa hipótese – e propor os caminhos que estamos julgando apropriados para sua investigação e para sua análise.

Talvez uma preocupação básica seja defender que o *Jornal do Nuances* é um **jornal militante**⁹. Na linguagem proposta por John D. H. Downing, seria uma “mídia radical”¹⁰. Mas seria o caso de perguntar sobre que espécie de jornal militante é este? Qual sua especificidade nesta tradição de jornalismo alternativo ou não-hegemônico? Como marca esta especificidade? Que con-

cepção mais geral de imprensa (modelo de imprensa) oriunda a produção deste jornal? Assim, também seria o caso de investigar o sentido que o *Jornal do Nuanes* empresta à noção de *imprensa militante*¹¹.

A colocação mesma destas questões já informa que não vemos o jornal como um jornal de ensaios ou um jornal de interesse geral. A descrição de sua especificidade deve iniciar pelo reconhecimento de que se trata de um *jornal militante/ideológico voltado para a causa homossexual*. Mas, tal como os jornais alternativos “políticos” dos anos de 1970, o *Jornal do Nuanes* é marcado pelo *modelo leninista de jornalismo*¹², conforme a descrição feita por Kucinski? Quanto o jornal guarda daquele modelo? E o quanto foge de suas regras mais gerais de produção?

O *Jornal do Nuanes* parece não se pretender como um jornal teórico e/ou vanguardista. Não se destina a ser elitizado, vanguardista em relação à “massa” homossexual no “armário” ou politicamente descomprometida. Parece que, pelo contrário, ele quer ser popular, atingir e ser aceito pelo público homossexual mais amplo em toda a sua diversidade de postura política e social. Por isso, talvez seja um jornal muito diferente dos antigos jornais alternativos da década de 1970 e de revistas mais recentes como a *Caros Amigos*. O desenvolvimento da investigação deve trazer luzes para o desvendamento destas questões.

NOTAS

¹ BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba...*, Brasília-DF, Unb, 1991.

² Até o momento em que este texto estava sendo escrito, o *Jornal do Nuanes* estava no número 29. Este estudo foi realizado a partir do exame das edições 1, 2, 3, 5, 11, 15, 21, 23, 26, 27, 28 e 29. Estes eram os números que tínhamos efetivamente em mãos. Portanto, estamos trabalhando com uma amostra de 41,3 % do total de edições publicadas.

³ No entanto, é preciso ter em vista desde já que o aprofundamento de nossos estudos pode nos levar a reconhecer que tomar o *Jornal do Nuanes* apenas a partir desta dimensão pode ser um procedimento analítico restritivo e resultar em conclusões errôneas a seu respeito. Assim, há que se apostar na hipótese de que o jornal, por sua variedade de enfoques, pode ser isso e também pode ser muito mais que isso.

⁴ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Escrita Editorial, 1991.

⁵ Os dados para esta caracterização foram obtidos através do exame de cada página de cada um dos jornais à nossa disposição. Também fizemos uma escrita descritiva e sistematizadora deste exame. Buscava-se respostas para as seguintes questões: a página representa uma editoria? Quais os temas destacados em cada página? Como ocorre o destaque? Quais os conteúdos complementares? Qual o ‘manual de redação e estilo’ seguido pelo jornal? Ou o jornal subverte tudo o que está dito nos manuais da grande imprensa? Como? Por que? Como os textos podem ser classificados? Tem desenhos? De que tipo? Tem fotos? De que tipo? Como os títulos são feitos? Que demais elementos compõem a diagramação de cada página? Enfim, a pergunta era: o que é o conteúdo de cada página? Esta “descrição” resultou num volume considerável de informações sistematizadas a que vimos lan-

çando mão para construir uma visão sobre o jornal.

⁶ Essas diferentes denominações para o mesmo grupo social, ou para as pessoas que compõem sub-grupos do grupo maior, são significativas tanto do ponto de vista da política homossexual quanto do conhecimento (dos pressupostos do pesquisador) que se pretende construir sobre a cultura homossexual. Tanto é que Trevisan afirma que a expressão “homens que fazem sexo com homens” tem a ver com “formas de cooptação do desejo homossexual pelo Estado” em decorrência das políticas públicas voltadas para a prevenção à aids ou ao tratamento aos portadores do vírus HIV ou outras DST’s. O autor afirma que “a política governamental decidiu definir homossexuais com a expressão politicamente correta ‘homens que fazem sexo com homens’”. Ora, algo que pareceria tão inocente já traz em si uma clara interferência política: deixamos de ser *homens que tremam ou fodem com homens* (grifos do autor), para ficarmos menos perigosos e mais palatáveis. Instalou-se um quadro de contraposição: nosso desejo politicamente correto e pausteurizado (sic) versus nosso desejo selvagem, que ousa dizer seu verdadeiro nome. Essa mudança de linguagem se instaura, no contexto de cooptação, porque rola dinheiro razoável na jogada toda. E nosso desejo corre o risco de ser vendido, por trinta moedas, aos ditames do Estado”. Cf. TREVISAN, João Silvério. *A voz do desejo: entre a autonomia e a cooptação* in GOLIN, Célio e WEILER, Luis Gustavo. *Homossexualidades, cultura e política*, Porto Alegre –RS, Sulina, 2002, pp. 172-173-174. Significa dizer, entre outras coisas, que a referida expressão é encampada pelo jornal como discurso nuanesiro quando parece ser discurso criado pelas políticas públicas e segundo sua lógica.

⁷ Embora estejamos afirmando que os termos empregados pelo jornal expressam a “linguagem proveniente do gueto homossexual”, a nota anterior indica que isto pode não ser correto e abre uma trilha para a investigação criteriosa do discurso midiático nuanesiro. Parece que seria mais apropriado afirmar que essa linguagem midiática expressa e/ou denuncia todas as relações de poder configuradoras das ong’s homossexuais, da política homossexual que estas ong’s vêm implementando e dos discursos que difundem.

⁸ Em GOLIN, Célio e WEILER, Luis Gustavo (orgs.) op. cit., pp. 9-10, os organizadores informam que o modo “guei” de grafar, que é como aparece no livro, “não é uma idéia original: já no início dos anos 80 o audacioso jornal ‘Lâmpia da Esquina’ – periódico carioca de atitude pra lá de irreverente – mostrava a cara tupiniquim das bichas e sapatas brasileiras, e o desafio ao Aurélio é uma escolha política. Guei, desta forma escrito, não é sinônimo de ‘alegre’, como no léxico inglês, mas a bicha que está na rua, e também a que está no armário”. Lembramos que os organizadores deste livro são militantes do Nuanes e editores do *Jornal do Nuanes*.

⁹ Tomamos o fato de que, no *Jornal do Nuanes*, mais importa a causa por que se luta do que celebrar a presença de alguma “personalidade” que assinie artigos, seja um indicio para descrevê-lo como um jornal militante. Este fato pode ser levado em conta se considerarmos que, no *Pasquim*, mais importante que o assunto abordado, é o autor que interessa.

¹⁰ DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*, São Paulo, SENAC, 2002.

¹¹ Esta noção de *imprensa militante* parece ganhar relevância para a investigação que estamos nos propondo a fazer e para compreender o “jeito de ser e de fazer jornalismo” do *Jornal do Nuanes*. Portanto, sua mobilização para este texto não poderia se dar apenas como “operador semântico”. Assim, reconhecemos a pertinência de discutir seu estatuto teórico e metodológico oportunamente. Há uma pesquisa produzida a partir da perspectiva da história social que pode nos apoiar no avanço deste interesse. Trata-se de FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil: 1880-1920*, Petrópolis-RJ, Vozes, 1978.

¹² Certamente, a resposta para questões desta ordem envolve o exame e a discussão do que estamos chamando de “modelo leninista de jornalismo”. Esta resposta deverá envolver ainda uma discussão sobre o “modelo gramsciano de jornalismo”. Por hora, estamos limitados à exposição apresentada por Kucinski e, portanto, julgamos necessário aprofundar estas questões. Este aprofundamento deverá ser objeto dos próximos desenvolvimentos conferidos a esta pesquisa.

O PREFEITO QUE PENSA QUE É REI

Eliano Sérgio Azevedo Lopes*

Já se vão muitos anos, ainda no período da ditadura militar, o humorista Jô Soares encarnava um personagem hilário, chamado **Reizinho**, num dos programas de humor da Rede Globo, tão comuns nas noites daqueles tempos.

Como se fosse um anão, vestido com uma túnica vermelha e branca, coroa na cabeça e cetro na mão direita, lá vinha ele todo fagueiro, seguido de um séquito de puxa-sacos e cabeças-ocas de todas as espécies.

Ao entrar na sala do Palácio, caminhando sobre o tapete vermelho que o levaria até o trono, parava ao pé da escadaria, voltava-se para a patulêia que o seguia e berrava em voz alta: - *Quem sou eu? Quem Sou eu? Quem sou eu?* E o magote de puxa-sacos, com o dorso curvado e os braços estendidos, saudava-o alegremente, dizendo: - *Sois rei!, Sois rei!, Sois rei!*. E lá ia o **Reizinho** sentar-se na cadeira real, tão grande que quase o fazia desaparecer.

Pois é, assim parece se comportar o bi-prefeito de Aracaju, em todas as solenidades de que participa, não importa onde e a natureza de que se revestem, se oficial ou popular.

Como não há bem que sempre dure nem mal que nunca se acabe (ou será o inverso? Não importa a ordem dos fatores.), a derrota que ele acaba de sofrer na eleição da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, dá a medida da prepotência e da arrogância de quem pensa estar acima do bem e do mal.

Com maioria absoluta na Câmara de Aracaju, 10 edis (contando-se os 4 do PT e os 6 dos Partidos aliados - 1 do PC do B, 2 do PTB, 2 do PSB e 1 do PL) dos 19 atuais ocupantes do legislativo municipal, o **Reizinho bi-prefeito** tentou impor à força o nome do vereador neopetista Emanuel Nascimento para presidente da Casa.

Dois outros vereadores, ambos pertencentes a partidos da base aliada do governo municipal, Sérgio Góes (PL) e Zeca (PSB), também haviam se lançado candidatos ao posto. O primeiro, três vezes presidente da Câmara em mandatos consecutivos, e o segundo, candidato declarado

logo após o resultado eleitoral de outubro passado. Um terceiro, também da base aliada do governo municipal, corria por fora, o vereador Evando Franca (PTB), sem chance de vitória, caso fosse mantida a situação de disputa inicialmente posta.

A empáfia e o autoritarismo típicos da pequena-burguesia, quem sabe embalado pelas pesquisas de opinião que o colocam nas alturas, e alimentado pela claqué dos áulicos sempre a postos para aplaudi-lo, levaram o **Reizinho bi-prefeito** a desdenhar de uma eventual mudança no quadro político que se esboçava e cujo resultado poderia levar o seu ungido à derrota.

Mesmo vendo a dificuldade de conduzir o processo da maneira como queria - impondo goela abaixo o seu candidato -, o prefeito manteve-se irredutível, inclusive rejeitando a proposta do vereador Sérgio Góes de retirar o seu nome da disputa em apoio ao nome de Evando Franca como presidente, numa composição com Emanuel Nascimento.

Não deu outra: quebrou a cara, tomou uma sova. Os candidatos preteridos pelo **Reizinho bi-prefeito** caíram nos braços da oposição, tornando-a detentora da maioria dos votos e elegendo Zeca como o novo Presidente da Câmara Municipal de Aracaju.

Para alguns desavisados, que não vêem qualquer problema nessa derrota do **Reizinho bi-prefeito**, utilizando o argumento de que ele continua a ter maioria na Câmara, mesmo tendo perdido a Presidência da Casa, um lembrete: o regimento vigente na Câmara dá ao seu presidente tão amplos poderes que, se não chega a anular a ação dos vereadores e do executivo municipal pode atazanar e muito a vida do atual mandatário da Prefeitura de Aracaju, por exemplo, retendo os projetos de lei de interesse da prefeitura, impedindo-os de irem à votação.

Moral da história: quando o **Reizinho bi-prefeito** voltar a perguntar, - *Quem sou eu?*, é bem capaz de ouvir de um gaiato lá no final da fila a seguinte resposta: - *Sois uma besta!*

* Professor-Doutor do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

LEMBRANÇAS DO MUNDO PRESENTE

Gabriela Amorim*

Ao contrário do que pensa o senso comum, os quilombos não acabaram no fatídico ano de 1888 (ao que parece, nem mesmo a escravidão acabou naquele 13 de maio). Esquecidas pela sociedade, silenciadas pela mídia e quase sem memória muitas comunidades remanescentes de quilombos sobrevivem pelo interior do Brasil.

“Samba negro, que branco não vem cá/Se vinhé, pau há de levá”. Foi nesse espírito que essas aldeias de pretos foram criadas. Quilombo, terra de preto, terra de santo ou mocambo, não importa a denominação, era sempre um ponto de resistência negra à violência branca. Esses homens, arrancados de suas terras à força e sob guerra, não aceitaram pacificamente a escravidão, como contam alguns livros de História do Brasil. E mesmo sem conhecer muito bem a geografia do país a que foram confinados, muitos deles fugiram das fazendas dos seus senhores e criaram suas terras de liberdade.

Nesses lugares eles plantavam para sua subsistência e preservavam a cultura que trouxeram em suas memórias. Às vezes, encontravam as capoeiras para se alojarem com a ajuda dos índios, antigos senhores de Pindorama, e com eles também aprendiam o que aquele solo aceitaria como cultivo. Dessa forma, essas duas culturas se misturaram no interior da mata verde. E se preservaram por mais de um século.

Alguns desses quilombos foram desbaratados pelos capitães do mato ainda em tempos de império, como o próprio Palmares. Outros tantos, foram destruídos pela modernidade e o tal ‘progresso da civilização’. Os que, apesar de tudo, conseguiram sobreviver, hoje pedem ajuda.

História que não se conta

Santiago do Iguape, Cachoeira, Bahia. Nosso anfitrião é Netinho, 20 anos, negro, pronuncia perfeitamente todos os rr. Ele nos leva a conhecer o lugar. Iguape não é mais do que meia dúzia de ruas e um punhado de casas. Talvez também descenda de um quilombo. Mas sua memória está quase perdida, nosso guia é o único guardião da história, segredos e mistérios desse lugar.

Os mocambos ficam um pouco longe daqui, numa enseada, Netinho não sabe precisar quantos ainda existem. Mas diz serem pelo menos cinco, todos eles muito escondidos dentro da mata e dependentes do rio Paraguaçu que banha toda a cidade de Cachoeira e seus

municípios. O caminho mais perto é pelo rio, mas na falta de barco, vamos a pé.

Saímos ainda de madrugada. Primeiro um pequeno trecho de estrada de barro vermelho. Depois o massapê. Por um longo trecho vamos ladeando um imenso canavial. Parece um resquício dos tempos de engenhos monárquicos. Os negros e negras ainda trabalham nele, no corte da cana ou na usina, o engenho moderno. Ao final do mar de cana, encontramos a primeira comunidade, o Caônge.

“Faz com jeitinho/Que ele gosta/Arrocha, arrocha, arrocha”. A melodia do arrocha, mais um pegajoso ritmo baiano, ecoa de dentro de uma das casas de taipa. Nem sinal de postes de eletricidade, os rádios são ligados em baterias de carro. A comunidade começa num campinho de futebol, com traves feitas de bambu. Uma fonte de água em frente do centro de convivência. A água chega às vezes, o centro quase nunca é usado. Os meios de comunicação chegam, com alguma dificuldade é verdade, e cumprem um papel de puro entretenimento de baixa qualidade.

O Caônge foi um dos pontos de encontro entre escravos e índios. Da existência dos tupinambás só restou a sabedoria da cultura da mandioca, plantada em quase todos os quintais. Grande parte também tem suas próprias casas de farinha. No entanto, a subsistência direta dessas famílias vem do rio/mar, ou maré. A cata de mariscos e caranguejos no mangue e a pesca.

Continuamos a caminhada rumo ao Engenho da Ponte. Na saída do Caônge, Netinho nos mostra meio a medo uma casa de candomblé. Bonita e misteriosa como lhe convém. O caminho agora é por dentro da mata fechada. As veredas são íngremes, e o solo, escorregadio. Depois de mais de uma hora, chegamos a outra estrada de terra batida.

Paramos numa das três casas que se avistam (pequena demais para tantas gerações da família) para perguntar o caminho. A matriarca pede a um de seus filhos que nos acompanhe. Nem é todo sorrisos e poucas palavras. Vai na nossa frente, descalço. Pés enormes, sola de pedra! Os caminhos que para nós são impraticáveis, para ele é rotina.

Engenho da Ponte! Não tem ponte e o engenho é só um amontoado de pedras. A comunidade é uma rua de terra batida, umas poucas casas de taipa, umas de alvenaria, uma igreja de portas viradas para a maré, um prédio que serve de escola e centro de convivência e uma

* Esse texto recebeu o Prêmio de Comunicação e Direitos Humanos – Gabriela é estudante de comunicação social com habilitação em jornalismo.

fonte. Não tem eletricidade, não tem saneamento, a escola funciona mal, a igreja está coberta de mato e limo, vazia, o altar já foi ao chão.

Só uma pessoa aqui conta a história dessa gente. “Minha mãe é muié véia/Do tempo da monarquia”. Dona Nêga, negra, 86 anos, filha de escravos. Com os olhos cheios de dignidade e cansaço, nos conta: a igreja está em ruínas, há tempos não vêm padres por aqui, não se celebram mais as festas meio católicas, meio profanas de São Roque e Nossa Senhora da Conceição. Há dois meses não chega água na fonte. Os próprios moradores ajudaram a enterrar a tubulação que vem de Iguape. Contudo, agora é preciso ir de lata na cabeça há um riacho menos poluído para buscar água. As estradas são impraticáveis no inverno. Médicos não chegam até aqui, as mulheres têm os filhos dentro das canoas, atravessando a maré. “Tião, ali, nasceu na maré”, como tantos outros.

A energia elétrica também não chega, mas como no Caônge, aqui há rádios e até televisão. E ouvem-se as músicas da moda: arrochas e bregas; assistem-se novelas. Os heróis e heroínas saem da tela colorida da TV. As histórias das terras de santo se perderam nas memórias dos que já morreram. Dona Nêga é a única que ainda guarda na lembrança as tradições que aprendeu de ouvir. Não se cantam mais as músicas, não se dançam mais as danças dos fugitivos da senzala.

Com a justa revolta de quem já fez muito pela comunidade ela diz: “Em ano de eleição, os políticos vêm sempre por aqui, prometem resolver tudo. Mas depois das eleições, todos os princípios são fúteis”. A situação dessas pessoas não difere muita da de seus antepassados.

História que se canta

Mussuca, Laranjeiras, Sergipe. Uma tarde quase morta de domingo. Chegamos de carro, ruas calçadas, água encanada, luz elétrica, escola, não tem saneamento (como quase todo o estado de Sergipe). Dona Nadir abre a porta, quase pedindo desculpas por ser tão pobre: a sala só tem uma mesa, duas cadeiras e uma poltrona descarnada. Quando pergunto se a comunidade é mesmo descendente de quilombo, ela disfarça, remancha e começa a falar sobre a formação dos grupos culturais dos quais faz parte. Não sabe o que é quilombo.

“Ai, Maria, samba de noite e de dia/quando chega na virada/samba direito negra”. Os escravos fugidos do tronco iam para a Mussuca, lugar de mata fechada e difícil acesso. No Sábado de Aleluia e no Domingo de Páscoa, dançavam o São Gonçalo. No São João, o samba de parêla (ou parêla, no dizer daqueles que o dançam). O São Gonçalo começou com a tentativa de salvar as meninas negras da prostituição. Um marinheiro chamado Gonçalo fez o primeiro grupo com sete meninas de cais. Hoje em dia, são homens que se fantasiam de mulheres para brincar essa memória.

“Samba de parêla só tem na Mussuca (...)/o que eu sei/meu pai quem ensinou/e Deus que consagrou”. D. Nadir começou no samba com 8 anos, acompanhava o pai, Zé Pretinho, e os outros tantos irmãos nas festas juninas. Naquela época, os instrumentos eram fabricados pelos próprios tocadores. O carneiro que servia para fazer o tambor, era o mesmo que virava a buchada comida à meia-noite do dia 23 de junho.

A “jovem” senhora de 57 anos dedicou sua vida ao samba de parêla. Só deixou de dançar um São João porque estava de resguardo de um dos dez filhos. Nem as surras que levava do marido a faziam ficar em casa. Hoje em dia, separada há 13 anos, colhe os frutos de sua teimosia: o samba tem seu futuro garantido no grupo mirim; já se tornou conhecido na região, tocou várias vezes em Salvador e em cidades do interior de Sergipe e da Bahia.

Contudo, eles recebem muito pouco pelas apresentações, uma média de R\$ 800 divididos pelos vinte componentes. O samba de parêla da Mussuca tem músicas gravadas por vários intérpretes, mas nunca receberam nada por isso. “Já filmaram a gente, gravaram nossas músicas, mas nunca voltaram pra mostrar pra gente, nem pagaram nada”, diz Dona Nadir, entre orgulhosa e ressentida.

Ela, que também compõe, sabe que poderia ganhar muito mais com a música. No entanto, essa descendente de quilombolas que sequer tem TV em casa, tem um único sonho: levar o grupo para o Domingão do Faustão. A televisão e os bares são o único entretenimento da comunidade.

Terras de santo

A idéia de direitos humanos nessas comunidades ainda é muito vaga. Muitos quilombolas sequer têm o título da terra onde suas famílias vivem há séculos. A procuradora geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Sergipe, Gilda Diniz, afirma que o maior entrave são as propriedades particulares que avançam sobre os mocambos.

Só na Constituição de 1988 as terras de preto passam a pertencer legalmente aos remanescentes quilombolas. No entanto, ainda demoraria quinze anos para que essa lei fosse regulamentada. A partir do decreto 4887 de 2003, o Incra passou a ser competente pela demarcação e titulação dos espaços, e por dar assistência ao etnodesenvolvimento das comunidades.

Com menos de um ano de prática, o instituto vem tentando se organizar para cumprir essa nova função, ainda sente dificuldades na forma burocrática de conseguir crédito para dar prosseguimento às atividades. No Engenho da Ponte, por exemplo, as famílias já receberam o título de posse das terras e aguardam que a infraestrutura mínima chegue até eles. O Caônge e a Mussuca estão na lista de espera para a inicialização do processo de posse.

“Tô indo embora/vocês fique com Deus/que vou com Nos’ Senhora”.

AINDA A CENTRALIDADE DO TRABALHO

por José Eloízio da Costa*

Livro: Os Sentidos do Trabalho - Ensaio sobre afirmação e negação do trabalho

Autor: Ricardo Antunes

A abordagem de Ricardo Antunes no que refere a análise da categoria trabalho a partir de uma perspectiva crítica e contemporânea, toma uma dimensão completamente diferente, não apenas para desconstruir o velho apanágio dos apologistas do capital que entende o trabalho como "fator de produção", mas também do engessamento histórico da concepção clássica dos marxistas vulgares que simplesmente enfatizam o trabalho como medida de valor, dentro do ciclo produtivo do capital, na diferenciação entre trabalho vivo e trabalho morto. A complexidade capitalista e seu caráter destrutivo e que toma um viés dos limites absolutos operados pela própria lógica do metabolismo do capital nesse início do século XXI, é a base empírica de compreender os dilemas do trabalho como medida de negação ou de afirmação.

É a essência desse seminal livro, produzido por um autêntico estudioso da obra de Luckács e ainda do marxista húngaro István Mészáros, que aborda em várias temáticas a ontologia do trabalho e sua autêntica afirmação como categoria central que jamais o capital poderá exorcizar em toda sua plenitude. Realizado em seus estudos na Inglaterra, o nosso autor cria condições de ampliar um debate que aparentemente estaria historicamente "enferrujado" em face de determinados discursos da "eternização do capital", do "Fim da História" e do conhecido mote cínico de suas personificações: *não há alternativa*. Pelo visto, a história continua e o sistema defendido por seus apologistas está chegando no seu "momento da verdade".

Um primeiro aspecto é a segmentação dos chamados *sistemas de mediação*, ou dos *sistemas de primeira e segunda ordem*. A primeira marcada pela inserção do ser humano enquanto ser metabolicamente integrante de um sistema natural de produção e reprodução e na segunda pelo metabolismo societal do capital, que se estrutura em um processo sem fim de acumulação com base na superexploração do trabalho, na inserção das inovações tecnológicas, na eterna figura da propriedade privada e em suas lógicas reificantes e alienantes que subordina tudo e a todos a um sistema que transforma a vida, a natureza, e a própria subjetividade na materialidade da forma-mercadoria. O valor de troca alcança a sua dimensão em seu grau mais complexo e contraditório. Daí a valorização de categorias tão contundentes, extraídas de Mészáros, que refletem contraditoriamente os defeitos estruturais do sistema do capital, esquematizados pela dissonância entre *produção e controle*, *produção e consumo* e *produção e circulação*.

O autor afirma as bases da crise estrutural do capital, negando o caráter das crises cíclicas e sua essência caracteristicamente permanente, em face de processos de transformação através de paradigmas que efetivamente jamais podem negar o trabalho, mas ampliam a sua produtividade, inserindo processos e técnicas fetichizadas como o toyotismo e panacéias ridículas como "qualidade total", "acumulação flexível", etc. Por outro lado aborda também as profundas contradições das tentativas das respostas do capital a sua própria crise, o que denota não apenas a criação dessas técnicas para ampliar a *produção sem trabalho*, mas das consequências nefastas de um sistema metabólico sem limites que impõe uma lógica destrutiva que rebatem diretamente na organização do trabalho, precarizando ou tornando uma massa de força de trabalho supérflua, e do processo cada vez mais reduzido do valor de uso de suas mercadorias, que denota limites dentro do aspecto ambiental e da possibilidade de esgotamento dos recursos naturais. Para os apologistas do capital, defensores apaixonados do valor-utilidade, esses limites praticamente são inexistentes. Porém estabelecem performances ideológicas mitigadoras tipo "responsabilidade ambiental", "responsabilidade social", etc. Percebam que esses protagonistas só analisam os efeitos e não a verdadeira causa desses problemas que cada vez mais se avolumam e torna impossível ignorá-los, afinal, o que fazer com bilhões de seres humanos excluídos cavalaramente do mercado de trabalho e de consumo?

Efetiva-se também o fracasso das experiências de "controle" do sistema do capital nos últimos cem anos, e que em determinado momento aparentemente cedeu a demandas do trabalho, compromissados por um modelo socialdemocrata ou da formação do *Welfare State*. Porém chegou-se ao limite e tentar realizar o "socialismo aos pouquinhos", ao estilo do velho socialismo evolucionista em nada contribuiu em todo esse tempo. Pior, retardou ainda mais a crise que atualmente está instalada e que infelizmente ainda não esboça dentro de suas entranhas a superação. Experiências empíricas mais recentes já mostram a dimensão de um sistema metabólico universal, destrutivo, e que tenta a todo custo descolar de seu maior antagonismo: o trabalho. O que seria um absurdo formar uma civilização com base na sociedade produtora de mercadorias, onde o *consumo possa existir sem assalariados*.

A parte do livro que aborda a experiência inglesa da era destrutiva de Thatcher, a baronesa que dança incansavel-

* Professor Adjunto do Departamento de Geografia e do Núcleo de pós-graduação em Geografia da UFS.

mente ao som do dinheiro, até o período mais recente do "Tory" Blair e sua natimorta Terceira Via, não inculcou qualquer novidade dentro do sistema metabólico e o autor enfatiza suas contradições. Na primeira, pelo emprego radical do fundamentalismo de mercado e da quebra da espinha dorsal do movimento sindical trabalhista inglês. É bom lembrar que o guru dessa figura que empobreceu a Inglaterra e foi aplaudida pelos ricos de seu país natal, nada mais é que Hayek, o pai dessa religião que nega a história, a totalidade e que ainda afirma que pensadores como Hegel, Marx, Einstein, Piaget, Rousseau, etc. todos eles produziram "conhecimentos equivocados", simplesmente por que não enaltecera a maior criação da humanidade: o mercado. Já o segundo, dispensa comentários em face de representar um império mais do que moribundo e de ser a ante-sala do império americano, passando a Terceira Via como mero discurso vazio, carente de substância e efetividade.

Mas o aspecto mais relevante do livro de Antunes estaria na discussão da valorização do trabalho não apenas como a única medida de valor e maior antagonismo do capital. Daí a abordagem da *Centralidade do Trabalho*, que insere em uma nova roupagem de exploração do capital, que realiza em sua maior dimensão no segmento da circulação do capital.

Uma primeira abordagem a partir de uma proposta de modelo de uma leitura da *classe-que-vive-do-trabalho*, tentando superar a velho antagonismo inaplicável da *burguesia e proletariado*. Daí o paradigma das *atividades produtivas e improdutivas*, mas que estabelece parâmetros para compreender que discursos baseados na chamada reestruturação produtiva, etc, nada mais são que formas de escamotear a verdade, migrando a centralidade do valor das mercadorias a partir do trabalho morto para uma outra: a da revolução tecnológica. O mais relevante são as novas formas de trabalho que refletem contraditoriamente a complexidade da classe trabalhadora, fortificado quantitativamente pela ampliação dos segmentos dos serviços e pela sua precarização universal, além do aumento avassalador do desemprego estrutural, que amplia ainda mais o grau de exploração do trabalho, materializado no chamado "Terceiro Setor", uma nova forma de uso do trabalho que oferece suporte aos segmentos tecnologicamente mais avançados, com ganhos de produtividade sem precedentes. Daquilo que Chico de Oliveira denomina desse novo tipo de trabalhador, excluído da produção, mas que realiza o trabalho morto em seu maior fetiche: o trabalho abstrato virtual. Segmenta-se em trabalhador *part-time*, o trabalhador *à domicílio*, o trabalhador *hifenizados*, etc. Exaure-se qualquer possibilidade de crescimento e destaque do trabalhador formal e inserido no ciclo produtivo do capital.

Apesar dessa nova migração do trabalho para a esfera da circulação, Ricardo Antunes contrapõe veementemente a adesão conformista de que um novo paradigma substituiu o trabalho como centralidade. Primeiro na questão da tentativa de desmoralização da teoria do valor e segundo, pela insuperável revolução tecnológica substituidora em absoluto do trabalho, além da valorização da subjetividade inter-comunicativa defendida por Habermas.

Essa tentativa de degradar a dimensão histórica do valor, o apego a idéia absoluta da supremacia do trabalho morto sobre o trabalho vivo, tem na tecnologia seu maior mote de substituição central do processo capitalista de produção da mercadoria. Isso, Antunes rebate com vigor: "*a ciência e a técnica não tem lógica autônoma e nem um curso independente, mas tem vínculos sólidos com seu movimento reprodutivo*". Ou seja, a cientificização da técnica jamais poderá substituir a medida do valor-trabalho dentro do sistema metabólico do capital, que pode até mesmo operar no segmento produtivo com a intensidade tecnológica com base na nanotecnologia, robotização, etc; mas o trabalho centrará o processo de valorização da mercadoria, mesmo moldado a um sistema imperioso de precarização do trabalho e da condenação para sempre de milhões ao desemprego estrutural irreversível. Assim, o nosso autor enfatiza a relação ainda sólida do *Trabalho e do Valor*.

Uma de suas análises interessantes é a figura segmentada entre o *trabalho material e imaterial*, destacando-se essa última como uma nova forma do trabalho que opera na esfera da circulação, correspondendo a determinadas funções de reprodução do capital, e que estejam dentro de dinâmicas *mais próximas do consumidor*, como o trabalho do marketing e publicidade. E ainda da exigência do capital a esse novo trabalhador da qual em muitos momentos terá relativa autonomia para tomar decisões dentro do processo de produção, valorizando a subjetividade.

Mais do que suficiente é o fenômeno do *domínio absoluto do capital* que atua não apenas no ciclo da produção, distribuição e circulação; mas também de suas articulações hierarquicamente dominadoras no tempo de não trabalho, abarcando o tempo da vida do trabalho.

Finalmente a polemica, dentro de um marco mais teórico, entre a concepção ontológica de Lukács e da concepção comunicacional de Habermas. O primeiro pela valorização do trabalho e seu papel de humanização do homem, sendo o trabalho como *protoforma* da transformação social e veio direto da emancipação social e o segundo pela crítica ao paradigma do trabalho e da centralidade da ação comunicativa como forma de consentimento social, evitando abordagens históricas e de contradição, desacoplando o sistema social com o mundo da vida. Antunes também rebate as limitações da teoria de Habermas a partir de sua própria ferramenta: subjetividade. Definindo limites entre a subjetividade autêntica e inautêntica.

Na parte final do livro o autor propõe elementos teóricos de análise, permeado tanto na abordagem da construção de uma ontologia da vida cotidiana até a compreensão dos fundamentos básicos a *um novo sistema de metabolismo social*. Completando-se em apêndices, textos fragmentados seminais sobre a temática do tomo.

Mais do que importante, o livro de Antunes é um prenúncio claro de uma leitura crítica do sistema de trabalho do capitalismo contemporânea, e ao mesmo tempo demolidor dos fetiches construídos de que o trabalho é problema do trabalhador e não de um sistema que perdeu a capacidade de reprodução crescentemente e aguarda o seu "Juízo Final".

ADUFS-SSIND

Seção Sindical de Docentes da Universidade Federal de Sergipe

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, Bl. Adm. Depart. I – CCSA

Telefones (79)259-2021 / 212-6788

Home Page: www.adufs.org.br E-mail: adufs@infonet.com.br

DIRETORIA 2003-2005 – GESTÃO RETOMANDO A UNIVERSIDADE

PRESIDENTE - Romero Júnior Venancio Silva

SECRETÁRIA - Gisélia Cardoso

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO – José Eloízio da Costa

DIRETOR ACADÊMICO E CULTURAL - Pedro Leite Santana

SUPLENTES

Solange Mendonça Montalvão

Rosimere Melo e Souza

CONSELHO EDITORIAL

Eliano Sérgio Azevedo Lopes

José Eloízio da Costa

Mário Everaldo de Souza

Pedro Leite de Santana

Romero Júnior Venancio Silva

Ruy Belém de Araújo

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Cláudio Rosa Cruz

DIGITALIZAÇÃO

Fernando de Jesus Caldas

ADUFS
SSIND